

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Centro Sócio-Econômico**

Rafael Macedo Duarte

**ASCENSÃO E CONSOLIDAÇÃO DA FRENTE AMPLA URUGUAIA:
DA CLANDESTINIDADE ÀS VIAS DEMOCRÁTICAS,
DA ESQUERDA TRADICIONAL AO PROGRESSISMO.**

**Florianópolis
2011**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

Rafael Macedo Duarte

**ASCENSÃO E CONSOLIDAÇÃO DA FRENTE AMPLA URUGUAIA:
DA CLANDESTINIDADE ÀS VIAS DEMOCRÁTICAS,
DA ESQUERDA TRADICIONAL AO PROGRESSISMO.**

Trabalho de conclusão submetido ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Nildo Domingos Ouriques

Florianópolis
2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Reitor: Álvaro Toubes Prata

Vice-Reitor: Carlos Alberto Justo da Silva

CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO

Diretor: Ricardo José Araújo de Oliveira

Vice-Diretor: Alexandre Marino Costa

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Chefe: Armando de Melo Lisboa

CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Coordenador: Marcos Alves Valente

Catálogo na fonte

D812a Duarte, Rafael Macedo

Ascensão e consolidação da Frente Ampla Uruguaia: da Clandestinidade às Vias Democráticas, da Esquerda Tradicional Ao Progressismo. / Rafael Macedo Duarte orientado por Nildo Domingos Ouriques – Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.

1. Economia 2. Ciência Política 3. Uruguai – Trajetória política-ideológica. I. Título. II. Orientador.

CDU 33

Departamento de Ciências Econômicas, CSE/UFSC.

Campus Universitário – Trindade.

Caixa Postal 476, CEP 88049-970.

Florianópolis, SC.

Rafael Macedo Duarte,

**ASCENSÃO E CONSOLIDAÇÃO DA FRENTE AMPLA URUGUAIA:
DA CLANDESTINIDADE ÀS VIAS DEMOCRÁTICAS,
DA ESQUERDA TRADICIONAL AO PROGRESSISMO.**

Esta monografia foi julgada adequada para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Econômicas, e aprovada em sua forma final pelo Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 12 de julho de 2011.

Prof. Marcos Alves Valente
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Nildo Domingo Ouriques,
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Graciela de Conti Pagliari,
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Rabah Benakouche,
Universidade Federal de Santa Catarina

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha avó **Erla Passos Macedo**, eternamente **viva** no meu coração...

Saudades!

AGRADECIMENTOS

Ao professor e orientador **Nildo Domingos Ouriques**. Aos **docentes do curso de Ciências Econômicas** da Universidade Federal de Santa Catarina. Aos **colegas de graduação** e de outras carreiras **desta Instituição** e da **Universidade Federal de São João del Rey**.

Aos amigos que dividiram moradia e muitas boas lembranças nestes últimos cinco anos: **Alfredo Coli Junior, Diego de Souza Virgens, Frederico Trott, Gabriel Queiroz Lana, Guido Guimbar, Gustavo Prestes e Vitor Campos**

*A mi hermano, **Santiago Iccardi Laborde**; al Centro de Estudiantes de Ciencias Sociales de la Universidad de la República, especialmente a **Bruno López Altier, Federico Perez Muniz, Ismael Bello, Mariana Alzugarat Pacifici, Patricia Fagundez, Valentina Galacio y Victoria Marzol**; a los brigadistas **Analía Caballero** (y su madre **Martha Aellen Bianchi**), **Lucía Araújo Pérez, Florencia Mena** (y toda su familia), **Matias Pirrocco, Natalia Canale y Serrana Dibarbourne**; a **Ernesto Corujo, Joaquin Posada** (y su novia **Micaela Barbosa**), **Gonzalo Paolillo y Soledad Fernandez Torrado**: todos ellos amigos que mucho me ayudaron durante el desarrollo de esta tesis, principalmente en la etapa de investigación de fuentes bibliográficas, adquisición e envío de materiales desde Montevideo a Florianópolis.*

Aos **camaradas** da Unidade Estadual do **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística** em Santa Catarina e dos Postos de Fiscalização da **Agência Nacional de Transportes Terrestres** em Garuva e Joinville, pela compreensão nas ocasiões em que minha concentração no trabalho não foi integral. À **PAT Traffic** Sistemas de Transporte Inteligente Ltda. e ao **Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial**.

À minha namorada **Bárbara Langsch de S. Thiago** e sua família, pelo carinho, companheirismo e apoio nas etapas cruciais da elaboração desta monografia, quando foi preciso abdicar de muitos momentos de lazer para que o trabalho pudesse ser concluído dentro do prazo.

À **minha Família** por ter compreendido e apoiado minha precoce saída de casa para descobrir a vida por meus próprios caminhos: *distância no es olvido. Não importa onde, não importa quando, não importa como, sempre estaremos juntos!*

*No te quedes inmóvil
al borde del camino
no congeles el júbilo
no quieras con desgana
no te salves ahora
ni nunca
no te salves
no te llenes de calma
no reserves del mundo
sólo un rincón tranquilo
no dejes caer los párpados
pesados como juicios
no te quedes sin labios
no te duermas sin sueño
no te pienses sin sangre
no te juzgues sin tiempo*

*pero si
pese a todo
no puedes evitarlo*

*y congelas el júbilo
y quieres con desgana
y te salvas ahora
y te llenas de calma
y reservas del mundo
sólo un rincón tranquilo
y dejas caer los párpados
pesados como juicios
y te secas sin labios
y te duermes sin sueño
y te piensas sin sangre
y te juzgas sin tiempo
y te quedas inmóvil
al borde del camino
y te salvas*

*entonces
no te quedes conmigo.*

Mario Benedetti, 1973

RESUMO

O presente trabalho analisa, no contexto do desenvolvimento político-econômico da República Oriental do Uruguai, a trajetória da coalizão de partidos de esquerda denominada Frente Ampla desde sua fundação – período no qual reivindicava as bandeiras clássicas da esquerda tradicional – até a atualidade – momento em que assume o paradigma social-democrata e conquista o cargo máximo do país pela segunda vez consecutiva. A partir da perspectiva partidária, objetiva-se identificar e interpretar os fatores determinantes desta transição ideológica e programática, que lhe permitiu expandir seu eleitorado além da esquerda do espectro ideológico até constituir-se como principal força política do país e romper a hegemonia secular dos partidos Colorado e Nacional. Antes disto, a revisão histórica que se supõe necessária para a compreensão do tema recorre os fatos relevantes desde o período fundacional da República, destacando no arcabouço institucional os distintos modelos de desenvolvimento vividos pelo país e suas limitações na promoção do bem-estar nacional. Analisa-se as primeiras tentativas de organização sindical e partidária do pensamento esquerdista, bem como o fracasso da via armada na tentativa de construção do socialismo, a sobrevivência da esquerda durante os anos de regime militar e, principalmente, a adaptação da coalizão *frenteamplista* à lógica eleitoral. Finalmente, propõem-se considerações finais sobre as realizações da esquerda nas gestões de Tabaré Vázquez e José Mujica na presidência do país. Em síntese, a dinâmica do trabalho visa esclarecer como se deu a ascensão e consolidação da Frente Ampla sem deixar de promover uma mirada mais ampla sobre a cultura política dos uruguaios e os desafios econômicos que se apresentam a este pequeno país vizinho.

Palavras-chave: Uruguai: trajetória político-econômica, sistema partidário, Frente Ampla.

RESUMEN

Este trabajo analiza, en el contexto político-económico de la República Oriental del Uruguay, la trayectoria de la coalición de partidos de izquierda denominada Frente Amplio, desde su creación - un período en que se cobraban las clásicas banderas de la izquierda tradicional - hasta el presente - el momento en que se toma el paradigma socialdemócrata y llega al puesto político más alto del país por segunda vez consecutiva. Desde la perspectiva partidaria, el objetivo es identificar e interpretar los factores determinantes de esta transición ideológica y programática que permitieron al Frente Amplio ampliar su electorado más allá de la izquierda del espectro ideológico, para establecerse como la principal fuerza política del país, rompiendo con la hegemonía secular de los partidos Colorado y Nacional. Antes de eso, se supone necesaria una revisión histórica para la comprensión del tema, recorriendo los hechos relevantes desde la época fundacional de la República y destacando en el marco institucional, los diferentes modelos de desarrollo experimentados por el país, así como sus limitaciones en la promoción del bienestar nacional. Se analizan los primeros intentos de organización sindical y partidaria del pensamiento de izquierda, el fracaso de la vía armada en la construcción del socialismo, la supervivencia de la izquierda durante los años de régimen militar, y en especial la adaptación frenteamplista a la lógica de la competencia electoral. Por último, se proponen observaciones finales sobre los logros alcanzados en los gobiernos de Tabaré Vázquez y José Mujica en la presidencia del país. En resumen, la dinámica del trabajo visa aclarar como sucedió la ascensión y la consolidación del Frente Amplio, sin dejar de promover una mirada más amplia a cerca de la cultura política de los uruguayos y los desafíos económicos que se presentan a este pequeño país vecino.

Palabras llave: Uruguay: trayectoria político-económica, sistema partidario, Frente Amplio.

LISTA DE ABREVIATURAS

ANTEL – Administração Nacional de Telecomunicações

CEPAL - Comissão Econômica para América Latina e Caribe

CONAPROLE - Cooperativa Nacional de Produtores de Leite

COSENA – Conselho de Segurança Nacional

FIDEL – Frente Esquerda de Libertação

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

PANES - Plano de Emergência Social

LISTA DE SIGLAS

AI – Ato Institucional
AU - Assembléia Uruguai
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
BPU – Bases Programáticas da Unidade da Frente Ampla
CIA – Agência Central de Inteligência (Estados Unidos da América)
CSU – Confederação Sindical do Uruguai
DSN – Doutrina de Segurança Nacional
EP – Encontro Progressista
FA – Frente Ampla
FMI – Fundo Monetário Internacional
GATT – Acordo Geral de Tarifas e Comércio
IMM – Intendência Municipal de Montevideú
MBPP - Movimento *Blanco* Popular e Progressista
MLN-T – Movimento de Liberação Nacional *Tupamaros*
NE – Novo Espaço
NM – Nova Maioria
PC – Partido *Colorado*
PCU – Partido Comunista do Uruguai
PGP – Partido Pelo Governo do Povo
PIB – Produto Interno Bruto
PIT – Plenário Intersindical dos Trabalhadores
PJ – Partido Justicialista (Argentina)
PN – Partido Nacional (*Blanco*)
PS – Partido Socialista
PT – Partido dos Trabalhadores (Brasil)
TLC – Tratado de Livre Comércio
UBD – União *Blanca* Democrática
UC – União Cívica
UCB – União *Colorada e Batllista*
UGT – União Geral dos Trabalhadores
UP – União Popular
UTE - Usinas e Transmissões Elétricas do Estado

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
1.1 JUSTIFICATIVA	15
1.2 OBJETIVOS	16
1.2.1 Objetivo Geral	16
1.2.2 Objetivos Específicos	16
1.3 EXPOSIÇÃO DO TEMA	17
1.4 METODOLOGIA	19
2 CRONOLOGIA POLÍTICA, ECONÔMICA E SOCIAL DA REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI.....	21
2.1 ORIGENS DA BANDA ORIENTAL DO RIO URUGUAI	21
2.2 CRISE DA INDEPENDÊNCIA (1810-1830)	23
2.3 CONSTRUÇÃO DA REPÚBLICA (1830-1865)	25
2.4 PRIMEIRA MODERNIZAÇÃO (1865-1903)	27
2.5 SEGUNDA MODERNIZAÇÃO E REFORMISMO (1903-1930)	28
2.6 CRISE MUNDIAL E SUAS REPERCUSSÕES (1930-1947)	32
2.7 RESTAURAÇÃO NEOBATLLISTA (1947-1959)	35
2.8 ROTAÇÃO DE PARTIDOS NO PODER (1959-1967)	38
2.9 GUERRILHA E AUTORITARISMO (1967-1971)	42
3 SURGIMENTO DA ESQUERDA COMO ALTERNATIVA POLÍTICA AO BLOCO TRADICIONAL.....	45
3.1 MLN-T: O FRACASSO DA VIA ARMADA	45
3.2 O SURGIMENTO DA FRENTE AMPLA	48
3.3 ELEIÇÕES DE 1971	50
3.4 A GESTAÇÃO DO GOLPE MILITAR (1971-1973)	51
3.5 ECLIPSE DA DEMOCRACIA (1973-1985)	52
3.6 RESTAURAÇÃO DEMOCRÁTICA E NEOLIBERALISMO (1985-2000)	56

4 RECONSTRUÇÃO DA TRAJETÓRIA IDEOLÓGICA E PROGRAMÁTICA DA FRENTE AMPLA.....	62
4.1 A ESQUERDA TRADICIONAL OU <i>FRENTEAMPLISTA</i> (1971-1984)	63
4.1.1 Ideologia e programa “clássicos”	64
4.2 A ESQUERDA EM TRANSIÇÃO (1985-1994)	66
4.2.1 Ideologia e programa revisados, a “transição na transição”	67
4.3 A ESQUERDA PROGRESSISTA (1995-2004)	71
4.3.1 Ideologia e programa “atualizados”	72
5 ASCENSÃO E CONSOLIDAÇÃO ELEITORAL DA FRENTE AMPLA	76
5.1 O PRIMEIRO GOVERNO NACIONAL <i>FRENTEAMPLISTA</i> : TABARÉ VÁZQUEZ	79
5.1.1 Resultados macroeconômicos	82
5.2 O SEGUNDO GOVERNO NACIONAL <i>FRENTEAMPLISTA</i> : JOSÉ MUJICA	83
5.2.1 Resultados macroeconômicos parciais	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	91
ANEXOS.....	95

LISTA DE ANEXOS

ANEXO I - Fatos históricos relevantes na trajetória da esquerda uruguaia

ANEXO II – Evolução eleitoral dos partidos de esquerda

ANEXO III – Evolução eleitoral da Frente Ampla

ANEXO IV – Evolução do Produto Interno Bruto

ANEXO V – Fases de crescimento do Produto Interno Bruto

ANEXO VI - Estrutura do Produto Interno Bruto por setores econômicos

1 INTRODUÇÃO

O tema deste trabalho é o desenvolvimento da Frente Ampla (FA), no Uruguai, como força política ao longo da segunda metade do século XX e início do século XXI. Pretende-se uma análise dialética e crítica desta heterogênea coalizão de partidos e movimentos de esquerda que, apesar da dificuldade de criar consenso interno nas suas estruturas programáticas ao longo dos seus quase quarenta anos de história¹ logrou romper com a dicotomia secular dos partidos *Colorado* (PC)² e Nacional ou *Blanco* (PN). Tal análise crítica não objetiva, no entanto, atingir a neutralidade positivista livre de ideologias. Ciente de que “*as visões de mundo das classes sociais condicionam a interpretação dos fatos e, em última instância, a problemática da pesquisa*”³, esta pesquisa privilegiará o estudo da FA sob o enfoque da luta de classes e da dinâmica de seus interesses.

1.1 JUSTIFICATIVA

Enquanto trabalho acadêmico que objetiva a reflexão sobre o tema, resultando em um procedimento de investigação sistemática, esta monografia tem o escopo de estudar o contexto político e econômico que permitiu a ascensão da FA ao governo nacional. Estudo este que se torna fundamental para compreender holisticamente o ressurgimento da esquerda latino-americana. É esta a pretensão deste trabalho e isto o torna relevante: contribuir para o debate acadêmico com a tentativa de compreensão da ascensão da esquerda uruguaia a partir de movimentos políticos, legais ou não, e a conquista da presidência no amanhecer deste século.

¹ Quando da publicação deste trabalho, celebravam-se no Uruguai o bicentenário nacional (considerando-se o início da revolução independentista, 1811, como data-base) e os quarenta anos do *frenteampalismo*.

² Ao contrário da utilização usual e internacionalmente aceita da sigla PC para Partido Comunista, no Uruguai se utiliza PC para Partido Colorado e PCU para Partido Comunista Uruguaio.

³ LOWY, Michael. *Método dialético e teoria política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 15.

1.2 OBJETIVOS

Nesta seção serão apresentados os objetivos gerais e específicos desta monografia. De forma concisa, apresentar-se-á o que se pretende desenvolver ao longo do trabalho, considerando a delimitação do tema.

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral desta dissertação é analisar, no contexto político uruguaio da segunda metade do século XX, como se deu o processo de formação da FA, a dinâmica de atuação dos variados grupos políticos de esquerda que nele tomaram parte, e dimensionar a relevância deste acontecimento para o cenário político local e regional. Toca ainda ao objetivo principal deste trabalho compreender, à luz da categoria da totalidade concreta⁴ e da influência dos 12 anos de ditadura militar, a transição da esquerda uruguaia de uma postura dita “clássica”, nos moldes das esquerdas tradicionais de todo o mundo, até a “progressista”, assimilando os paradigmas globalizantes.

1.2.2 Objetivos Específicos

Aliadas ao objetivo principal estão algumas metas secundárias. A fim de compreender o processo da atualização ideológica e programática em questão, faz-se necessário compreender a história da esquerda uruguaia desde antes da fundação da FA, em 1971. Impossível seria atingir real entendimento desta coligação deixando de lado seus conflitos metodológicos prévios e a inserção destes no quadro institucional da crise nacional que veio resultar, lamentavelmente, no golpe militar de 1973. Os movimentos de libertação nacional e lutas sindicais antecedentes à fundação *frenteamplista* são, portanto, também essenciais para a consecução deste trabalho.

Desta forma, são objetivos específicos deste trabalho: (a) realizar uma breve revisão do histórico político do Uruguai desde a independência até a segunda metade do século XX, procurando explicações sociológicas e econômicas para sua reconhecida tradição moderada e

⁴ Considera-se totalidade concreta a realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer poder vir a ser racionalmente compreendido. KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 17.

para a inexpressividade do pensamento esquerdista até o final do período analisado; (b) identificar os fatores internos e externos que levaram ao golpe Militar de 1973 e suas conseqüências para a esquerda uruguaia; (c) periodizar a trajetória programática e ideológica da FA em suas distintas fases; e (d) realizar o levantamento crítico das realizações da primeira magistratura presidencial *frenteamplista*, com Tabaré Vazquez (2005-2010) e do primeiro ano de governo de seu sucessor, José Mujica (2010-2011).

1.3 EXPOSIÇÃO DO TEMA

No primeiro capítulo, é realizada uma breve revisão do histórico político do Uruguai desde a independência até a segunda metade do século XX, procurando explicações sociológicas e econômicas para sua reconhecida tradição política moderada, com relativa inexpressividade do pensamento esquerdista até o final do período analisado. Dividido em nove períodos, nos quais se buscou agrupar intervalos com características gerais comuns, tem o objetivo principal de situar o leitor no contexto político, econômico e social desta pequena nação vizinha. Somente com um entendimento razoável de sua realidade é que se torna possível analisar o surgimento e consolidação da esquerda progressista.

Denominada *Origens da Banda Oriental do Rio Uruguai*, a primeira seção deste capítulo inicial aborda brevemente as características geográficas da região e como se encontrava o território quando da chegada dos primeiros colonizadores europeus. Em seguida, insere-se o Uruguai Colônia no contexto da disputa entre as grandes potências ibéricas, destacando-se a figura do caudilho político. Nas seções seguintes, *Crise da independência (1810-1830)* e *Construção da República (1830-1865)*, o leitor é apresentado ao contexto formativo da República Oriental do Uruguai, período no qual as disputas anteriormente apresentadas, aliadas ao interesse e intermediação da Grã-Bretanha, resultaram na criação do Estado independente. Quase que imediatamente à independência, surge a diferenciação de interesses entre a metrópole portuária, Montevideú, e o interior pouco povoado. Fruto desta diferenciação, a partir do conflito civil que recebeu o nome de Guerra Grande, produz-se a primeira definição do conteúdo das divisões: *blancos* e *colorados* se diferenciam frente ao desafio dos principais dilemas regionais. Esta divisão será predominante na política uruguaia até o surgimento do *frenteamplismo*, como ficará evidente no segundo capítulo, *Surgimento da esquerda como alternativa política ao bloco tradicional*. A figura de José Batlle y Ordóñez, grande mentor da modernização do Estado uruguaio e fundador de um estilo de

fazer política que orientou os rumos da nação oriental até o final da década de 1950, é destacada nas seções *Primeira modernização (1865-1903)*, e *Segunda modernização e Reformismo (1903-1930)*. Em *Crise mundial e suas repercussões (1930-1947)*, dois golpes de Estado sem participação militar marcaram um relativo afastamento de sua ideologia, mas no período seguinte, *Restauração Neobatllista (1947-1959)*, seu mais legítimo herdeiro político, Luis Batlle Berres, assume protagonismo com a missão de resgatar os anos áureos da “Suíça da América”, quando uma grave crise institucional e econômica assolava o país. *Rotação de partidos no poder (1959-1967)* marca o ponto de inflexão que possibilitou pela primeira vez um governo do PN após o predomínio de quase um século do PC. Ainda que sob a vigência de um sistema Colegiado que não possibilitava um Poder Executivo forte e eficiente, os *blancos* venceram duas eleições consecutivas. Foram as gestões que precederam o recrudescimento da crise social e o ressurgimento do autoritarismo político. Os anos seguintes aos Colegiados *blancos* marcaram a ascensão de Jorge Pacheco Areco e de seu modo centralizador de lidar com a crise. Em *Guerrilha e Autoritarismo (1967-1971)* abordam-se apenas os primeiros anos de “chumbo”. Encerra-se cronologicamente o período analisado neste capítulo em 1971, com o surgimento da FA e sua estréia eleitoral

No segundo capítulo, avançando para a temática principal do trabalho, destaca-se o surgimento de uma esquerda unificada e desafiante à hegemonia dos partidos tradicionais. São os anos finais da década de 1960 e início de 1970. Anos nos quais a América Latina enfrentou uma onda ditatorial que perseguiu movimentos de esquerda sob o pretexto da “segurança nacional” do Estado burguês e oligarca. Identificam-se os fatores internos e externos que levaram ao Golpe Militar de 1973 e suas conseqüências para a esquerda uruguaia. Estudar o contexto político e econômico que foi enfrentado pelas primeiras tentativas eleitorais da esquerda uruguaia é fundamental para compreender holisticamente o ressurgimento da esquerda latino-americana. Ainda no segundo capítulo, avança-se na revisão da história uruguaia até o início do século XXI. Sobre este arcabouço se desenvolverá a argumentação do terceiro capítulo.

Na terceira etapa, será periodizada a trajetória da FA, relacionando sua retórica à *práxis* no processo de adaptação às regras do jogo eleitoral. Explica-se como se deu a atualização ideológica e programática *frenteamplista*, indispensável para o sucesso eleitoral da coligação. Portanto, descrever-se-ão os fatores conjunturais e estruturais que colaboraram para a ascensão da FA ao executivo nacional, sem perder do horizonte as mudanças estratégicas

ocorridas no interior da própria coligação. Esta explanação será realizada em três partes, relativas aos três distintos períodos ideológicos e programáticos que a revisão bibliográfica realizada em recentes publicações uruguaias permitiu identificar, a saber: esquerda tradicional ou frenteamplista (1971-1984), esquerda em transição (1985-1994) e esquerda progressista (1995-2004).

Finalmente, no capítulo quarto, analisam-se as transições ocorridas no sistema político uruaio, observando-se o realinhamento do sistema partidário, que tende a tornar-se um sistema multipartidarista moderado, com o amadurecimento e fortalecimento da esquerda, representada, sobretudo, pela FA. Serão feitas considerações finais sobre os capítulos anteriores bem como se analisarão os feitos da esquerda nas gestões Vázquez - todo o mandato - e Mujica - que inicia seu segundo ano no momento em que se publica este trabalho. Além disto, será dimensionada a relevância atingida por esta força política nos seus primeiros quarenta anos de história.

Como veremos, este complexo processo de fortalecimento de esquerda, entre outros fatores, envolve uma “*gradativa, sem deixar de ser radical*”⁵ mudança ideológica na qual a esquerda ganha espaço representando a um eleitorado cujas atitudes políticas estáveis deixaram de encontrar uma referência nos partidos históricos, notoriamente deslocados à direita. Em outras palavras, o crescimento desta coalizão de partidos deveu-se à sua capacidade de confrontar os partidos tradicionais e também por seu desenvolvimento como partido de ampla aceitação em diversos grupos sociais, marcado pela reconversão ideológica e competição pelo centro.

1.4 METODOLOGIA

O presente trabalho de pesquisa, ao optar por um tema ainda pouco estudado como o é a transição da FA de uma postura politicamente tradicional de esquerda para uma postura progressista e sua ascensão como grande potência partidária do Uruguai, assume um evidente caráter exploratório, dado que sua consecução pretende obter maior familiaridade com o objeto de estudo e formular hipóteses que poderão desencadear em um estudo mais aprofundado (colocando-se assim como a primeira etapa de uma investigação mais ampla - tese de mestrado, por exemplo). Ao assumir seu caráter exploratório, este projeto monográfico

⁵ CABRAL, José Pedro Cabrera. Trajetória político-ideológica da esquerda uruguiaia: 1964-2004. 409 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, 2006, p. 19.

permite um planejamento mais flexível e dinamiza a construção de hipóteses, pois à medida que a carga de leituras desenvolve dialeticamente diferentes paradigmas da mesma realidade, várias alternativas no amplo horizonte de pesquisa tornam-se possíveis.

Neste sentido, o caráter exploratório da pesquisa condiciona e é condicionado pelo método de abordagem qualitativo e dialético. Entende-se que as características próprias deste trabalho não permitem outra abordagem senão esta, pois qualquer outra que desconsidere a interação da realidade como um todo estruturado na compreensão do fenômeno, bem como das categorias da totalidade, tempo e movimento, estaria limitada a uma compreensão pontual e, portanto, pseudoconcreta. Em outras palavras, o método dialético, tido como único possível para realização deste trabalho com o devido rigor, parte da idéia que a verdadeira compreensão da ascensão da FA no Uruguai só vem à tona quando da confrontação essencialmente crítica do fenômeno com a essência, do movimento visível com o movimento real interno, do mundo da aparência com o mundo real: aquilo que Karel Kosik define com o um *détour* para chegar à verdade⁶.

Obviamente este trabalho não tem a presunção de realizar a síntese de todas as perspectivas possíveis da sociedade uruguaia ao longo do último século. Nas palavras do próprio Kosik, a totalidade não significa “todos os fatos”, mas um “todo no qual um fato qualquer pode vir a ser racionalmente compreendido”. Portanto, o princípio metodológico da investigação dialética é bastante claro ao concluir que “a totalidade concreta não é um método para exaurir todos os aspectos e caracteres, propriedades, relações e processos da realidade”⁷, mas um método para compreensão de sua essência.

Assim, a dialética coloca-se como método fundamental deste projeto, orientador dos enfoques dados como ferramenta do método de investigação. A transição do Uruguai moderado de *blancos* e *colorados* para o Uruguai progressista de esquerda não será compreendida quantificando valores através de índices ou variáveis puramente matemáticas, mas da confrontação histórica das variantes sociais.

⁶ KOSIK, Karel (1986), p. 21.

⁷ Ibid., p. 35.

2 CRONOLOGIA POLÍTICA, ECONÔMICA E SOCIAL DA REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI

2.1 Origens da Banda Oriental do Rio Uruguai

A região do atual Uruguai, em termos geográficos⁸, é um território de transição entre o planalto brasileiro e as planícies argentinas, cuja altitude média não supera os cento e cinquenta metros. A superfície ondulada do interior, com formações arredondadas e prolongadas denominadas *cuchillas* (coxilhas), é formada por um antigo embasamento cristalino erodido pelos rios e pelo vento. A costa atlântica possui baixa altitude com extensas praias e dunas entrecortadas por rochas e pequenos lagos litorâneos. O Uruguai possui uma rede hidrográfica muito ramificada, vertendo sempre para o oceano Atlântico.

Estima-se que a *Banda Oriental del Río Uruguay*, primeiro nome da região compreendida entre o rio Uruguai e o oceano Atlântico, já fosse habitada por comunidades indígenas cerca de dez mil anos antes da chegada do colonizador europeu. Os nativos pré-colombianos eram caçadores, pescadores e coletores vindos do norte, através dos rios Paraná e Uruguai. Estudiosos acreditam que os principais grupos silvícolas da região, guaranis e *charruas*, viviam em estágio tecnológico paleolítico, jamais superando uns poucos milhares de indivíduos. Os guaranis, um dos maiores grupos indígenas da América do Sul, com presença desde o Rio da Prata até o Amazonas, eram agricultores, semi-sedentários, bons navegantes e praticavam a antropofagia ritual. Já os *charruas*, índios “uruguaios” por excelência, eram nômades, guerreiros indômitos, caçadores e pescadores localizados principalmente no litoral e nas proximidades de rios.

Em 1516, com a chegada do navegador Juan Días de Solís ao grande estuário que veio a receber o nome de Rio da Prata, a região foi considerada “terra sem qualquer proveito”⁹ para o capitalismo mercantil praticado pela Coroa Espanhola. Além da ausência de metais preciosos, os nativos foram considerados hostis ao elemento estrangeiro. O próprio Solís foi vítima de tal hostilidade, sendo morto por índios *charruas* quando iniciava o desbravamento do rio Uruguai.

8 **GEOGRAFIA POLÍTICA.** In: Enciclopedia Geográfica del Uruguay. Disponível em <<http://www.montevideo.com.uy/enciclopedia/index.html>>. Acesso em: 01 mar. de 2011.

⁹ CAETANO, Gerardo; RILLA, José. **Historia contemporánea del Uruguay: de la Colonia al siglo XXI.** 1. ed. Montevideu: Fin de Siglo, 2008, p. 19.

A colonização do território uruguaio, assim como o das demais regiões da América Latina, está inserida no contexto de “acumulação primitiva”¹⁰ das metrópoles europeias. A expropriação de riquezas que a motiva se inicia somente no alvorecer do século XVIII, na medida em que seu território se constituía em zona de conflito entre os domínios de Espanha e Portugal¹¹.

A descoberta das minas de prata de Potosí, Bolívia, em 1545, motivara espanhóis a defender seus domínios da possível penetração portuguesa. Para Arteaga (2008), assim nasceu a vocação de “fronteira defensiva” da Banda Oriental que, pouco a pouco, foi adquirindo importância estratégica na disputa entre os impérios ibéricos. A fundação de Colônia do Sacramento em 1680, por portugueses, e de Montevidéu em 1724, pelos espanhóis, são marcos do avanço na exploração do comércio da prata do Alto Peru¹², aliada à qualidade do campo e multiplicação natural do gado em terras platinas¹³.

Montevidéu tornou-se sede do poder espanhol na margem leste do Rio da Prata. Ali, foram se incorporando pouco a pouco lavradores, lojistas, artesãos, sacerdotes, traficantes de escravos negros, fazendeiros, contrabandistas e comerciantes legais, em uma sociedade hierarquizada. A diversificação relativa da produção e a condição de único porto do rio da Prata habilitado para introdução de escravos, a partir de 1791, fomentaram a disputa mercantil com Buenos Aires, sede do outro grande porto da região.

No meio rural, a colonização ocorreu através de expedições eventuais de exploração de couro, gordura animal e charque. A sociedade ambientada neste contexto apresentava como características principais uma população escassa, predominantemente mestiça, dispersa e errante. Neste contexto, a estância cumpria o papel de proteção para uma população que dispunha de poucos meios de sociabilidade. Para CAETANO; RILLA (2008), “a

¹⁰ Para Semo, apud CUEVA (1983), “o período de acumulação primitiva na Europa corresponde, na América Latina, a um período de expropriação de riquezas e ‘desacumulação primitiva’. A sociedade neo-espanhola se caracteriza por um excedente relativamente grande, (...) mas o excedente disponível na colônia é uma parte relativamente modesta do total.” CUEVA, Agustín. **O desenvolvimento do capitalismo na América Latina**. 1. ed. São Paulo: Global, 1983, p. 25.

¹¹ Apesar de encontrar-se dentro da jurisdição espanhola de acordo com o Tratado de Tordesilhas, foram os portugueses quem estabeleceram o primeiro povoamento em território uruguaio.

¹² A denominação Alto Peru, muito comum no Uruguai e Argentina, refere-se à *Provincia de Charcas*, nome oficial da possessão espanhola no território da atual Bolívia. Até 1776 pertenceu ao Vice-reino do Peru, passando posteriormente à jurisdição do Vice-reino do Rio da Prata. **ALTO PERÚ**. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Disponível em <es.wikipedia.org/wiki/Alto_Peru>. Acesso em 21 jun. 2011.

¹³ ARTEAGA, Juan José. **Breve historia contemporánea del Uruguay**. 1. ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008, p. 15.

problemática social da campanha oriental (...) foi gerando condições para o desenvolvimento de um estilo político de tipo carismático e retributivo: o caudilhesco”¹⁴.

A sujeição às autoridades políticas, judiciais e mercantis espanholas residentes na vizinha Buenos Aires incomodava os comerciantes e criadores de gado locais. Internamente, os *gauchos* uruguaios resistiam às medidas visando à contenção do contrabando e expulsão dos trabalhadores livres e pequenos proprietários de terra. Havia fortes ressentimentos internos:

Os pioneiros ocupavam os campos, domesticavam o gado disperso e indômito, construía ranchos e currais, combatiam as incursões portuguesas e os índios invasores. Quando a região tornava-se habitável, apareciam ricos comerciantes bonaerenses e montevidéanos com ordens de expulsão dos primeiros povoadores.¹⁵

A autoridade espanhola impedia os estancieiros de vender livremente seus produtos aos comerciantes estrangeiros e ameaçava cobrar impostos sobre as terras que possuíam. Paralelamente, a crise das monarquias ibéricas trouxe mercadores ingleses às costas do Rio da Prata e, com eles, as práticas do livre comércio e as tentações de separação política. Todos estes ressentimentos internos e externos, contra Espanha e Buenos Aires, eclodiram em 1811, quando o controle colonial enfraqueceu diante da invasão francesa à metrópole.

2.2 Crise da independência (1810-1830)

A crise que a monarquia espanhola enfrentava na virada do século XVIII para o XIX dividiu opiniões na Banda Oriental: de um lado, a Montevidéu “*fiel ao que restava do domínio real, mas, sobretudo, a sua própria autonomia perante os vizinhos portenhos*¹⁶”; do outro, o interior aliado à Junta Revolucionária de Buenos Aires que, desde 1810, executava uma série de operações de cunho independentista em relação à Espanha.

Deste modo, a revolução oriental começou no meio rural, unindo os campesinos descontentes com o domínio espanhol radicado na capital Montevidéu. Os caudilhos mais esclarecidos

¹⁴ Figura comum em toda América Latina com exceção do Brasil, o caudilho é um elemento de natureza sentimental, sem linha ideológica rígida. Antes de tudo, não se pode deixar de ressaltar, os caudilhos foram expressão política do mundo rural e nutriram a imagem de *gauchos*, peões de estância, índios e fazendeiros. Este traço caudilhisto, característico da cultura política uruguaia até os dias atuais, será abordado diversas vezes neste trabalho. CAETANO; RILLA (2008), p. 22.

¹⁵ BARRÁN, José Pedro. *Historia de la sensibilidad en el Uruguay*. Montevidéu: EBO, 1989.

¹⁶ CAETANO; RILLA (2008), p. 33.

perceberam o quão débil e ineficaz era a administração ibérica, convencendo-se da necessidade de suplantá-la, iniciando assim a primeira etapa do processo emancipador.

Neste contexto surge a figura de José Artigas: caudilho cuja liderança construída enquanto estava a serviço da Coroa permitiu formular um programa político de pretensões interprovinciais e com certa inclinação à melhoria das condições de vida dos pobres e marginalizados peões campesinos. Por este e outros motivos, o radical programa *artiguista*, articulado em torno de seu carisma caudilhesco, e simbolicamente posto em prática a partir da *Admirable Alarma de 1811*¹⁷, conseguiu rápida projeção na Banda Oriental. Enquanto isto, algumas províncias do outro lado do rio da Prata, vislumbraram no *artiguismo* três benefícios¹⁸: (1) possibilidade de independência política frente à Coroa; (2) possibilidade de republicanismo frente ao ímpeto monárquico; e (3) de equilíbrio entre livre comércio e proteccionismo.

Em outras palavras, a importância de Artigas no contexto regional radicou-se no fato de defender o federalismo entre as Províncias Unidas do Rio da Prata, condição que resolvia antigos anseios de autonomia das províncias, em contraposição ao central-unitarismo portenho. Foi assim que, entre 1811 e 1816, o *artiguismo* conformou-se em Liga Federal, estendendo-se por um amplo território que compreendia as atuais províncias argentinas de Córdoba, Missões e Entre Rios, paradoxalmente rompendo com a Buenos Aires que motivara a emancipação oriental inicialmente.

Os unitários de Buenos Aires não puderam derrotar o federalismo, mas encontraram na aliança com Portugal quem fizesse o “trabalho sujo”. Artigas foi derrotado pela dupla frente de batalha, contra exércitos luso-brasileiros e portenhos. Em decorrência, as províncias que haviam formado a Liga Federal desmembraram-se, formando a Província Cisplatina no atual território uruguaio. A dominação luso-brasileira recebeu aprovação entusiasta de boa parte do patriciado de Montevideú, mas as tensões sociais estavam longe de ser superadas.

¹⁷ Também conhecida como o *Grito de Asencio*, foi o evento de desobediência militar ao poder espanhol imposto desde Montevideú. Os rebeldes tomaram as vilas de Mercedes e Santo Domingo de Soriano e anunciaram apoio à Junta de Buenos Aires. Foi o início da revolução oriental. **EL GRITO DE ASENCIO**: el inicio de la revolución. Biblioteca Artiguista, online, Uruguai, 2001. Disponível em:< <http://www.artigas.org.uy/>>. Acesso em: 02 mar. 2011.

¹⁸ CAETANO; RILLA (2008), p. 34.

Em 1825, quando os caudilhos de maior influência no campo, Juan Antonio Lavalleja, Manuel Oribe e Fructuoso Rivera, lançaram-se novamente à conquista militar da Província Oriental iniciou-se a segunda etapa da revolução independentista. Seu programa postulava a anulação dos compromissos políticos com o Brasil, a independência e a reintegração do território ao seio das Províncias Unidas do Rio da Prata, marcando assim a continuidade do ideário *artiguista*.

Os êxitos militares conseguidos pelos revolucionários colocaram novamente a Banda Oriental no centro das disputas regionais. Por fim, a intermediação britânica, interessada na fundação de um país aliado, dono do melhor porto da região, termina sacramentando a criação do Estado uruguaio¹⁹, em agosto de 1828. A decisiva participação do Império Britânico nas negociações diplomáticas qualificou o Uruguai como Estado- tampão²⁰ na região do Rio da Prata.

2.3 Construção da República (1830-1865)

Com o reconhecimento internacional da independência uruguaia, documentado em uma Convenção Preliminar de Paz entre Brasil e Províncias Unidas, ficou definido que as autoridades da Província Oriental deveriam convocar eleições de representantes, estabelecer um governo provisório e elaborar a Constituição política do novo Estado. Na Carta Magna consagrou-se o regime representativo e republicano baseado na separação dos três Poderes, não se levando em conta a existência de partidos políticos.

Os partidos políticos como os conhecemos hoje não existiam então, mas foi neste período histórico de “definição dos bandos” que *blancos* e *colorados* alcançam uma primeira configuração, “imprecisa e errática”. Segundo Pivel Devoto (1956 apud CAETANO; RILLA, 2008)²¹, é neste momento que o enfrentamento de dois estilos diferentes de caudilhismo dá origem aos ideários que viriam a consolidar-se no futuro como partidos tradicionais. Foi especificamente durante o mandato do segundo presidente, general Manuel Oribe, que seu

¹⁹ Muito tem se discutido sobre até que ponto existia um espírito nacional quando a influência inglesa impôs a independência do Uruguai, já que a vontade manifesta sempre foi a de pertencer às Províncias Unidas. Neste sentido, Aldo Solari (1967) defende que o Uruguai foi um Estado antes de ser uma Nação. SOLARI, Aldo. **El desarrollo social del Uruguay en la postguerra**. Montevidéo: Ed. Alfa, 1967, p. 7.

²⁰ O conceito de Estado-tampão formou-se nos meios diplomáticos da Europa do século XVII. Designa um país situado entre duas grandes potências previsivelmente hostis, e que, pela sua própria existência, poderá prevenir algum conflito entre as mesmas.

²¹ CAETANO; RILLA (2008), p. 65.

antecessor, general Fructuoso Rivera, levantou-se em armas apoiado por unitários argentinos e farrapos do Rio Grande do Sul em uma tentativa de golpe de Estado. Na chamada Guerra Grande²², entre 1839 e 1852, as forças *riveristas* venceram as governistas e os perfis políticos traçados em seu desenvolvimento definiram os rumos. Pode-se resumir que o perfil *colorado* passou, desde então, a ser sinônimo de uma “*relação privilegiada com o poder institucionalizado como instância de construção sócio-política; defesa de um modelo de modernização que partia de originais estrangeiros; da identidade mais cidadã e emigrante*”. Por sua parte, em uma perspectiva analítica similar, o perfil *blanco* podia identificar-se com a “*desconfiança frente ao poder institucionalizado; a defesa de um modelo modernizador mais seletivo e auto-regulado; associação privilegiada com o mundo rural e seus símbolos*”.

Neste momento histórico é interessante perceber que, apesar de país independente, o Uruguai ainda apresenta traços marcantes de instabilidade política e social típicas de nações em processo de emancipação. Solari (1967)²³ enumera quatro que são, para ele, os principais: (1) o poder efetivo do governo legal não alcançava realmente todo o território do país; (2) as grandes lealdades giram em torno aos partidos tradicionais que vivem em perpétua guerra civil; (3) tais guerras civis geram a divisão do poder político territorialmente, separando de forma geral a dominância do PC em Montevideu e do PN em determinados departamentos do interior; e (4) o fato de que as disposições da repartição territorial ocorridas entre *blancos* e *colorados* mais se assemelha à separação de países do que à separação de territórios dentro do mesmo país.

Para que se deixasse de resolver os conflitos internos através das armas, era necessário que o voto fosse instituído. O país inicia então um processo acelerado de modernização e mudanças através da ampliação da esfera de ação do Estado. Pode-se dizer que “*a grande transformação para sair das guerras civis foi a passagem da repartição territorial para a repartição burocrática*”²⁴.

²² Nesta sangrenta batalha, pela primeira vez e devido à falta de uniformes, foram usados distintivos brancos (seguidores de Oribe, *blancos*) e vermelhos (Rivera, *colorados*) para distinguir os seguidores dos dois bandos.

²³ SOLARI, Aldo. El desarrollo social del Uruguay en la postguerra. Montevideu: Ed. Alfa, 1967, p. 11.

²⁴ *Ibid.*, p. 11.

2.4 Primeira modernização (1865-1903)

No último terço do século XIX, o Uruguai evidencia mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais que o permitem chegar à modernidade. O Uruguai moderno integrou-se aos mercados mundiais liderados, neste momento, pela Grã-Bretanha, como consequência do estágio de desenvolvimento do capitalismo no século XIX, na etapa denominada Imperialista. As potências imperiais, em estreito vínculo com interesses das classes altas de diferentes Estados latino-americanos, conseguem introduzir na região um modelo econômico e social baseado na entrada de capitais através de grandes empréstimos financeiros e estabelecimento da indústria, permitindo controlar as fracas economias locais e ampliar a dependência exterior: o modelo latino-americano de crescimento para fora.

Em uma primeira fase, a turbulência social tornou-se a ocasião propícia para implantação do autoritarismo político. No campo econômico, com apoio dos empresários urbanos e dos empreendedores rurais progressistas, implementou-se um modelo agroexportador que conseguiu modificar fortemente a estrutura produtiva do país, ainda que não tenha sido capaz de escapar da forte crise financeira internacional.

A segunda fase viria a sintetizar e projetar a acumulação anterior em uma direção reformista e democrática. Entre 1876 e 1880, Lorenzo Latorre reforçou a expansão do Estado e deu rumo também à consolidação da propriedade privada. Em seu governo, Latorre levou o telégrafo até as sedes de governo departamentais, sanou as finanças do Estado, garantiu a emissão de papel-moeda e deu tranquilidade aos credores da dívida interna e externa.

É inevitável ressaltar que o fortalecimento do Estado vem associado à emergência de uma nova classe de ricos proprietários de terra e comerciantes inovadores, ao incremento da mobilidade geográfica e social da população, à massiva imigração européia, expansão da educação, dos serviços de saúde e de comunicação, entre outros.

O avanço do cercamento dos campos²⁵ e a repressão policial da delinquência rural geraram condições não só para assegurar a propriedade privada e disciplinar a população, mas também

²⁵ Dada a extensão limitada das terras no Uruguai, o processo teve consequências similares aos cercamentos ingleses anteriores à Revolução Industrial. A mão-de-obra liberada no campo ficou disponível para deslocar-se para as cidades, o que obviamente também acabou gerando um numeroso exército industrial de reserva.

para acelerar a implantação de novas tecnologias de mestiçagem do gado. Parte da população rural teve que “*deslocar-se aos centros urbanos do país, Brasil ou Argentina, ou permanecer no campo vivendo em ranchos pobres, esperando por trabalhos sazonais de safra*”²⁶ já que a estância-empresa, diferentemente da estância patriarcal predominante até então, deveria ter disponível apenas a mão-de-obra estritamente necessária.

Como fator de desemprego deve-se adicionar a máquina de tosquia²⁷, a crise econômica de 1890 e a expansão das ferrovias, que prejudicou o comércio de atravessadores e pequenos produtores, protegidos até o momento pelo isolamento do mercado. A soma destes fatores fez com que, no final do século XIX, o Uruguai se tornara “*um país de emigração, sem deixar de ser país de imigração*”²⁸.

Quanto à dinâmica do jogo político, surgem neste período os pactos de co-participação para superar os constantes levantes armados *blancos* que exigiam maior participação no governo. Através da co-participação, *colorados* comprometiam-se a garantir representação da minoria nacionalista em seus sucessivos governos. Em um sistema eleitoral que não consagrava a representação proporcional, a concessão de cargos políticos ao partido opositor foi uma forma primitiva encontrada para dar fim à tradição do levantamento armado.

2.5 Segunda modernização e Reformismo (1903-1930)

Pode-se dizer que, no Uruguai, a época contemporânea começou com a ascensão política de José Batlle y Ordóñez ao governo em 1903. Seus dois governos como presidente uruguaio significaram o ápice da modernização como ideologia e uma nova etapa na história política do país. Sob a égide do *batllismo*, o Uruguai pôs em prática seus reformismos e passou a ser elogiosamente chamado de “Suíça das Américas”²⁹, tomando o rumo necessário para efetivamente ingressar no século XX.

Ser batllista, nesta época, significava ser progressista, avançado, defensor do proletário e crítico do latifúndio tradicional, partidário do estatismo econômico e das nacionalizações com a intenção de favorecer aos cidadãos do país. Ser

²⁶ ARTEAGA (2008), p. 97.

²⁷ Ferramenta utilizada na tosa do gado ovino.

²⁸ Ibid., p. 97.

²⁹ O termo, amplamente utilizado até a década de 1960, referia-se ao perfil uruguaio de país desenvolvido, com altos índices sociais de estabilidade social e política.

*batllista implicava em enviar os filhos à escola pública e laica, casar-se no civil e rejeitar o matrimônio religioso, aceitar a liberação da mulher favorecendo seu acesso ao ensino universitário. Ser batllista foi um modo de ser e de viver, cujos valores formaram uma mentalidade que superou os limites de um partido político e converteu-se durante muito tempo na mentalidade predominante, identificada com o Uruguai moderno.*³⁰

O início deste governo que marcou a história uruguaia, entretanto, não foi exatamente pacífico. Um ano após assumir o governo, Batlle y Ordóñez enfrentou dois levantes armados do caudilho *blanco* Aparício Saravia. Condenando a exclusão social no campo, fruto do latifúndio e prejudicado pela modernização, Aparício representou para as classes urbanas, mesmo para *blancos*, o atraso que deveria ser superado. Este foi o motivo pelo qual uma importante parcela intelectual do PN viu com certa vergonha o novo conflito, opondo-se a ele. Os levantes *saravistas* foram as últimas guerras civis do Uruguai. Findo o conflito, teve fim também o modelo de co-participação vigente desde a gestão Latorre. Batlle saiu fortalecido da contenda, afirmando sua qualidade de “caudilho civil”, capaz de projetar sua influência e seu ideal no futuro imediato do país.

O fim das guerras civis abria caminho para novas formas de fazer política baseadas nas divisas tradicionais convertidas em modernos partidos de massas, organizadas em torno de programas definidos e comandados por seus líderes civis: José Batlle y Ordóñez pelo PC e Luis Alberto de Herrera pelo PN. Abre-se então um período de profundas transformações sociais e políticas que culminará com a Constituição de 1919, a consagração do voto secreto e a representação proporcional. O Uruguai passava a uma etapa de pleno desenvolvimento.

Ao concluir a primeira presidência de Batlle, a convenção nacional do PC aprovou uma declaração programática que continha as seguintes propostas: reforma da Constituição, incluindo a separação entre Igreja e Estado; sufrágio universal; eleição direta para presidente da república; representação proporcional; autonomia para os municípios; fácil naturalização para os imigrantes (em sua maioria espanhóis, italianos e alemães); diminuição dos impostos para o consumo e atenção para as questões trabalhistas.

³⁰ Ibid., p. 129.

O governo seguinte, encabeçado pelo também *batllista* Claudio Williman permitiu superávits orçamentários e impediu a estagnação econômica, mas não deu seguimento ao programa reformista elaborado por seu antecessor. No contexto político, foi durante o governo Williman, que a política uruguaia viu nascer os “partidos de idéias”: a União Cívica (UC), braço político do pensamento católico; e os Partidos Socialista (PS) e Comunista (PCU), filiados ao pensamento marxista. Neste momento, entretanto, a relevância da esquerda ideológica ainda é muito pequena no Uruguai e as novas agrupações políticas não conseguem abalar a hegemonia dos partidos tradicionais.

À medida que se aproximava o final do mandato, já se iniciavam as tratativas internas para definição do próximo candidato *colorado* à presidência. Neste momento, apenas quatro anos após o fim de seu primeiro mandato, a convenção nacional do PC acreditava que chegara a hora do regresso de Batlle. Com a aceitação do ex-presidente, que então residia em Paris, proclamou-se imediatamente sua candidatura. O PN, ciente do carisma do ex-presidente e antevendo a derrota eleitoral, decidiu abster-se das eleições.

Os anos vividos na Europa influenciaram o novo impulso que Batlle deu à sua proposta reformista. Quando regressou da França, “*Batlle entendia que o Estado deveria multiplicar sua ação também na economia e nos setores até então reservados somente à iniciativa privada*”³¹. Assim, em seu segundo governo, desenvolveu as chamadas funções secundárias do Estado através da estatização e nacionalização. Aprovou-se a criação do Banco de Seguros do Estado, a nacionalização do Banco da República, do Banco Hipotecário e da produção de energia elétrica, com a criação das Usinas e Transmissões Elétricas do Estado (UTE); assim como a criação da Universidade da Mulher. Já no mundo rural, o problema do latifúndio foi assumido pelo *batllismo* de forma moderada, sempre em diálogo com os grandes estancieiros, sobretudo com os progressistas, abertos às inovações produtivas e tecnológicas.

O grande impulso reformista durou até 1913, momento no qual a crise financeira evidenciou a dependência da economia e atuou como freio de muitos projetos. O reformismo, enquanto durou, se baseou na excelente condição das finanças do Estado, na facilidade com que se obtinham financiamentos no exterior, na unidade do PC, na debilidade da oposição e na presença de um sindicalismo reivindicativo. Em outras palavras, o ciclo do reformismo

³¹ NAHUM, Benjamin. *Manual de historia del Uruguay*. 18. ed. Montevideu: EBO, 2009, p. 37.

esgotou-se quando o Estado não pode mais praticar o intervencionismo devido a restrições orçamentárias.

No plano político, a grande reforma *batllista* foi o sistema Colegiado para o Executivo nacional. A proposta de Batlle era substituir o presidente da República por uma Junta Nacional de Governo integrada por nove ministros: dois eleitos pelo Poder Legislativo e os sete restantes diretamente pelo povo. Os ministros eleitos pela vontade popular teriam mandatos de sete anos; os oriundos da vontade dos legisladores, seis. Como o sistema supunha a renovação da Junta à razão de um ministro por ano, implicava-se que a minoria *blanca* deveria ganhar pelo menos cinco eleições consecutivas para obter maioria na Junta de Governo. Tal proposta revelava a natureza ambígua do *batllismo*: por um lado propunha a democratização da política, por outro sugeria um sistema que visava perpetuar o PC no governo³².

Na oposição, o PN enfrentava rupturas provocadas pela ascensão de Luis Alberto de Herrera. Enquanto uma classe de doutores *blancos* opunha-se ao personalismo político *herrerista*, um setor mais radical, defensor das classes trabalhadoras e da reforma social, formava o Partido *Blanco* Radical (PBR), passando a votar em lema separado³³. Era o “*programa batllista assumido pelos blancos*”³⁴.

Em 1915, assumiu a presidência Feliciano Vieira, também *batllista*. Durante seu mandato, o Estado assumiu o monopólio de correios, telecomunicações, criou-se a Administração Nacional de Portos, o Conselho Nacional de Educação Primária e Normal e diversos cursos foram integrados à Universidade da República. A legislação social também realizou avanços, entre elas a aprovação da jornada laboral de oito horas, proibição de trabalho noturno nas padarias, obrigatoriedade de descanso remunerado durante a escala de trabalho e aposentadoria por idade. Estas medidas somaram-se às condições internacionais favoráveis da Primeira Guerra Mundial para a formação do Estado de bem-estar uruguaio.

³² O Colegiado dividiu as opiniões dentro e fora do *coloradismo*. De imediato, onze senadores *colorados* se declararam anti-colegialistas e fundaram o Partido Colorado Frutuoso Rivera. A ruptura *riverista* obstruiu a convocatória da reforma.

³³ Nas eleições de 1926, o fato do PBR votar em separado foi decisivo para o resultado final. Herrera, candidato do PN obteve 48,42% dos votos enquanto o PBR obteve 1,22%. Caso PN e PBR votassem no mesmo lema como um único partido, haveriam ganhado as eleições. O radicalismo *blanco* como partido extinguiu-se em 1933. **PARTIDO BLANCO RADICAL**. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Disponível em <http://es.wikipedia.org/wiki/Partido_Blanco_Radical>. Acesso em: 17 mai. 2011.

³⁴ Arteaga (2008), p. 140.

Vieira foi o último presidente que governou com a Constituição de 1830. Todo seu mandato esteve pautado pelo processo de reforma constitucional. A Lei Maior de 1919 passou a ser chamada de “Constituição Bicéfala”, pois apesar de representar um notório avanço em muitos aspectos, não pode ocultar sua raiz híbrida, já que tentava conciliar o sistema colegialista com o poder executivo unipessoal. Durante a vigência desta Constituição, entre 1919 e 1933, quase todos os anos o povo foi chamado a pronunciar-se para eleger partidos e candidatos para ocupar determinados cargos públicos. O contínuo exercício eleitoral tornou-se hábito e o uruguaio não apenas politizou-se mais, como aumentou seu grau de participação, seu compromisso político e experimentou o valor do voto livre. Mesmo assim, o fenômeno do clientelismo, a prática de trocar votos por favores baseando-se na utilização do aparato do Estado, continuava sendo uma prática comum.

No plano econômico, ao final do período classificado como reformista, em 1930, a base da economia ainda era a pecuária bovina e ovina. A agitação geopolítica do período entre guerras fez com que os preços internacionais da carne começassem a subir. As exportações de carne congelada pela primeira vez superaram as de charque, processo que acabou por praticamente extinguir esta indústria.

Em linhas gerais, todo o sistema trabalhava como uma economia de crescimento para fora e, portanto, uma economia dependente do comércio exterior. Uma retração do mercado externo podia provocar o verdadeiro cataclisma do país. Foi o que efetivamente aconteceu em 1929 com a quebra da Bolsa de Nova Iorque. A crise econômica mais grave do Entre Guerras chegou ao Uruguai em 1930 e trouxe com ela um grande debate sobre as formas mais adequadas de enfrentá-la.

2.6 Crise mundial e suas repercussões (1930-1947)

Em 1930 é eleito presidente o heterodoxo Gabriel Terra, vinculado à direita *colorada* e com importante relacionamento com grupos empresariais e investidores estrangeiros. As classes altas logo manifestaram integral apoio ao emergente *terrismo*, cujas idéias centrais eram a reforma da Constituição (o dualismo existente no poder Executivo era considerado ineficaz), o combate à militância comunistas no país e a redução de gastos governamentais.

Enquanto isto, a crise econômica se agravava, as exportações e o valor relativo da moeda caíam, junto ao salário real da população. As divergências entre os poderes do Estado e a crescente fragmentação dos dois partidos tradicionais criaram tensões suficientes para que se falasse também em crise institucional. Com o pano de fundo do fascismo na Europa e da onda ditatorial na América Latina, em 1933 deu-se o golpe de Estado civil que Terra julgou imprescindível para concretizar a reforma constitucional de forma acelerada.

O golpe de Estado de 1933, apoiado pela corrente *blanca* liderada por Herrera e sem participação militar, suspendeu temporariamente o sistema democrático e a liberdade de imprensa, mas durou apenas o suficiente para elaboração da nova Constituição. Por isso foi batizado de “ditabranda”. O novo texto constitucional estabeleceu um regime parlamentar moderado: o Poder Executivo ficou a cargo do presidente e de nove ministros por ele escolhidos. O fator diferenciador foi a exigência de que no mínimo três ministros fossem do segundo partido mais votado na eleição. Na prática, estabeleceu-se a co-participação no gabinete presidencial: a oposição *blanca* contaria com um terço de representação ministerial. Relegados por Terra, os *batllistas* retiraram-se das disputas eleitorais, juntamente com o Partido Nacional Independente (PNI)³⁵ e partidos menores, até o fim do regime.

Apesar de não contar com uma ideologia definida que respaldasse sua gestão, o *terrismo* optou pelo estatismo como estratégia para solução da crise, seguindo a tendência mundial de fortalecimento da regulação dos mercados para superação da grande crise. Com vistas ao fortalecimento do mercado interno, criou-se a única refinaria uruguaia, a Administração Nacional de Combustíveis, Álcool e Cimento *Portland* (ANCAP) e estabeleceu-se o monopólio estatal da telefonia. Manteve-se estatal o Frigorífico Nacional e construiu-se a Represa Hidrelétrica de *Rincón del Bonete*. Foram, ainda, criadas a Cooperativa Nacional de Produtores de Leite (CONAPROLE) e a primeira empresa de aviação do país, a Pluna.

O apoio contínuo à indústria através do modelo de industrialização por substituição de importações e o desenvolvimento da burocracia estatal produziram mudanças duradouras no sistema econômico nacional. A política paternalista regida por decisões pragmáticas congelou

³⁵ Assim como os *blancos* radicais do PBR, o PNI surgiu da cisão de uma corrente nacionalista opositora ao *herrerismo*. Ao contrário do PBR, entretanto, o PNI teve larga duração, perdurando por mais de 20 anos, de 1931 a 1954. Curiosamente, a reintegração do nacionalismo independente ao PN coincidiu com a primeira vitória *blanca* em eleições nacionais. **PARTIDO NACIONAL INDEPENDIENTE**. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Disponível em <http://es.wikipedia.org/wiki/Partido_Nacional_Independiente>. Acesso em: 15 mai. 2011.

preços de alimentos, reduziu aluguéis e aumentou aposentadorias, facilitando o fortalecimento das classes proletárias.

Em 1938 assumiu democraticamente a presidência da República o general Alfredo Baldomir, cunhado de Gabriel Terra e seu aliado político. De forma surpreendente, o triunfo de Baldomir significou uma inversão inédita de alianças políticas. Alegando que a Constituição de 1934 não havia proporcionado um clima de normalidade política, em 1940, o presidente designou uma nova Comissão de Reforma Constitucional com delegados de todas correntes políticas, exceto do *herrerismo*, aliado de seu antecessor. As diferenças de Baldomir com Herrera chegaram ao ápice quando este tentou bloquear o processo de reforma. A reação veio através da destituição dos três ministros *herreristas*. Assim, Baldomir havia violado a Constituição vigente e estava a um passo de um golpe de Estado. Em 1942, dissolveu o Congresso, substituindo-o por um Conselho de Estado composto por *batllistas* e outros *colorados*. A ruptura institucional foi executada sem violência, buscando evitar que a crise política do período anterior se radicalizasse. Assim, restabeleceram-se direitos constitucionais suprimidos durante a reforma *terrista*, motivo pelo qual recebeu a qualificação de “golpe bom” e certo reconhecimento por parte da opinião pública.

A nova Constituição, promulgada em 1942, em linhas gerais mantinha o conteúdo da anterior, mas eliminava a co-participação obrigatória no gabinete. Esta Carta respondeu à necessidade de reintegrar *batllistas* e *blancos* independentes ao jogo político que haviam deixado durante a ditadura de Terra.

Até 1946, o mercado mundial recuperou-se da crise de 1929. Com o aumento de demanda por parte das potências envolvidas na Segunda Guerra Mundial, o Uruguai organizou um regime de proteção cambial para beneficiar-se de sua condição de exportador. A indústria presenciou um crescimento anual na faixa de 10% durante o conflito.

Em questões geopolíticas, diante da guerra, o governo uruguaio novamente adotou posição de neutralidade, como fizera em 1914. Porém, à medida que as batalhas progrediam favoravelmente aos aliados e a pressão da nova potência hegemônica estadunidense aumentava, o Uruguai e demais países latino-americanos romperam relações diplomáticas com o Eixo. Ao terminar a guerra, o Uruguai tornou-se membro fundador da Organização das Nações Unidas (ONU).

2.7 Restauração Neobatllista (1947-1959)

Denomina-se *neobatllismo*³⁶ ao período histórico marcado pela volta ao poder da ideologia política iniciada por José Batlle y Ordóñez. Liderado por Luis Batlle Berres, sobrinho do fundador, o período se caracterizou por novo impulso na aplicação de algumas idéias centrais do *batllismo* original aliado à realidade do pós-guerra. Enfatizou-se o incentivo à indústria, o avanço do Estado na prestação de serviços públicos, a melhora da legislação trabalhista e social e o aumento da democracia. O vigor com que foi imposto tal modelo político levou à radicalização entre quem o defendia e quem o combatia, centrando toda a vida política do período na figura admirada e repudiada de Luis Batlle Berres.

Na ideologia de *Luisito*, posta em prática entre 1947 e 1951, foram premissas essenciais o conceito de conciliação de classes sociais, a receptividade a trabalhadores estrangeiros, a defesa da indústria nacional e das classes médias e baixas, o intervencionismo estatal destinado a resolver conflitos sociais e a vigência de amplas liberdades democráticas.

Para lograr tal objetivo, Luis Batlle recorreu a subsídios, isenção de impostos, política cambial, protecionismo e a benefícios e favores oficiais a empresários. Tal postura foi tida por seus adversários políticos como demagógica, já que visava a todo custo ganhar apoio de vastos setores da classe trabalhadora e adesão da burguesia industrial. Daí o caráter paternalista e poli-classista de sua política, propiciando a hegemonia da Lista 15 dentro do PC, em oposição à Lista 14, mais ortodoxa e conservadora, liderada pelos filhos de Batlle y Ordóñez e pelas frações menores do *coloradismo*.

No campo econômico, as compras realizadas pelos aliados durante a Segunda Guerra Mundial e a reconstrução da Europa, assim como a Guerra da Coréia, entre 1950 e 1953, expandiram a bonança econômica do Uruguai, servindo de base para uma política industrialista e pró-operariado. Com esta base, pode-se impulsionar a política de substituição de importações, ampliar a legislação trabalhista, melhorar os salários e criar novos empregos, aumentando a

³⁶ Há quem considere um erro a utilização do termo *neobatllismo*, pois para estes não há nada de novo na ideologia de Luis Batlle em relação a José Batlle.

capacidade de consumo do mercado. Assim, acentuou-se a diversificação da economia enquanto havia demanda internacional.

Este modelo de crescimento econômico, porém, tinha diversos fatores condicionantes. A inexistência de combustíveis e bens de capital no Uruguai o tornava extremamente dependente dos países desenvolvidos, exportando o dinamismo industrial para os países dominantes. Além do mais, o pequeno mercado interno fazia com que as indústrias não utilizassem toda sua capacidade instalada, tornando altos os custos de produção e inviabilizando o crescimento sustentável. Ao mesmo tempo, a expansão agrícola uruguaia também dava sinais de estagnação devido ao atraso tecnológico e baixa produtividade.

Na metade da década de 1950, com saldos desfavoráveis na balança comercial e paralisação do crescimento rural e industrial, surgiu o processo inflacionário. O impacto inflacionário foi repassado aos trabalhadores, cuja resistência veio na forma de paralisações, greves e protestos. Outra consequência negativa do aumento de preços foi a preferência de muitos capitais em voltar-se à especulação, em detrimento do investimento na agropecuária e na indústria estagnadas. Assim, os bancos e entidades financeiras em geral multiplicaram-se a partir do final da década de 1950.

O longo período entre o fracasso do modelo de industrialização por substituição de importações e o golpe de Estado que se dará em 1973, como veremos nas sub-seções seguintes, se caracteriza pelo estancamento econômico dos principais setores de produção e o surgimento de desequilíbrios macroeconômicos vinculados a um déficit comercial acentuado, à perda de reservas e um acelerado processo de endividamento. Junto a este agravamento do desequilíbrio externo se produzirá um incremento das atividades especulativas e financeiras.

No contexto político, as eleições de 1950 consolidaram a força do *neobatllismo* com a eleição de Andrés Martínez Trueba, candidato da Lista 15. Não obstante, tão logo assumiu a presidência, dirigentes das demais listas coloradas, principalmente da 14, e do PN iniciaram negociações para implementar uma reforma constitucional baseada no retorno do Executivo Colegiado. O grande objetivo era impedir que Luis Batlle voltasse ao poder nas eleições seguintes, já que seu grande carisma pessoal e seu inegável apelo popular poderiam resultar em um indesejável aprofundamento do personalismo político.

O *neobatllismo* encontrava-se numa difícil situação: sabia que o Colegiado, neste momento, ameaçava sua hegemonia, mas não podia opor-se a ele já que fora justamente Batlle y Ordóñez o grande idealizador do modelo. Luis Alberto de Herrera, quem sempre havia sido contra o Colegiado, viu então a possibilidade de governar, ainda que fosse como minoria dentro do órgão executivo. Seu surpreendente apoio à proposta reformista foi decisivo.

As linhas principais da reforma foram redigidas por uma comissão especial integrada por delegados do PN, do *batllismo* ortodoxo e *coloradismo não-batllista*. O projeto foi aprovado em referendo popular por uma pequena maioria, entrando em vigência em 1952.

Assim, na Constituição de 1952, a presidência da República foi substituída pelo Conselho Nacional de Governo, integrado por nove membros³⁷ eleitos diretamente pelo povo. Logo se percebeu que o novo sistema enfrentaria dificuldades para fazer valer o consenso diante de problemas práticos. A complexidade do Colegiado tornou difícil escutar todas as frações políticas para tomada de decisões importantes e urgentes em tempo hábil, ou seja, o Colegiado estabeleceu a co-participação de governo, e não a cooperação ou colaboração do partido minoritário.

Demonstração de tal ineficácia institucional veio com o fim da Guerra da Coréia e a conseqüente queda dos preços dos principais produtos de exportação uruguaios. O descontentamento popular gerado pela falta de compradores internacionais manifestou-se através de mobilizações sindicais, duramente repreendidas pelo executivo através de *Medidas Imediatas de Segurança*³⁸, mecanismo constitucional coercitivo previsto para enfrentar ataques externos e situações de comoção nacional. Ainda que por curtos períodos, fecharam-se centrais sindicais e greves foram declaradas ilegais. Com estas medidas impopulares, difundiu-se um sentimento de desprestígio da classe política em geral.

Luis Batlle aproveitou a situação para defender “renovação” e lembrar a população das boas relações que mantinha com o movimento sindical quando era presidente. Com o *slogan* “Tudo ou Nada”, pediu à população que votasse massivamente no *neobatllismo* da Lista 15, o que lhe permitiria controlar o Colegiado. Nas eleições de 1954, sua vitória foi evidente. Em 1955,

³⁷ Assim distribuíram-se as nove vagas: seis seriam membros escolhidos pela lista mais votada dentro do partido mais votado, e três provenientes do segundo partido mais votado, segundo divisão proporcional entre seus votos. A presidência do órgão deveria revezar-se anualmente entre os quatro primeiros titulares da lista vencedora. Nenhum conselheiro poderia ser reeleito. Para o primeiro período colegiado, excepcionalmente, os conselheiros seriam eleitos dentre os constituintes.

³⁸ Tradução do autor: *Medidas Prontas de Seguridad*, no original.

assumiu o novo Conselho Nacional de Governo. Para conseguir apoio parlamentar da Lista 14, minoritária, Luis Batlle fez uso da nomeação de suas figuras-chave em cargos públicos, como de praxe na tradição clientelista uruguaia.

Durante este mandato, a crise interna provocada principalmente pela dependência do mercado internacional não pode ser enfrentada satisfatoriamente pelo Executivo. Mesmo possuindo dois terços do conselho, o *neobatllismo* apresentava sinais de esgotamento.

Nestes anos surgia um novo movimento gremial contestatório da tradição urbana *colorada*. Sob o pseudônimo *Chico Tazo*, o radialista Benito Nardone, inicialmente sem filiação política, passou a defender o “ruralismo”, em oposição aos privilégios da capital. Mais uma vez o conflito campo-cidade influenciava os rumos da nação oriental. A semelhança de discursos aproximou Nardone ao *herrerismo*. Batlle passou a isolar-se cada vez mais em seu próprio sub-lema à medida que as forças opositoras recrudesciam suas críticas ao modelo que ele representava.

Nas eleições de 1958, pela primeira vez em 93 anos, os nacionalistas obtiveram maioria de votos, conquistando assim seis dos nove cargos no Conselho Nacional.

2.8 Rotação de partidos no poder (1959-1967)

A gravidade da crise econômica, cuja manifestação mais impopular foi a inflação, contribuiu de modo decisivo para enfraquecer a Lista 15 *colorada*. Na oposição, o PN havia acumulado apoio de nacionalistas independentes, contingentes do emergente ruralismo e os descontentes de todas as classes sociais. Depois de muitos anos de política *batllista*, o eleitorado buscou mudança através da rotação de partidos no poder³⁹.

Entretanto, a esperança de que a mudança no poder resolvesse os principais problemas do Uruguai durou pouco. A morte de Luis Alberto de Herrera, logo no início do colegiado *blanco*, gerou fortes reposicionamentos dentro do partido governista. O *herrerismo* dividiu-se em dois: um setor ortodoxo, que se aliou aos nacionalistas independentes do PNI formando a

³⁹ Carlos Moreira (2010) destaca que a crise do modelo *batllista*, entre 1958 e 1973, foi o “prólogo do Uruguai violento dos anos 60 e 70, que culminou com o golpe de Estado em 1973”. O autor destaca que esta seria a segunda das duas “épocas de transição” da história do Uruguai; épocas nas quais emergem novos atores e são definidas as regras do jogo. A primeira havia sido entre 1876 e 1904, quando da formação do próprio Estado nacional. MOREIRA, Carlos. **Apuntes sobre el primer gobierno del Frente Amplio en Uruguay (2005-2010)**. 1. ed. Olivos: Editorial El Grillo Si, 2010, p.15.

ubedoxia (União Blanca Democrática – UBD – e *herrerismo* ortodoxo) e outro *herreroruralista*.

Do outro lado, dentro do PC, continuaram os ataques a Luis Batlle que, em parte, provocaram sua derrota eleitoral. Estes setores agruparam-se ao redor do militar Oscar Gestido conformando a União Colorada e *Batllista* (UCB), de traços mais conservadores. Na esquerda *colorada* surgiu a lista Pelo Governo do Povo (PGP) centrada na figura maior de Zelmar Michelini, propondo uma política progressista que retomasse os pressupostos do *batllismo* original. À lista 15, sempre dirigida por Luis Batlle, restou a posição central no espectro ideológico, o que lhe permitia reter boa parte dos partidários.

A década de 1960 presenciou importantes mudanças nos partidos de idéias: em tentativas de coligação que podem ser consideradas sob certo ângulo como antecessoras do *frenteampulismo*. A esquerda acreditava que seria possível cooptar parte do eleitorado que havia superado os limites partidários para proporcionar a rotação de partidos no poder. No PS, jovens influenciados pela Revolução Cubana e por idéias de nacionalismo latino-americano distanciaram-se de Emilio Frugoni, fundador do partido, para formar a União Popular (UP). A intenção de agrupar a esquerda, entretanto, excluía os comunistas já que grande parte, senão a totalidade, da população rural era tradicionalmente avessa à divisão de terras que o comunismo genericamente defendia através da reforma agrária. O PCU substituiu seu secretário-geral histórico, Eugenio Gómez, por Rodney Arismendi e fundou a Frente Esquerda de Liberação (FIDEL), também simpática ao regime cubano.

Em 1962 realizaram-se eleições gerais para a renovação das autoridades departamentais e nacionais. Pelos *colorados*, apresentaram-se três setores: a Lista 15, a UCB e a PGP. Entre nacionalistas, apresentaram-se os dois grandes agrupamentos acima mencionados: *ubedoxia* e *herreroruralismo*.

Em ambos partidos tradicionais, as divisões internas praticamente provocaram uma “pulverização” política: “*um total de mais de quatrocentas listas que compreendiam centenas de aspirantes a posições de governo dos quais se podia suspeitar que não o faziam por princípios programáticos.*”⁴⁰

⁴⁰ NAHUM (2009), p. 237.

Como resultado eleitoral, voltou a triunfar o PN, ainda que por vantagem muito mais escassa de votos em relação ao período anterior. Dentro do nacionalismo, predominou a *ubedoxia* com grande maioria. Os *blancos* não obtiveram maioria nas Câmaras como ocorrera em 1958 e perderam governos departamentais, entre eles o mais importante, de Montevidéu. No conjunto, houve uma leve recuperação do *coloradismo* e, dentro dele, de Luis Batlle. A UP dos socialistas foi um fracasso, elegendo apenas Enrique Erro, um representante da esquerda, mas proveniente das fileiras *blancas*. Caminho inverso percorreu a FIDEL, melhorando sua votação em relação ao desempenho tradicional dos comunistas.

A vitória apertada dos *blancos* agravou a problemática do sistema de Colegiado. Sem maiorias e vítimas de divisão interna, principalmente após os falecimentos de seus líderes Benito Nardone e Daniel Fernández Crespo, todos em 1964, o governo pouco pode fazer para reverter os graves efeitos da crise econômica.

Tanto a crise econômico-social quanto as dificuldades dos órgãos de governo para enfrentá-la induziram os partidos tradicionais a pensar em uma nova reforma constitucional. A lentidão do Colegiado para tomar decisões motivou todos os projetos de reforma a postular pelo regresso do presidencialismo. Refletia-se aí também a vontade popular já que grande parte da população acreditava que um líder dotado de amplos poderes poderia enfrentar melhor a crise que se apresentava na forma de inflação, baixos salários, desemprego e escassez de artigos de primeira necessidade, entre outros.

Elaboraram-se, então, quatro projetos de reforma para serem submetidos a plebiscito juntamente com as eleições de 1966, resultando vencedora a proposta feita em um acordo interpartidário. Como se poderia esperar, as maiores mudanças no texto constitucional, que entraria em vigor em 1967, se deram no Poder Executivo com a substituição do Conselho Nacional de Governo de nove membros por um Presidente da República. Outras mudanças importantes foram: (1) extensão dos mandatos de quatro para cinco anos; (2) iniciativa exclusiva do Executivo de criação de empregos e gastos orçamentários; (3) projetos de leis de aprovação imediata⁴¹; e (4) possibilidade de vetar ou introduzir modificações em projetos aprovados pelo Legislativo.

⁴¹ Projetos de lei aprovados automaticamente, caso o Legislativo não se opusesse em tempo hábil.

A considerável ampliação das faculdades do Poder Executivo lhe deu clara supremacia sobre o Legislativo e o Judiciário com vistas a criar uma administração mais rápida e eficiente. Mas este aumento de poder também poderia ser utilizado de forma autoritária com a finalidade de manter a “paz social”.

No plano econômico, respondendo tanto às cartilhas do Fundo Monetário Internacional (FMI) como ao programa do ruralismo, os dois Colegiados *blancos* privilegiaram por um lado o apoio ao setor agropecuário e, por outro, a destruição do aparato de proteção industrial. Tal orientação da política econômica significou o começo da liberalização do Uruguai e da dependência das orientações econômicas externas, com seguidas visitas de organismos internacionais impondo novas condições e cartas de intenção. Olesker (2009) define este modelo de desenvolvimento como “Liberal, Aberto, Concentrador e Excludente” (LACE)⁴², no qual o liberalismo econômico aliado à eliminação das liberdades políticas, neste momento ainda incipiente, gera condições para a reestruturação econômica capitalista.

Em 1959, uma missão do FMI chegou ao Uruguai e, analisando as contas nacionais do país, sugeriu a adoção de uma Reforma Cambial e Monetária. Tal reforma tinha o objetivo de desmontar o aparato de regulação da economia que vinha se utilizando desde a crise de 1929. Para tanto propunha: (1) eliminar o sistema de câmbios múltiplos que havia favorecido a indústria em prejuízo do setor agrícola, passando a operar um mercado de câmbios único e livre; (2) eliminar controles comerciais sobre importações e exportações; (3) eliminar subsídios aos artigos de primeira necessidade; e (4) desvalorizar o peso uruguaio.

As mudanças produzidas no processo econômico foram muito menos radicais que o desejado pelos impulsores da reforma. A livre importação permitiu um melhor abastecimento tanto para indústria como para a população em geral, mas desequilibrou a balança comercial e de pagamentos, aumentando a dívida externa e o processo inflacionário. A média de crescimento dos preços ao consumidor entre 1963 e 1966 superou os 50% anuais e, em 1967, registrou um valor recorde até os dias atuais de 136%.

⁴² O termo LACE é uma criação teórica de Olesker (2009) para designar a política econômica iniciada às vésperas do golpe Militar, alinhada quase de maneira total ao FMI. Nos ministérios de Gestido e Pacheco, participaram representantes dos grupos econômicos mais poderosos, sendo a repressão o estopim do processo concentrador e excludente. O autor, um frenteamplista destacado, defende que a FA representa um modelo oposto a este: o RADI, “Regulador, Auto-centrado, Distributivo e Inclusor”. OLESKER, Daniel. **Crecimiento e inclusión: logros del gobierno frenteamplista**. 1. ed. Montevideu: Trilce, 2009, p. 11.

Grande parte do comportamento dos preços pode ser explicada através da especulação desatada por grupos de poder econômico, culminando em uma crise generalizada do sistema bancário e sua drástica redução de infra-estrutura e atividades. Assim, os setores empresariais, tanto agropecuários quanto industriais, tiveram vários períodos propícios para ações especulativas que foram aproveitados ativamente. A resposta do governo não parece ter sido satisfatória:

Frente a esta situação, o governo respondeu de forma imprecisa e descontínua. A política econômica oscilou entre liberalismo e dirigismo, entre aproximação e afastamento dos postulados do FMI, entre regimes cambiais livres e controlados, mas sempre pautado por freqüentes missões re-financiadoras que tentavam buscar um alívio para a já volumosa e asfixiante dívida externa uruguaia.⁴³

2.9 Guerrilha e Autoritarismo (1967-1971)

No final da década de 1960, a persistência da crise dava sinais de ruptura no horizonte político do Uruguai. O surgimento de grupos guerrilheiros urbanos de orientação predominantemente marxista e a fragilidade da ordem institucional provocaram a expansão de um sentimento de desencanto em torno das regras do jogo democrático.

Em março de 1967, como resultado das eleições de 1966 e da aprovação da reforma constitucional que reintroduziu o presidencialismo, ascendeu à presidência o *colorado* General Oscar Gestido. Sua vitória foi simbólica: tratava-se de um militar aposentado, distante do jogo político e visto como administrador honesto. Evidenciava-se assim a vontade generalizada da população por um governo forte, eficiente e “alheio às práticas políticas tradicionais”⁴⁴.

O governo mais uma vez recorreu às Medidas Imediatas de Segurança e ao aprofundamento das relações com o FMI na tentativa de conter a agitação popular crescente motivada pela inflação. Entretanto, em dezembro de 1967, um inesperado acontecimento modificou os rumos do país: Gestido faleceu, assumindo seu vice, Jorge Pacheco Areco.

⁴³ CANCELA apud NAHUM (2009), p. 262.

⁴⁴ NAHUM (2009), p. 266.

A ascensão de Pacheco Areco coincidiu com a aceleração da escalada autoritária. Logo em sua primeira semana como presidente, dissolveu o PS, a Federação Anarquista Uruguaia (FAU), o Movimento Revolucionário Oriental (MRO), Movimento de Ação Popular Uruguaia, Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR) e os jornais “Época” e “O Sol”, acusando-lhes de vinculação com a guerrilha *tupamara* que ensaiava suas primeiras ações armadas.

Em maio de 1968, produziu-se uma renovação ministerial que reforçou as tendências pró-FMI impostas por Gestido em sua breve gestão. Representantes diretos dos grupos econômicos mais poderosos foram nomeados para os ministérios da área econômica, substituindo assim os políticos profissionais por empresários.

Em 13 de junho, voltou-se a impor Medidas Imediatas de Segurança em reação a uma greve bancária. No mesmo mês decretou-se o congelamento de preços e salários.

Em sua condução econômica, Pacheco empreendeu um caminho que agravava os conflitos sociais, não tomando conhecimento da Constituição vigente. Neste sentido, Nahum (2009) assinala diversas medidas de governo características do *Pachecato*: (1) reiterada recorrência ao regime excepcional de Medidas Imediatas de Segurança para governar; (2) violação dos direitos humanos, com freqüentes maus tratos e torturas a prisioneiros; (3) limitação da liberdade de imprensa com fechamento de numerosos meios de comunicação; (4) desrespeito às decisões do Poder Legislativo e Judiciário; e (5) militarização de funcionários públicos e privados em greve, obrigando-os a retornar ao trabalho, aplicando-lhes disposições militares incompatíveis com sua condição de civis, entre outras. Em suma, estas medidas demonstraram a vontade do Executivo de governar por decreto, evitando a participação do Parlamento e de outros organismos de Estado.

Frente à crescente mobilização sindical e estudantil e, sobretudo, a ação armada da guerrilha, muitos parlamentares pareciam oscilar entre o medo da subversão e o temor da dissolução do Parlamento pelo Executivo. Foi se tornando normal que as distintas mobilizações sociais fossem reprimidas com armas de fogo. Com a lenta aceitação de tais fatos pela população, começou-se a perder a democracia.

O Uruguai caminhava para um regime *de facto*, mas em meio à crise cada vez mais ampla, chegou-se às eleições de 1971: o evento que a esquerda viu como a luz no fim do túnel.

Dada a centralidade do tema para este trabalho, o desenvolvimento da esquerda através da fundação da FA, bem como o período de “eclipse da democracia”, entre 1973 e 1984, e períodos políticos subsequentes serão abordados em separado, a partir do próximo capítulo.

3 SURGIMENTO DA ESQUERDA COMO ALTERNATIVA POLÍTICA AO BLOCO TRADICIONAL

3.1 MLN-T: o fracasso da via armada

Nos conturbados anos finais de década de 1960, a espiral de violência vivida no Uruguai, motivada pela decadência do Estado de bem-estar e recrudescimento de políticas repressivas, fez com que parte da esquerda abandonasse a institucionalidade política então vigente e iniciasse mobilizações clandestinas com vistas à revolução socialista. Com este pano de fundo, diversos movimentos armados⁴⁵ iniciaram suas ações. Nenhum, porém, atingiu a dimensão e impacto do Movimento de Libertação Nacional *Tupamaros* (MLN-T).

O MLN-T foi um típico movimento revolucionário e socialista da década de 1960, fortemente influenciado pelo impacto da Revolução Cubana, e heterogêneo do ponto de vista de suas fontes e referências teóricas. Entre outras, as principais correntes ideológicas integrantes do movimento foram o marxismo, o leninismo, o anarquismo, o liberalismo e o nacionalismo. Ao longo de sua trajetória, aderiram militantes advindos de movimentos sociais e também dos partidos tradicionais. Garcé (2009) faz lembrar que, no marco da esquerda uruguaia, a tradição *tupamara* se caracterizou pela “*ambição política, impaciência, voluntarismo, pragmatismo, flexibilidade e criatividade em encontrar atalhos ao poder*”⁴⁶.

No contexto do avanço autoritário por parte do Estado, genericamente, pode-se enumerar os objetivos centrais e imediatos do MLN-T em quatro pontos: (1) restituição das liberdades individuais; (2) descongelamento dos salários; (3) reposição dos funcionários destituídos por Medidas Imediatas de Segurança; e (4) liberação de presos políticos. Embora muitos militantes, principalmente os oriundos do PN, lutassem antes de qualquer coisa contra a corrupção atribuída aos *colorados*, o objetivo final da guerrilha era indiscutivelmente a construção do socialismo.

Não restam dúvidas de que a principal diferença entre os *tupamaros* e o resto da esquerda residia nos procedimentos e métodos. Enquanto a esquerda comunista e socialista tradicional

⁴⁵ Outros movimentos com participação armada da época são: Movimento Esquerda Revolucionária (MIR), o Movimento de Ação Popular Uruguai (MAPU), a Federação Anarquista do Uruguai (FAU), Movimento Revolucionário Oriental (MRO) e o Movimento de Apoio ao Campesino (MAC). Praticamente todos confluíram no MLN-T.

⁴⁶ GARCÉ, Adolfo. *Donde hubo fuego: el proceso de adaptación Del MLN-Tupamaros a La legalidad y a La competencia electoral (1985-2004)*. Montevideo: Fin de Siglo, 2009, p. 29.

dedicava grande importância à elaboração teórica, atuação parlamentar e disputa eleitoral, os *tupamaros* acreditavam que o exemplo cubano era prova concreta de que a consciência de classe nascia da luta e que a luta armada seria a única via revolucionária possível para a América Latina. Neste aspecto, o pensador marxista britânico Eric Hobsbawm (apud Lessa, 2002), ressalta que a Revolução Cubana motivara o MLN-T e outros grupos de jovens entusiastas em toda América Latina a lançar-se em “*lutas de guerrilhas condenadas de antemão ao fracasso, sob a bandeira de Fidel, Trotsky e Mao*”⁴⁷.

É certo, entretanto, que além do contexto internacional de Guerra Fria, cabe também analisar as causas internas do desenvolvimento da guerrilha, ou seja, estudar as variáveis políticas, econômicas e sociais do Uruguai. A interpretação mais aceita que tenta explicar o surgimento do MLN-T o classifica como um produto quase inevitável dos enfrentamentos que se desenvolviam como fruto da deterioração econômica e social uruguiaia. As políticas repressivas implementadas pelo governo de Pacheco Areco, incluindo a permanente utilização de Medidas Imediatas de Segurança, retroalimentaram fortemente a violência no país, da mesma forma que o governo posterior de Juan Maria Bordaberry.

Um questionamento corrente é o que tenta decifrar qual violência surgiu antes: a do Estado ou a dos movimentos revolucionários. Entende-se aqui que não se pode chegar a uma resposta definitiva, já que, por um lado, o movimento revolucionário abordado neste capítulo justamente defendia a via armada como forma de chegar ao governo, de certa forma já descartando a possibilidade do povo conscientizar-se *de per se* dentro da democracia formal existente. Por outro lado, o Estado não é isento de culpa no avanço da violência já que a inexistência de políticas sociais em período anterior ao surgimento da guerrilha também deve ser considerada uma forma de violência. Por estes e outros motivos, preferimos tratar da violência como um fenômeno dinâmico em espiral, fortalecido com o passar do tempo por ambos os lados confrontantes.

Em uma primeira etapa do surgimento da guerrilha *tupamara*, uma parte da população foi surpreendida positivamente por ações inéditas no país, tornando-se simpática ao método *tupamaro* de divulgar crimes econômicos de instituições até então respeitáveis. Nesta etapa, chamada *Robin Hood*, quando a organização atuava sem excesso de violência e distribuía o

⁴⁷ LESSA, Alfonso. *La revolución imposible: los tupamaros y el fracasso de la via armada en el Uruguay del siglo XX*. Montevidéo: Fin de Siglo, 2002, p.19.

produto de suas operações entre os pobres, parecia que toda opinião pública lhe seria favorável. Este é considerado o ápice da vida política *tupamara*. A segunda etapa, marcada pela utilização mais freqüente de meios violentos, recebeu o nome de *Samurai*. Não existe registro exato sobre o número de membros que o movimento atingiu nesta época, mas a maior parte das estimativas varia entre quatro e cinco mil, incluindo simpatizantes com certo grau de compromisso e integrantes dos Comitês de Apoio aos *Tupamaros* (CAT)⁴⁸.

Em setembro de 1971, porém, ocorreram os fatos decisivos para o futuro do MLN-T. Até então o combate aos rebeldes por parte do Estado estava a cargo da Polícia. A partir desta data, a irrupção do cenário bélico pelas Forças Armadas liquidou militarmente os *tupamaros* em poucos meses. Paradoxalmente, uma das mais incríveis e bem-sucedidas ações, a fuga de 106 dirigentes e militantes *tupamaros* da Penitenciária de *Punta Carretas*, acabou desatando a ofensiva final das forças repressivas. Neste momento, havia ocorrido uma mudança fundamental na opinião pública já que a utilização da violência como principal método político despertava resistências na população.

Para Lessa (2002), a revolução que os *tupamaros* queriam para o Uruguai era impossível: uma sucessão de erros de análise sobre a sociedade em que atuavam, sobre sua história e o papel e peso de vários protagonistas centrais resultaram decisivos para seu fracasso⁴⁹. A isto se somaram as grandes diferenças e contradições ideológicas que coexistiam dentro do movimento. Para ele, houve uma inadequada avaliação da distância que separava o Uruguai das outras experiências que se tornaram referenciais, particularmente Cuba. Erros tanto ao analisar as condições objetivas como no potencial para criar condições subjetivas para a revolução e a luta armada, assim como a reação da população, a capacidade da Polícia e das Forças Armadas para combater a violência. Também foi pouco acertada a análise da capacidade de resposta e transformação dos partidos tradicionais e a possibilidade de convocatória de uma nova aliança política de esquerda, como efetivamente ocorreria com a fundação da Frente Ampla.

Neste ponto, uma possível ligação das bases *frenteamplistas* com os movimentos revolucionários merece destaque. Para Serra Padrós (2005):

⁴⁸ CABRAL (2006), p. 126.

⁴⁹ LESSA (2002), p. 319.

O fato de que alguns setores da FA mantivessem canais de conversação com a guerrilha não significava que a coalizão apoiasse a luta armada. (...) (Pelo contrário) o surgimento da FA, seu rápido crescimento e sua proposição de um caminho pacífico representou um desafio à estratégia tupamara, na medida em que se configurava uma espécie de sobreposição de simpatias sobre as mesmas parcelas da população (”)⁵⁰.

Conclui-se, assim, que os objetivos do MLN-T materializaram-se em um contexto pouco propício para a violência como principal instrumento político. Após a restauração democrática, paradoxalmente através de mecanismos eleitorais que eles próprios haviam criticado e combatido, os ex-guerrilheiros conseguiram um importante espaço na esquerda legal, como a sua participação na FA indica nos dias atuais.

3.2 O surgimento da Frente Ampla

O ano de 1971 - data de surgimento e estréia eleitoral da FA - era um momento em que a história do Uruguai estava atravessada pela violência política, com o enfrentamento entre grupos guerrilheiros urbanos e forças policiais e militares. Também o panorama econômico provava que tanto o reformismo liberal como o dirigismo *battlista* haviam fracassado. Obviamente, haviam fracassado as estruturas políticas vigentes. Assim, as explicações mais aceitas do surgimento da FA dão conta que foi produto da longa crise que sucedeu ao esgotamento do modelo de desenvolvimento baseado na industrialização por substituição de importações, assim como do modelo de bem-estar social que nele se sustentava e o fracasso da via armada⁵¹.

Para Cabral (2006), existem duas interpretações para o surgimento da FA: a primeira delas a trata como “*produto do avanço das lutas e tomada de consciência operária e popular que se plasmou em níveis organizativos superiores*”⁵². Na segunda hipótese, a criação da coalizão estaria associada à autodefesa ante a repressão *pachequista*. Perceba-se que as duas hipóteses não estão dissociadas, sendo apenas visões diferentes do mesmo fenômeno.

Já Lanzaro (2004) credita grande parte do enfraquecimento político do bloco tradicional, em especial após os dois Colegiados *blancos*, ao gradual distanciamento do PC e PN em relação

⁵⁰ SERRA PADRÓS, Enrique. **Terror de Estado e Segurança Nacional - Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar**. 876 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005, p. 289.

⁵¹ Todas as referências consultadas concordam neste aspecto.

⁵² CABRAL (2006), p. 184.

aos movimentos sindicais. Até o fim da hegemonia *batllista*, as agremiações de trabalhadores eram lideradas por simpatizantes dos partidos históricos. A partir da metade da década de 1950, duas organizações passam a reivindicar o papel de centrais sindicais: de um lado a Confederação Sindical do Uruguai (CSU), de orientação majoritariamente socialista; do outro a União Geral dos Trabalhadores (UGT), comunista. Ainda que com acirradas divisões, fruto da competição entre as diversas correntes ideológicas e ramos de atividade, a esquerda pré-FA vai ganhando terreno e constitui-se como “partido de integração social”⁵³, ou seja, ocupando-se das lutas vai inserindo-se na vida das classes trabalhadoras e criando núcleos de sociabilidade nos bairros e locais de trabalho dotando-se pouco a pouco de uma organização extensa e aberta à participação dos inscritos.

Em uma economia que não conseguia crescer de forma sustentada, a luta distributiva e o conflito de classes desatou-se com grande intensidade. As principais divergências entre CSU e UGT são superadas entre 1964 e 1966, com a fundação da Convenção Nacional dos Trabalhadores (CNT), organismo permanente de coordenação e luta. Cumpre-se assim um passo fundamental da resistência frente ao Estado e ao empresariado: a nacionalização da esquerda. Esta forte mobilização corporativa dos sindicatos é o antecedente das “*fórmulas partidárias em estratégia de frentes que buscam a organização de massas e a competição eleitoral*”⁵⁴. Depois de muitas derrotas eleitorais atuando fragmentada, a esquerda percebe que só chegará ao governo como uma frente efetivamente ampla que integrasse todos pequenos partidos de idéias, em oposição à oligarquia representada por PC e PN. É a origem da FA⁵⁵.

O documento fundacional *frenteamplista*, datado de cinco de fevereiro de 1971, recebeu o nome de Bases Programáticas da Unidade (BPU). Através dele, a organização apresentava-se como uma coalizão democrática que conservaria a autonomia e identidade de suas forças integrantes, ainda que exigisse que estas subordinassem seus programas particulares aos acordos programáticos da união.

⁵³ LANZARO, Jorge (Org.). *La izquierda uruguaya: entre la oposición y el gobierno*. Montevideo, Fin de Siglo, 2004, p. 30.

⁵⁴ *Ibid.*, p. 34.

⁵⁵ Como abordado no primeiro capítulo, ainda que sem atingir a dimensão da FA, anteriormente já haviam existido tentativas de “frentes” com FIDEL, em 1961, e UP, em 1962.

Oscar Bruschera, em artigo de março de 1971 publicado na tradicional revista mensal *Cuadernos de Marcha*⁵⁶, traçou os três pilares “indissolúveis e complementares entre si” do programa da FA: (1) superar a crise estrutural; (2) restituir ao país seu destino de nação independente; e (3) reintegrar direitos e liberdades individuais, políticos e sindicais. Tais pilares seriam o fundamento sobre o qual se desenvolveriam os objetivos secundários: planificação nacional; reforma agrária; nacionalização do sistema financeiro, dos grandes monopólios e do comércio exterior; fomento do cooperativismo; reforma do sistema tributário (prevendo a taxaço da riqueza e do capital improdutivo); e nova política salarial.

Após a constituição formal da FA e diante da iminência das eleições nacionais, a militância dedicou-se à divulgação do programa fundacional e à escolha dos candidatos. A grande receptividade a este esforço de divulgação foi o que possibilitou sua apresentação como opção eleitoral viável.

3.3 Eleições de 1971

A campanha eleitoral realizou-se em meio ao difícil clima político do *Pachecato*, com Medidas Imediatas de Segurança em plena vigência. Entretanto, com o objetivo de garantir o contínuo, o governo tratou de promover medidas “eleitoreiras” como a criação de novos cargos públicos, aumentos salariais e de pensões, controle de preços da cesta básica, etc.

Algumas novidades marcaram o pleito: pela primeira vez o voto seria obrigatório e votariam também os soldados de linha. Além disto, juntamente com as eleições nacionais e departamentais, a população votaria a reforma constitucional proposta pelo PC que permitiria a reeleição de Pacheco. A corrente majoritária do PC vinculava-se ao esforço da reeleição com a fórmula Pacheco Areco-Bordaberry. Caso tal reforma constitucional não fosse aprovada, as mesmas forças tinham a alternativa de votar na candidatura Bordaberry-Sapelli.

As candidaturas postulantes tiveram matizes específicos. Enquanto o PC apresentava-se com um perfil conservador, devido a sua pretensão continuísta, à saída de seus representantes mais esquerdistas e à “*marginalização de seus resíduos reformistas de matriz batllistas*”⁵⁷, o PN sinalizava uma força de renovação interna sob a emergente e liberal liderança de Wilson

⁵⁶ BRUSCHERA, Oscar. Las líneas fundamentales del programa del Frente Amplio. *Cuadernos de Marcha*, Montevideú, n. 47, p. 2-3, março de 1971.

⁵⁷ CAETANO; RILLA (2008), p. 299.

Ferreira Aldunate em “*clara hegemonia das forças mais reformistas e programas distanciados das teorias neoliberais e fundo-monetaristas*”⁵⁸. A inédita FA, cujo desenvolvimento será abordado nas próximas seções, apresentava-se coligando o “*amplíssimo espectro de forças comunistas, socialistas, democrata-cristãs, esquerdistas independentes e setores provindos dos partidos tradicionais*”⁵⁹.

Como resultado, registrou-se a derrota da reforma reelecionista e uma diferença mínima em favor dos *colorados* no total dos votos válidos. O candidato mais votado individualmente foi o *blanco* Ferreira Aldunate, mas como o PN foi apenas o segundo partido com mais votos válidos, sagrou-se vencedor o candidato mais votado do partido mais votado: o *colorado* Juan Maria Bordaberry. Tal situação, só possível através do duplo voto simultâneo⁶⁰, deu margem à contestação dos resultados e suspeitas de fraude.

A FA atingiu 18% do total de votos, superando a marca histórica dos 10% da esquerda dividida. Na capital, embora não vencesse, obteve 30% dos votos, tornando-se a segunda força política, atrás apenas dos *colorados*. Deve-se lembrar que a FA tinha menos de um ano de existência, o que torna seus resultados ainda mais expressivos. Os resultados eleitorais, portanto, marcaram um forte questionamento do bipartidarismo tradicional, fundamentalmente no mapa eleitoral montevidiano.

3.4 A gestão do Golpe Militar (1971-1973)

O governo de Bordaberry continuou em suas linhas principais o realizado por seu antecessor. O enfrentamento com a guerrilha *tupamara* servia como justificativa para seus excessos autoritários. Quando as Forças Armadas assumem o comando da luta anti-subversiva, em setembro de 1971 já eram freqüentes as violações de direitos humanos e a ocupação militar dos espaços políticos. Em outras palavras, o Poder Executivo confrontava-se com os demais poderes enquanto o “Poder Militar” ganhava terreno no âmbito político. Nos quartéis, começou a ser discutido qual deveria ser o papel do Exército na sociedade, ao mesmo tempo

⁵⁸ Ibid., p. 299.

⁵⁹ Ibid., p. 301.

⁶⁰ Em resumo, o sistema político tradicional uruguaio (lei de lemas ou lei de duplo voto simultâneo) implica que quanto mais competitiva seja a disputa das correntes internas de um partido, melhor ele votará no seu conjunto, mesmo que perdendo coerência política e ideológica. De modo análogo, quanto mais esmagadora seja a maioria de certo partido, menos atratividade ele terá para o conjunto da população e pior votação obterá. SOLARI, Aldo (1967), p. 31.

em que os militares considerados “constitucionalistas” eram exonerados ou renunciavam aos seus cargos.

As Forças Armadas Uruguaias começaram a delinear sua própria estratégia política, paralelamente ao aumento progressivo de sua autonomização. As funções encomendadas a partir de setembro de 1971 contribuíram a acelerar seus delineamentos políticos a curto e longo prazo, fortemente influenciados pela Doutrina de Segurança Nacional.⁶¹

Na tentativa de obter respaldo político para seu governo, Bordaberry aproximou-se de posições conservadoras como o fizera seu antecessor. Entre fevereiro e junho de 1973, o desgaste do governo e a influência direta dos países vizinhos que já vivenciavam experiências ditatoriais eram tais que, ainda que Bordaberry seguisse sendo o presidente, seu isolamento não lhe permitia fazer nada mais que acatar todas as designações dos mandos militares.

Em 27 de junho de 1973, Bordaberry dissolveu o Congresso Nacional e instaurou um Conselho Militar de Estado. No mesmo dia transmitiu um comunicado através das redes de rádio assumindo a responsabilidade pelo golpe de Estado sem referir-se em nenhum momento às Forças Armadas. O papel de “fantoche” encenado por Bordaberry durante toda sua gestão vinha à tona.

O pronunciamento oficial da FA assim definia o Golpe:

Nem as classes dominantes, nem o império que as apóia podem já continuar enganando o povo. O único argumento que resta é agora a força. [...] dentro deste panorama, as Forças Armadas atuam [...] como o braço armado dos grupos econômicos e políticos.⁶²

3.5 Eclipse da democracia (1973-1985)

O período de ditadura militar iniciado em 27 de junho de 1973 perduraria até primeiro de março de 1985. Os 12 anos de terrorismo de Estado⁶³ orientados pela Doutrina de Segurança Nacional (DSN) seriam marcados por perseguições e assassinatos de militantes de esquerda e

⁶¹ NAHUM (2009), p. 285.

⁶² FRENTE AMPLA. *Mensaje nº 3: Del Frente Amplio al Pueblo Oriental*. Montevideo: 1973, p. 2.

⁶³ Para um estudo mais aprofundado das características do “Terror de Estado”, bem como de sua diferenciação em relação a outras formas de Terror, consultar Serra Padrós (2005).

férrea censura de manifestação de pensamento. O contexto regional, com ditaduras militares no Brasil, Chile, Paraguai e, desde março de 1976, também na Argentina, proporcionou uma séria de operações conjuntas⁶⁴ com o claro objetivo de extinguir a oposição política em cada um destes países.

*O Estado, que deveria ser uma estrutura de mediação e de proteção da sociedade, agindo como fiador da segurança das pessoas, foi utilizado, de forma geral como um mecanismo que devia enfrentar e derrotar o “inimigo interno”. Sob as diretrizes gerais resultantes da interpretação particular que a DSN recebeu em cada país e através da guerra contra-insurgente, o aparato estatal extrapolou os limites coercitivos constitucionais, desencadeando práticas e ações que acabaram configurando, um sistema de Terror de Estado.*⁶⁵

De forma geral, pode-se periodizar o regime *de facto* uruguaio em três etapas⁶⁶: “ditadura comissarial” ou “afirmação da ditadura”, entre 1973 e 1976; “ensaio fundacional”, entre 1976 e 1980; e “transição democrática” ou “ditadura transicional”, entre 1980 e 1985.

No primeiro período, compreendendo os primeiros três anos de eclipse democrático, consolidou-se a tendência pré-golpe de afastamento dos militares moderados de cargos de importância. O domínio dos militares “linha dura” refletiu-se na aprovação da Lei Orgânica Militar em 1974, sendo esta a base da DSN uruguaia. Foram dissolvidas a CNT e todos os partidos de esquerda, censuraram-se os meios de comunicação e líderes políticos foram exilados, detidos ou assassinados⁶⁷. Os militares iniciaram uma intensa atividade de propaganda⁶⁸ reivindicando para si as glórias do período de consolidação da República. Em 1976, respectivamente através dos Atos Institucionais 1 e 2 (AI-1 e AI-2), suspenderam-se as eleições marcadas para novembro daquele ano e criou-se o Conselho da Nação, responsável por designar o presidente da República e os membros de esferas superiores de Justiça.

64 A mais célebre destas operações, a Operação Condor, envolveu Uruguai, Brasil, Argentina, Chile, Bolívia e Paraguai, contando com o financiamento e treinamento da Agência Central de Inteligência (CIA) estadunidense no intento de facilitar a cooperação regional na repressão aos opositores dos regimes militares.

65 Serra Padrós (2005), p. 58.

66 Esta periodização é proposta por Gonzalez, 1984 apud ARTEAGA (2008) e NAHUM (2009).

67 Entre diversas outras figuras políticas ilustres, Wilson Ferreira Aldunate, líder da maioria *blanca*, foi exilado e Líber Seregni, fundador da FA, foi detido. Nove dirigentes *tupamaros* foram mantidos reféns em locais não-divulgados sob a ameaça de execução, caso os *tupamaros* voltassem a agir. Os nove reféns viviam em um vazio legal absoluto, sem julgamento ou acusação. Em suma, sua detenção extra-judicial era um seqüestro realizado pelos militares. Em 1975, de uma só vez, foram presos mais de 500 militantes comunistas.

68 O Exército uruguaio celebrou amplamente os 150 anos do levante independentista de 1825 e condecorou os ditadores Augusto Pinochet, Jorge Videla e Alfredo Stroessner com a medalha “Protetores dos Povos Livre General José Artigas”.

Entre 1976 e 1980 tentou-se estabelecer as bases de um novo modelo de desenvolvimento, motivo pelo qual o período recebeu o nome de ensaio fundacional. O Plano Nacional de Desenvolvimento considerava que o estancamento da economia uruguaia provinha de sua desvinculação das pautas da economia internacional e da perda de importância dos agentes privados e atribuía a inflação à disputa dos diversos setores econômicos por um Produto Interno Bruto (PIB) estagnado. Deviam privilegiar-se as exportações de produtos agropecuários, por serem os únicos com vantagens comparativas em termos internacionais. Assim, na visão dos militares e do FMI, o neoliberalismo ortodoxo seria o modelo ideal a ser implementado no país, reduzindo o papel do Estado, devolvendo ao mercado a função de regulação e distribuição dos recursos e inserindo o Uruguai nos fluxos de investimento direto estrangeiro, sem obstáculos fiscais ou legais.

Ainda neste segundo período, a assinatura do AI-4 excluiu da vida política por 15 anos toda a classe política que não estivesse ocupando cargos na data de promulgação, ou seja, cerca de 15 mil cidadãos sob a acusação genérica de cumplicidade com a subversão. Já os AI-5 e AI-7 promoviam um verdadeiro “saneamento” da Administração Pública, limitando os direitos humanos e acentuando a repressão aos funcionários públicos ligados à esquerda através de demissões e interrogatórios coercitivos.

Em 1978, na tentativa de buscar respaldo popular, o regime começou a estudar um plano de convocar a população para opinar sobre um novo sistema constitucional baseado na DSN e sem partidos políticos. O sistema de “democracia tutelada” mantinha o Estado sob controle das Forças Armadas já que as eleições previstas se realizariam com candidato único previamente aprovado pelo Exército. No final de 1980, 85% da população não-proscrita foi às urnas rechaçando o projeto do governo militar com quase 60% dos votos válidos, mesmo com intensa propaganda do regime em favor de sua aprovação.

O terceiro período na trajetória do regime militar, a transição democrática, iniciou-se justamente com a derrota no plebiscito de 1980, aliada à crise financeira e econômica que acelerou a inflação e o desemprego. Em 1981, através do AI-11, o governo convocou alguns dirigentes políticos, nenhum deles da FA, para estabelecer as bases de uma transição futura.

O cronograma proposto pelos militares teria duração de três anos e previa eleições internas nos partidos habilitados - PC, PN e UC - para novembro de 1982 e eleições nacionais para 1984, com posse do presidente eleito em março de 1985.

Nas eleições internas dos três partidos então legais prevaleceram as posições mais veementemente opositoras ao regime. Durante os meses seguintes, em marchas e contramarchas, as negociações entre civis e militares continuaram até a retirada do PN de toda e qualquer negociação enquanto seu líder máximo, Wilson Ferreira Aldunate, estivesse preso. A retirada dos *blancos* das mesas de negociação acelerou a aceitação da FA por parte dos militares. Por sua parte, a FA adotou uma postura conciliatória e pragmática, participando de um acordo cívico-militar no qual sua presença não era prevista inicialmente, mas que garantiria sua sobrevivência como partido.

Nas eleições nacionais de 1984, sem a participação do candidato natural *blanco*, a vitória foi do PC com 41,2% dos votos válidos, e dentro dele do *batllismo* representado por Julio Maria Sanguinetti sobre o *pachequismo*. Mesmo sem Ferreira Aldunate, o PN atingiu 35% da preferência do eleitorado. A FA garantiu 21,3% dos votos, o que já poderia se considerar uma vitória em termos estratégicos, ainda que com perdas no ponto de vista ideológico.

Os resultados eleitorais apresentaram uma nova disposição interna de forças na FA. O setor que se apresentava como mais moderado, o antigo PGP *colorado*, sobrepôs-se ao PCU que, através de sua transformação no FIDEL, havia sido o setor majoritário em 1971. Tal reconfiguração, entretanto, não pode ser atribuída a mudanças programáticas na FA. Como veremos no próximo capítulo, os anos da ditadura foram de desintegração e pouquíssimo debate interno.

De toda forma, a ditadura não implementou um modelo econômico completamente novo, mas aprofundou um paradigma econômico que vinha sendo ensaiado desde a liberalização da economia em 1959. Nas palavras de Moreira (2004), “*o regime militar não só continuou na espiral descendente da crise em que o Uruguai vinha padecendo desde a década de 1960, como a aprofundou sem chegar a aproveitar os ‘benefícios’ de ter uma sociedade civil amordaçada*”⁶⁹.

⁶⁹ MOREIRA, Constanza. *Final de juego: del bipartidismo tradicional al triunfo de la izquierda em Uruguay*. 1. ed. Montevideu: Trilce, 2004, p. 86.

Por um lado, a economia nacional vivenciou um processo relativamente sustentado de crescimento econômico no marco de desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, inicialmente com um forte processo de especialização e inserção internacional, principalmente nos setores agroindustriais e financeiros. Por outro, o endividamento externo havia atingido níveis inéditos e a deterioração social era grave. Em outras palavras, como herança da política econômica da ditadura, restou um razoável crescimento do PIB às custas de uma enorme dívida externa e interna, dificultando por anos o crescimento da economia, e um setor financeiro altamente estrangeirizado que havia se constituído como um novo fator de poder econômico e político.

No ponto de vista humano, a deterioração era ainda mais grave, com milhares de cidadãos desaparecidos e seqüelas irreparáveis para suas famílias.

3.6 Restauração democrática e Neoliberalismo (1985-2000)

Em março de 1985, assumiu o presidente eleito Julio Maria Sanguinetti propondo uma gestão de “entonação nacional”. Pastas ministeriais relevantes como as da Defesa, Relações Exteriores e Saúde foram entregues ao PN e à UC. A maior ambição do presidente seria, em suas próprias palavras, “*estar, em primeiro de março de 1990, entregando o governo ao novo presidente constitucionalmente eleito pelo povo*”⁷⁰.

As primeiras medidas de seu governo eram a tentativa de reparar os erros do período militar. À anistia geral e irrestrita dos presos políticos, impetrada pela FA e maioria do PN, se seguiu a legalização da CNT, do PS, PCU e entidades estudantis.

Mesmo que a intenção assumida de Sanguinetti fosse evitar qualquer sorte de revanchismo, era grande a pressão popular por um julgamento civil dos crimes de violação de direitos humanos realizados pelos militares. Foram propostos diversos textos antes da aprovação da lei de Caducidade da Pretensão Punitiva do Estado de 1986 que, na prática, considerava a violação dos direitos humanos como inevitáveis em tempos de guerra. Imediatamente amplos setores da sociedade uruguaia, principalmente da esquerda reunida na Comissão Nacional

⁷⁰ MASCORT, Daniel. **Uruguay**: discursos Presidenciales. 2008 ago. 8. Disponível em: <<http://knol.google.com/k/daniel-mascort/uruguay-discursos-presidenciales/3ombdqtu2hmed/10>>. Acesso em: 21 jun. 2011.

Pró-Referendo, iniciaram a coleta de assinaturas para a derrogação da lei. Obviamente a decisão de julgar militares por seus crimes era um assunto muito sensível, pois a ordem interna estaria ameaçada caso o Exército se levantasse em armas. As opções de manter a lei ou anulá-la na verdade significavam opções pela garantia de paz ou pela luta por justiça. Por fim, venceu a opção de virar a página da história, mantendo impunes os torturadores e outras classes de criminosos do período militar.

No plano econômico desta primeira gestão pós-ditadura, deu-se centralidade à política macroeconômica: redução do déficit fiscal, estabilização de preços, superávit comercial e tendência de abertura ao exterior, tanto no plano comercial como no financeiro. Em linhas gerais, entre 1985 e 1989, o país presenciou a recuperação dos níveis de atividade econômica do início dos anos 1980 através da aplicação da cartilha neoliberal do FMI e do Consenso de Washington⁷¹. Aplicou-se um pacote de medidas de ajuste que compreendia a restrição do crédito, a elevação das taxas de juros e o controle dos gastos públicos, salários e crédito interno.

Nas eleições nacionais de 1989, as primeiras sem proscritos desde 1971, o PN voltou a triunfar, repetindo a rotação de partidos de 1958. Seu candidato mais votado foi Luis Alberto Lacalle, *herrerista* e neto de Luis Alberto de Herrera. No PC, Jorge Batlle superou o candidato apoiado por Sanguinetti.

Na esquerda, configurou-se a divisão da FA em duas coalizões distintas: o PGP, que havia representado quase metade dos votos na eleição anterior, sentiu-se desvalorizado dentro do sistema colegiado tradicional do *frenteampulismo* e iniciou tratativas com o PDC, com a UC e outros grupos menores não-marxistas para formar o Novo Espaço (NE). Na FA permaneceram o PCU, o PS, a Vertente Artiguista (VA) – ocupando o espaço moderado deixado pelo PGP - e o Movimento de Participação Popular (MPP) – setor que reunia *ex-tupamaros*.

⁷¹ Chamou-se Consenso de Washington aos dez postulados macroeconômicos desenvolvidos em 1989 por Williamson: disciplina fiscal; redução dos gastos públicos; reforma tributária; juros de mercado; câmbio de mercado; abertura comercial; investimento estrangeiro direto, com eliminação de restrições; privatização das estatais; desregulamentação (afrouxamento das leis econômicas e trabalhistas); e direito à propriedade intelectual. **CONSENSO DE WASHINGTON**. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Consenso_de_Washington>. Acesso em: 25 mai. 2011.

Na gestão nacionalista de Lacalle, deu-se o ápice da política econômica neoliberal pós-ditadura. Perry Anderson (1996, apud CABRAL, 2006) enumera as principais medidas econômicas que o governo tentou implementar neste período, com vistas a favorecer a livre circulação do capital: (1) abertura incontrolada dos mercados; (2) desregulamentação ou eliminação de todas as regras para o capital estrangeiro; (3) privatização das empresas estatais e das instituições que prestavam serviços sociais; (4) luta prioritária contra a inflação; e (5) a flexibilidade nas relações de trabalho. Com maior ou menor intensidade, todas estas medidas foram propostas entre os anos 1990 e 1995 no Uruguai; nem todas com sucesso.

Apesar de um forte desequilíbrio na balança comercial, o PIB manteve sua taxa de crescimento elevando-se quase 50% entre 1985 e 1994. Apesar de assegurar uma relativa estabilidade inflacionária, a retomada do crescimento se mostrou efêmera. A primeira metade da década de 1990 assistiu ao “espetáculo do crescimento”, mas a partir de então o modelo iniciou a mostrar seus reflexos: a desvinculação entre taxa de crescimento e taxa de redução da pobreza mostrava que, apesar do aumento do PIB, a má distribuição da renda da década anterior continuaria.

Lacalle estendeu a política de contenção dos gastos às empresas públicas tentando frustradamente privatizar a Administração Nacional de Telecomunicações (ANTEL), mas sem encontrar resistências nos casos da Pluna e do Banco de Seguros do Estado. Assim como nos casos de Brasil e Argentina, as privatizações evidenciaram inúmeros casos de corrupção sem trazer quaisquer benefícios para a população.

Como parte de sua reinserção internacional, inúmeros tratados de cooperação foram assinados, sendo indubitavelmente o de maior relevância o firmado entre Uruguai, Brasil, Argentina e Paraguai em 1991, criando o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Os princípios diretores do MERCOSUL, em sua ata de fundação, foram: (1) liberalização comercial; (2) coordenação de políticas macroeconômicas; (3) taxas alfandegárias comuns; e (4) acordos setoriais. A opção assumida pelo Uruguai a favor da integração regional contou com o apoio de todos os partidos políticos.

As eleições de 1994 revelaram uma clara divisão da população uruguaia em três pólos. O PC saiu vencedor com 32,3%, seguido do PN com 31,8 e da FA - agora com o pré-nome de EP (Encontro Progressista) - com 31,2%: uma diferença de apenas 45 mil votos entre o primeiro

e o terceiro partido mais votado. A estreita vantagem dos *colorados*, mas uma vez conduziu a um governo de coalizão com os *blancos*. Dentro do *coloradismo*, Julio Maria Sanguinetti obteve novamente o maior número de adesões tornando-se o primeiro chefe de Estado uruguaio eleito duas vezes pelo voto direto.

Os projetos centrais do segundo governo de Sanguinetti seriam a aprovação das Reformas Política, da Seguridade Social, da Educação e do Estado. A respeito da Reforma Política deve-se ressaltar que significava o fim do tradicional duplo voto simultâneo, a limitação de apenas um candidato presidencial por partido e a instituição do segundo turno (*ballotage*), caso nenhum candidato obtivesse mais que 50% dos votos. Tais medidas visavam adiar o futuro governo *frenteamplista*, já que o crescimento da FA mostrava a inevitabilidade deste acontecimento e *blancos* e *colorados* tinham a convicção de que votariam juntos sempre que não vencessem no primeiro turno.

Não se pode duvidar que o ballotage foi previsto pelos partidos tradicionais para unir seus votos no segundo turno, o que impediria o acesso ao poder do conglomerado de esquerda EP-FA. Mas também conduz à inevitabilidade de conformar um governo de coalizão entre ambos para poder governar, o que pode levar a acordos de conveniência (...) não embasados em coincidências ideológicas mais estáveis.⁷²

Em 1999, em cumprimento à reforma política aprovada, celebraram-se eleições internas em todos os partidos, destas saindo os candidatos únicos das três maiores forças políticas: Jorge Batlle (PC), Lacalle (PN) e Tabaré Vázquez (EP-FA). O bipartidarismo tradicional desapareceu por completo: no primeiro turno Tabaré obteve 37,34%, sendo o mais votado, seguido por Batlle. No *ballotage*, com prévio apoio do PN, o candidato *colorado* superou o *frenteamplista* com pequena margem de vinte mil votos.

O principal objetivo da gestão de Jorge Batlle foi abrir novos mercados às exportações uruguaias, motivo pelo qual foi assinado o Tratado de Livre Comércio (TLC) entre México e Uruguai. Outra bandeira de Batlle era a abertura do mercado estadunidense às carnes uruguaias. Chegou-se inclusive a romper relações diplomáticas com Cuba, sob o pretexto de

⁷² NAHUM (2009), p. 390.

que a ilha caribenha violava direitos humanos, mas tal aproximação aos EUA não veio a ocorrer devido ao surto de febre aftosa, no início de 2001. Era apenas o início da crise.

A crise da economia uruguaia entre 1999 e 2002 pode ser dividida em três fases: a recessão do período 1999-2001, o recrudescimento da crise que se deu em 2002 e, em particular, a crise bancária desde mesmo ano.

Já no início do governo, os indicadores econômicos davam mostras de vulnerabilidade crescente. Desde 1998, o PIB entra em um período recessivo produzido pela diminuição na entrada de capitais estrangeiros, aumento do preço do petróleo, queda dos preços agropecuários, crises nos países vizinhos e uma grave epidemia de febre aftosa que prejudica as exportações. A combinação destes eventos com o orçamento mantido estagnado provocou um déficit fiscal que teve que ser financiado através de endividamento.

A crise se aprofundou no embalo da crise argentina que havia iniciado o *corralito*, através do qual se limitavam os saques dos argentinos no sistema bancário a 250 dólares por semana. A débâcle atravessou o rio da Prata e estabeleceu-se também no Uruguai, país que possuía forte presença de capitais argentinos (quase 50% do total) e bancos de propriedade de seus vizinhos *platenses*. A desconfiança no sistema bancário afetou também os cidadãos uruguaios, provocando uma grande corrida aos bancos. Nos primeiro nove meses de 2002 foram sacados mais de seis milhões de dólares, 46% do total existente no final de 2001.

Conforme informe econômico da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL)⁷³, a crise do quinquênio 1999-2003 determinou uma acentuada deterioração das principais variáveis macroeconômicas e, por conseguinte, as condições de vida da população. Os salários descenderam em média 20% e o desemprego alcançou 17%, o que equivaleu a retroceder os níveis de renda *per capita* de 1991.

A restrição do crédito depois de vários anos de recessão foi de tal magnitude que suas conseqüências ainda se faziam sentir fortemente em 2003 e só puderam ser amenizadas através de financiamentos do FMI e da diversificação dos compradores internacionais. Esta

⁷³ CEPAL, Situación y perspectivas: Estudio Económico de América Latina y el Caribe - 2002-2003. Disponível em <<http://www.eclac.org/publicaciones/xml/5/14035/Uruguay.pdf>>. Acesso em mai.-jun. 2011, p. 319.

recuperação completou-se no final de 2005 quando se retomaram os níveis de produção anteriores a 1999.

Ironicamente, a última gestão presidencial dos partidos tradicionais, tornada possível através do mecanismo da reforma eleitoral, teve que enfrentar um desfavorável clima internacional, deixando para a FA um ambiente mais propício para garantir inclusive sua reeleição. A agenda reformista dos anos 1990 acabou por deslocar os partidos tradicionais muito mais à direita do que estavam seus eleitorados clássicos⁷⁴. De certa forma, este afastamento dos partidos da tradição estatista uruguaia beneficiou a FA. Este é tema para a seção seguinte, na qual a revisão da trajetória *frenteamplista* será destacada sobre o pano de fundo institucional e econômico que abordamos até aqui.

⁷⁴ A interpretação de Moreira (2004) para o sucesso eleitoral da FA está estreitamente vinculada a esta “direitização” ocorrida nos governos de PN e PC pós-ditadura.

4 RECONSTRUÇÃO DA TRAJETÓRIA IDEOLÓGICA E PROGRAMÁTICA DA FRENTE AMPLA

Adota-se neste trabalho, no tocante à periodização da trajetória ideológica e programática da FA, uma proposta próxima a de Yaffé (2005), Garcé e Yaffé (2005) e Cabral (2006). Em tais obras, a trajetória da esquerda é dividida “*desde o ponto de vista ideológico e programático*”⁷⁵, valorizando-se as mudanças ocorridas em suas convicções políticas como um processo de verdadeira “*reciclagem ideológica*”⁷⁶ e paulatina “*absorção dos novos paradigmas globalizadores*”⁷⁷.

Na proposta de Garcé e Yaffé (2005), os partidos integrantes da FA são vistos como partes de um organismo coerente, mas nem por isso livre de contradições. Longe de ser classificado como um fator de desintegração, o movimento dinâmico das forças internas da FA é tido como um elemento característico da coalizão e até como razão de seu sucesso eleitoral.

*Primeiramente, este é um enfoque no qual se privilegiam os atores. Ao contrário dos enfoques estruturalistas, esta é uma visão racionalista, centrada nos partidos como atores racionais que observam oportunidades e dificuldades, definem objetivos e formulam estratégias para alcançá-los. Ou seja, a capacidade dos partidos para adaptar-se frente às mudanças nas estruturas que delimitam o contexto de ação política são essenciais para explicar os resultados. Em segundo lugar, esta é uma explicação que se constrói desde as internas partidárias, ou seja, os partidos não são tidos como atores racionais unificados, mas como complexos sistemas que alojam uma multiplicidade de frações e líderes.*⁷⁸

O enfoque dinâmico proposto pelos politólogos uruguaios é compartilhado por Cabral (2006), embora este insira o Uruguai em um fenômeno regional maior de adaptação à globalização e valendo-se de uma profunda revisão dos desafios da esquerda mundial nas últimas décadas. Para ele, a partir da década de 1990, novas temáticas apresentaram-se para a esquerda, modificando suas tradicionais reivindicações e promovendo a chamada renovação ideológica: “*no caso uruguaio, temas tradicionais como a reforma agrária, o imperialismo e a*

⁷⁵ GARCÉ, YAFFÉ (2005), p. 23.

⁷⁶ Ibid., p. 123.

⁷⁷ CABRAL (2006), p. 15.

⁷⁸ YAFFÉ (2005). *Al centro y adentro: la renovación de la izquierda y el triunfo del Frente Amplio en Uruguay*. Montevideo: Linardi y Risso, 2005, p. 14.

nacionalização do sistema bancário e do comércio exterior foram substituídos por novas preocupações temáticas oriundas do discurso globalizador.”⁷⁹

Ainda que com algumas diferenças de foco⁸⁰, os autores coincidem, em geral, na divisão de três períodos principais: esquerda tradicional ou *frenteamplista* (1971-1984), esquerda em transição (1985-1994) e esquerda progressista (1995-2005)⁸¹.

4.1 A esquerda tradicional ou *frenteamplista* (1971-1984)

Esta primeira etapa da esquerda uruguaia possui traços facilmente reconhecíveis e comuns às esquerdas de outros países da região. Em plena Guerra Fria, o enfrentamento entre capitalismo e socialismo em todas as partes do mundo havia resultado na radicalização tanto da direita como da esquerda política, contribuindo neste processo a expansão da onda ditatorial inspirada na DSN. Assim, o perfil de esquerda latino-americana dita tradicional ou clássica estava alinhado às referências teóricas do socialismo: era antiimperialista, popular, terceiro-mundista e anti-oligárquica. Segundo Lanzaro (2004), a esquerda uruguaia *frenteamplista* não escapava a estas classificações, “*figurando tenazmente como sentinela crítica da política criolla, insistindo na censura moralizante através da vigilância parlamentar, militância e imprensa partidária*”⁸².

*De forma sintética, pode-se dizer que uma grande parte das forças que convergiram na FA estava fortemente influenciada pelo marxismo em suas diversas variantes. Desde o ponto de vista do modelo de sociedade que se almejava, quase todas as forças frenteamplistas se declaravam anticapitalistas e aderiam a alguma versão do socialismo.*⁸³

⁷⁹ CABRAL (2006), p. 265.

⁸⁰ Na análise dos primeiros existe um evidente predomínio do consenso das correntes reunidas na FA; o último analisa a esquerda de forma mais ampla, abrangendo também à esquerda não-*frenteamplista* e dando especial destaque às correntes anarquistas e guerrilheiras.

⁸¹ Cabral (2006) entende que o período de esquerda clássica, por ele chamada “sessentista” vai de 1962 a 1973, ou seja, o autor percebe o golpe Civil-Militar de 1974 como o início da fase de transição da esquerda clássica para a esquerda progressista. Para Garcé e Yaffé (2005), a transição inicia-se justamente com o fim do período *de facto*. Para estes não é possível identificar mudanças programáticas na esquerda em um período no qual a mesma se encontrava na clandestinidade e, principalmente, desorganizada.

⁸² LANZARO (2004), p. 27.

⁸³ GARCÉ, YAFFÉ (2005), p. 28.

A relevância eleitoral dos partidos de esquerda do início deste período era muito limitada: PS e PC, os dois maiores partidos ideológicos, atingiram juntos 4% dos votos válidos em 1942 e 6,6% em 1966, com altas e baixas neste intervalo, favorecendo ora uma, ora outra agrupação.

4.1.1 Ideologia e programa “clássicos”

A análise da ideologia tradicional ou clássica da esquerda se inicia com seu método de ação política para a consecução do objetivo socialista. Na primeira etapa da FA, co-existiam correntes reformistas e revolucionárias. Neste aspecto predominou a concepção da “revolução por etapas”, admitindo-se que as vias eleitorais seriam as únicas que poderiam legitimar a chegada de qualquer força de esquerda ao governo. Em outras palavras, admitia-se que a melhor forma de chegar à “transição maior” do capitalismo ao socialismo seria através de reformas no curso do próprio desenvolvimento capitalista⁸⁴. Seja feita a ressalta que os grupos armados e a FAU, sabidamente grupos menos influentes dentro do pensamento predominante na esquerda, não compartilhavam desta visão gradualista.

Yaffé (2005) destaca que, mesmo historicamente sem se declarar nacionalista, a esquerda uruguaia havia incorporado fortemente a questão nacional para combater os centros de poder internacional. Segundo sua prédica, a oligarquia uruguaia, sendo aliada do imperialismo, era uma ameaça aos interesses do país. Assim, a luta pela nação se vinculava a uma luta maior contra a dominação capitalista ao mesmo tempo em que permitia tecer alianças sociais e políticas amplas capazes de provocar mudanças nas correlações de forças do capitalismo uruguaio⁸⁵.

Por fim, a concepção de Estado deve ser destacada. A ideologia predominante na FA de então era estatista. Entendia-se que, se ocorresse o livre funcionamento do mercado, confirmar-se-ia um crescimento econômico que favorecia as classes dominantes e o capital estrangeiro, concentrando cada vez mais a renda. Assim, o funcionamento do mercado deveria ficar subordinado ao controle do Estado mediante planificação das metas e dos recursos.

⁸⁴ Estas concessões ideológicas das correntes marxistas são compreensíveis se levarmos em conta que, além dos partidos de idéias mais relevantes (PCU, PS, FIDEL e MRO), também assinavam a declaração constitutiva da FA setores cindidos do PC (Lista PGP), PN (Movimento *Blanco* Popular e Progressista – MBPP - e Movimento *Herrerista*), além da totalidade do Partido Democrata Cristão (PDC).

⁸⁵ YAFFÉ (2005), p. 77.

As tentativas de coalizão na esquerda, fracassadas no FIDEL e na UP, viriam a alcançar respaldo eleitoral com a maior integração do movimento sindical e, principalmente, com a FA. O primeiro programa da FA, as BPU de 1971, entendia que o acordo programático entre as diversas correntes internas da coalizão era um de seus principais traços distintivos em relação aos partidos tradicionais. Daí a importância de minimizar as diferenças e exaltar a unidade como valor democrático.

*A declaração constitutiva da FA fez um chamamento às forças políticas e aos cidadãos que compartilhavam as concepções nacional progressista e democrática avançada para que incorporassem à frente unitária, na qual cada elemento manteria sua identidade, mas deveria acatar o programa elaborado em comum*⁸⁶.

O documento reunia em cinco capítulos as concepções fundamentais da FA sobre a economia, a sociedade, a política e a nação. Outro documento intitulado “Trinta primeiras medidas de governo”, mais objetivo, o complementava com o escopo de oferecer ao eleitorado uma idéia concreta de como seria um eventual governo *frenteamplista*.

Na prática, ainda que com ressalvas internas, a FA defendia uma democracia formal⁸⁷. De forma sucinta, assim podemos resumir as idéias gerais das BPU de 1971: (1) "Liberdades, Direitos e Garantias": era uma clara referência ao momento histórico vivido pelo Uruguai no início da década de 1970, denunciando a violência de Estado e reclamando a plena vigência de direitos constitucionais; (2) "Política Internacional": postulava os princípios básicos da política exterior valorizando a autodeterminação e a soberania nacional e defendendo uma política exterior independente (contra ingerência de organismos internacionais) com renegociação da dívida externa, obrigação de reinvestimento em território uruguaio dos lucros de empresas estrangeiras e defesa de relacionamento comercial com todos os países do mundo; (3) "Reforma da estrutura econômica e social": era o capítulo mais extenso e importante do programa, expressando “*o predomínio das concepções estatistas e planificadoras, assim como a inspiração desenvolvimentista e dependentista*”⁸⁸ da esquerda da FA. Entre os pontos principais destacava a necessidade da reforma agrária com eliminação do latifúndio, da industrialização coordenada com melhoria dos transportes, da nacionalização

⁸⁶ CABRAL (2006), p. 136.

⁸⁷ Democracia formal e democracia burguesa eram termos utilizados depreciativamente pela esquerda para qualificar àquela que se considerava “*insuficiente e legitimadora da injustiça social e da dominação de classe*”, em oposição à democracia verdadeira que seria a “*combinação de participação política e justiça social*”. Ibid. p. 30.

⁸⁸ YAFFÉ (2005), p. 78.

dos grandes monopólios do comércio exterior e de uma reforma tributária que desonerasse o consumo, combatendo o capital improdutivo; (4) “Política Social e Educativa”: ressaltava a urgência de uma política salarial para o serviço público e privado, o estabelecimento de benefícios sociais nas áreas da moradia e saúde, e o papel das universidades na criação e difusão do conhecimento; e (5) “Política Institucional”: rogava o funcionamento integral da democracia, buscava uma reforma da Administração Pública que acabasse com o clientelismo e aproveitamento particular do aparato público, bem como a promoção de mecanismo de democracia direta e descentralização. Por fim, objetivava delimitar as funções das Forças Armadas às suas atividades específicas.

Como vimos no capítulo anterior, a ruptura democrática provocada pelo golpe de 1973 significou para a FA o fim de sua organização legal e o início de sua débil sobrevivência na clandestinidade. O exílio e a prisão de seus principais líderes a desarticularam completamente de modo que é impossível realizar qualquer tipo de observação a respeito do desenvolvimento das questões ideológicas e programáticas da FA entre 1973 e 1984. Ao fim da ditadura, com pouco tempo para discussões internas entre seu retorno à legalidade e o início da campanha eleitoral, essa primeira formulação programática foi revisada e modificada, aprovando-se as “novas” BPU de 1984.

4.2 A esquerda em transição (1985-1994)

Durante a década posterior à restauração da democracia, a esquerda uruguaia experimentou um profundo debate e mutação ideológica e programática, consolidando uma política ambígua através de alianças com a burguesia. No plano internacional são os anos da *perestroika*⁸⁹, da crise do paradigma *keynesiano* e das reformas liberais. Regionalmente, ocorriam ajustes estruturais característicos da redemocratização e a criação do MERCOSUL. No plano nacional, além da transição política, aprofundavam-se as políticas neoliberais, especialmente no governo Lacalle. Neste contexto, a esquerda uruguaia evidenciava as primeiras manifestações de uma *“linha negociadora em que primava a preocupação (em se tornar) partido construtivo em vez de manter uma ação política testemunhal e contestatória”*.⁹⁰

⁸⁹ Garcé e Yaffé (2005), p. 52, destacam que, entre 1971 e 1987, a esquerda havia experimentado transformações muito importantes em diversas partes do mundo: os socialistas espanhóis abandonaram sua auto-definição como partido marxista; os comunistas soviéticos se lançaram à abertura econômica e; depois de avaliar como fracassada a política de nacionalizações, os socialistas franceses optaram por voltar a privatizá-las.

⁹⁰ CABRAL (2006), p. 176.

A reestruturação da FA passa obrigatoriamente pelo novo momento vivido no país entre 1983 e 1985 e pela necessidade de recriar um convívio democrático. O retorno da democracia marcava um novo momento político e nenhum dos partidos tinha interesse em pô-lo em risco. Desta forma, Cabral (2006) ressalta que “*a concertación*⁹¹ era vista como uma etapa a ser transitada em benefício da viabilidade democrática, sendo entendida de tal forma que, se não se realizasse, correr-se-ia o risco de voltar-se a uma situação autoritária.”

4.2.1 Ideologia e programa revisados, a “transição na transição”

No que concerne ao trânsito ditadura-democracia vivido pelo Uruguai, é célebre a interpretação de Lanzaro (2004) de que houve uma “transição na transição”, ou seja, a conjugação de duas dimensões distintas em um mesmo momento: a restauração da democracia é acompanhada de um ciclo de reformas que remodelam o Estado, passando-se à lógica de mercado e a um novo papel para os partidos.

Analogamente, por um lado se dá o realinhamento do bipartidarismo tradicional ao pluripartidarismo moderado; por outro, ocorrem mudanças nas identidades, organizações e funções estratégicas de cada um dos atores.

Dois momentos devem ser identificados neste período. No primeiro, até 1989, a esquerda realizou um intenso debate público no qual os partidários da renovação ideológica (PGP e PDC, de forma geral) opunham-se aos defensores do *frenteampulismo* tradicional (setores originalmente marxistas). No segundo momento, com a ruptura da FA e a criação do NE, concretizou-se a divisão supracitada, resultando no abandono de boa parte das tradições políticas do período fundacional.

Ressalte-se de antemão que, em certos pontos, não houve abdicação ideológica por parte da FA durante a transição. Podemos citar que a manutenção do desacordo com a política econômica do governo e a defesa das demandas das classes populares e dos direitos humanos (principalmente no que tocava à lei de Caducidade). A moderação ideológica refletiu-se muito

⁹¹ *Concertación* é o termo utilizado para referir-se ao “*lento caminho para a recuperação do estado de direito, com uma saída tutelada pelos militares, em um contexto de negociações*”. Ibid., p. 30.

mais nas práticas do que nos discurso, ou seja, o período caracterizou-se pela ambigüidade política.

De qualquer modo, já nas novas BPU de 1984, percebem-se duas alterações que indicam o início de uma moderação ideológica que se verá concretizada nos anos posteriores. Ainda que de forma quase imperceptível, na proposta da reforma agrária não se trata explicitamente da “eliminação do latifúndio”, desaparecendo também a menção à "nacionalização dos lucros do comércio exterior".

No primeiro sub-período, três estratégias começaram a destacar-se no seio da FA: a estratégia dos comunistas do PCU, a dos descendentes dos partidos tradicionais (PGP e PDC) e a dos socialistas reunidos no PS e partidos menores.

O PCU seguia com a crença de que a FA deveria promover uma revolução “democrática, agrária e antiimperialista” que abriria caminho para o socialismo. O PGP acreditava que se deveriam traçar metas “menos ambiciosas”, como um governo de maiorias nacionais que ampliasse o espaço político da FA. Por fim, o PS possuía uma opinião intermediária na qual era possível conciliar ambas as visões: propunha avançar até a revolução socialista tirando do governo o bloco conservador e promovendo um programa alternativo ao neoliberalismo.

De fora da Frente Ampla, o MLN-T, cujo pedido de ingresso na FA formulado em 1985 demorou até 1989 para ser aprovado, participou deste debate. Os líderes *tupamaros* lançaram a proposta de concretizar uma “Frente Grande”, o que gerou a rejeição de boa parte da esquerda *frenteamplista*, principalmente do PCU que interpretou a proposta como uma alternativa à FA.

Para o PS, assim como para o PGP, a prioridade era destituir os partidos tradicionais do poder. Sua idéia consistia em construir um grande acordo entre todos os atores políticos dispostos a promover uma mudança na política econômica conservadora. O programa mínimo em que poderiam convergir as grandes maiorias nacionais continha suas bases sobre a defesa da identidade nacional, descentralização do Estado, garantias individuais e economia mista. Insistia-se em duas propostas tipicamente *frenteamplistas*: nacionalização da banca e do comércio exterior. Por outro lado, não se menciona a reforma agrária, substituindo a proposta pelo apoio ao pequeno e médio produtor agropecuário.

O centro do enfrentamento ideológico se deu ao redor da busca em impor concepções políticas que podem ser qualificadas como social-democratas⁹². Nas palavras de Cabral (2006), “o movimento preconizou reformas sociais por vias exclusivamente parlamentarias, dentro do sistema político das classes dominantes e sem transcender o modo de produção capitalista”⁹³.

Essa reformulação do programa político foi formalizada por uma corrente moderada (ou integracionista) composta, em suma, pelos setores provenientes do bloco tradicional, ainda que, em grande medida, tenha sido aceita pelo conjunto dos agrupamentos políticos que permaneceriam na FA.

Pouco a pouco, através destas discussões, o PGP e o PDC afastaram-se do restante da FA. Em 1989, estes romperiam com a coalizão, fundando um “novo espaço” político e iniciando o segundo sub-período da transição da esquerda.

A fundação do NE teve muitas razões. Garcé e Yaffé (2005) dão grande destaque à intenção do PGP de possuir candidato próprio, Hugo Batalla, nas eleições nacionais e na não aceitação deste nome por parte da coalizão que queria um candidato proveniente das filas marxistas. Este fator foi, sem dúvidas, muito importante na ruptura, mas certamente não era o principal.

Cabral (2006), buscando preencher esta lacuna, ressalta as principais exigências do PGP quanto à organização ideal da coalizão: (1) necessidade de reformulação⁹⁴ da FA para atualizá-lo às novas condições sociais e políticas; (2) impulso de uma reforma constitucional em que se ofereceriam liberdades eleitorais aos membros da FA, para costurar alianças com outros grupos não-*frenteampelistas*, eventualmente dos partidos tradicionais (liberdade de ação); e (3) conversão da FA numa aliança eleitoral de dirigentes partidários, convertendo os

⁹² “A social-democracia tem sua origem no Partido Social-Democrata da Alemanha, fundado em 1875, e seu programa, inspirado por Kautsky num marxismo ortodoxo. Foi revisado por Bernstein, que lhe tirou todos os fundamentos revolucionários e anticapitalistas. (...) Depois da Segunda Guerra Mundial, os partidos social-democratas europeus impulsionaram reformas para recuperar o sistema capitalista em aliança com partidos burgueses.” Ibid., p. 178.

⁹³ Ibid., p. 178.

⁹⁴ Essa reformulação implicava em substituir o programa por uma dúzia de pontos ou plataforma imediata e variável de medidas de governo.

comitês de base em “núcleos de pessoas cujo objetivo seria transmitir as diretrizes que viriam da coalizão”⁹⁵.

Buscando uma análise um pouco mais abrangente do processo, diversas explicações podem ser dadas para dar conta deste movimento de centralização da esquerda uruguaia, que seguiu em suma um padrão similar ao dos demais países da América Latina. Na visão de Cabral (2006), a falência do modelo soviético representou um impacto irreparável, desaparecendo o marco de referência que a havia guiado desde o início da Guerra Fria. Restavam-lhe dois caminhos: ou “aferrava-se as suas convicções e defendia o indefensável”⁹⁶ ou seguia a senda da social-democracia européia, que havia abdicado de muitas de suas convicções em prol de políticas econômicas conservadoras e do sucesso eleitoral. Ou seja, a derrocada do socialismo real provocou questionamentos sobre sua viabilidade também no Uruguai, confirmando o afastamento ideológico da FA de suas raízes⁹⁷. Para ele, o processo de transição ideológica durante a década de 1990 não pode ser entendido sem levar-se este aspecto em conta.

Por outro lado, a vitória da FA nas eleições de 1989 para a Intendência de Montevideu (IMM) aprofundou o debates ideológicos internos. A esquerda pela primeira vez na história do país passou da oposição para o governo e, ao mesmo, sentia-se abalada em suas convicções acerca do socialismo.

O desafio da Administração Pública na IMM foi encarado pela FA evitando posições ideológicas rígidas e governando com pragmatismo. A personalidade do intendente Vázquez⁹⁸, figura-chave da transição da FA, era coerente com esta moderação, já que a FA tinha nele um forte elemento conciliador de todas suas tendências internas.

A esquerda passou a reivindicar a eficiência e a FA pode demonstrar pela primeira vez que seu acesso a responsabilidades de governo não provocava uma situação de caos e desordem, mas que era capaz de administrar razoavelmente os recursos disponíveis reorientando as políticas públicas de acordo com as prioridades de seu programa. (...) O eleitorado não-frenteamplista começou a ver a

⁹⁵ Ibid., p. 180.

⁹⁶ Ibid., p. 237.

⁹⁷ “O socialismo foi deixando de ser uma meta que se considerava factível para se converter em um distante horizonte ético.” GARCÉ e YAFFÉ (2005), p. 50.

⁹⁸ Sobre as concepções de Vázquez, nesta data, acerca da democracia, bem como de suas expectativas quanto a sua possível presidência, consultar a LISCANO, Carlos. **Conversaciones con Tabaré**. Buenos Aires: Ed. Colihue, 2004.

*esquerda como um ator com capacidade de governar, transformando a ordem existente de forma responsável.*⁹⁹

O ponto de inflexão mais importante na estratégia e no programa da esquerda *frenteamplista* é a conformação do Encontro Progressista (EP) em 1994, impulsionada pelo PS e, em particular, pelo próprio Tabaré Vázquez. Através de novas negociações entre *frenteamplistas* e setores cindidos da antiga lista *colorada* PGP¹⁰⁰, formou-se um grande agrupamento político que, mais uma vez, comportava quase todos os setores da esquerda. Ao incorporar-se ao EP, a FA aderiu simultaneamente a um programa sensivelmente mais moderado, no qual já não mais figuravam as drásticas formulações a respeito da dívida externa e ao sistema financeiro.

4.3 A esquerda progressista (1995-2004)

À medida que o respaldo eleitoral da esquerda crescia *blancos* e *colorados* também inovaram em sua forma de governar, montando fórmulas de coalizão inéditas e impulsionando a reforma constitucional do *ballotage*. De efeito, a instituição do segundo turno em 1997 postergou a derrota eleitoral do bloco tradicional. Tal estratégia, entretanto, lhe custou caro: a polaridade direita-esquerda do sistema aumentou e o centro do espectro eleitoral viu na atitude *blanco-colorada* um sinal de enfraquecimento político, ou pelo menos um medo muito grande de que isso acontecesse. Cabral (2006) destaca que “*o fato de que blancos e colorados tenham governado juntos depois do primeiro período pós-ditadura, colaborou para gerar dois grandes espaços ideológicos partidários: o bloco tradicional e o bloco de esquerda, ambos disputando o centro*”¹⁰¹.

A partir das primeiras vitórias da FA na IMM, a longevidade histórica dos partidos tradicionais se confrontaria com a maior capacidade de retenção do eleitorado por parte da esquerda. A força hegemônica de oposição conformada na FA conseguia um crescimento eleitoral sustentado, ganhando espaço entre os eleitores dissidentes do PC e PN. Neste período, a atualização ideológica iniciada dentro da FA alcança seu auge.

⁹⁹ GARCÉ e YAFFÉ (2005), p. 70.

¹⁰⁰ Em 1994 ocorre uma tripla divisão do antigo PGP. Por um lado, Batalla e os principais dirigentes realizam um acordo com o PC e retornam ao partido tradicional reavendo a antiga lista 99. Rafael Michelini opõe-se a este acordo, conservando o NE como partido e concorrendo com o número de lista 99 mil. Finalmente, Daniel Diaz Maynard adere novamente à FA, sob a sigla EP-FA.

¹⁰¹ CABRAL (2006), p. 298.

Enquanto isto, no plano regional, produziam-se mudanças significativas como o triunfo do Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil e do Partido Justicialista (PJ) na Argentina, após o neoliberalismo haver apresentado seus efeitos sociais mais negativos. Com isso, a região se orientou à esquerda e apostou na integração regional. Certamente estes ares de renovação também influenciaram os uruguaios.

A década transcorrida entre 1995 e 2004 apresenta dois momentos claramente diferenciados. Na economia, o ano 1999 é a virada de dois momentos opostos. Em resumo, no primeiro período, o país viveu um crescimento econômico significativo, embora com uma tendência ao aumento da pobreza, o desemprego e a precariedade do trabalho. O segundo momento marcaria o estancamento e crise do modelo anterior, obviamente com indicadores sociais ainda mais desalentadores.

Frente a dois governos nacionais de coalizão que seguiam impulsionando uma agenda de inspiração liberal, o EP-FA, governando ininterruptamente a IMM desde 1990, se posicionou e consolidou como força opositora. *“Corroboravam para o crescimento frenteamplista, os altos níveis de aprovação entre os cidadãos da capital, aliando capacidade de governo e gestão pública a sua trajetória política”*¹⁰².

4.3.1 Ideologia e programa “atualizados”

Para explicar como a FA pode conquistar eleitores do centro sem perder eleitores da esquerda, devemos ressaltar dois fatores principais: em primeiro lugar, não surgiu, nesse período, nenhum desafiante de importância na esquerda nacional que pudesse disputar sua base eleitoral; em segundo, o espaço de centro-esquerda estava disponível ao fracassar a primeira tentativa de constituir o NE.

A estratégia política da FA, neste período, teve como base a combinação de dois elementos: por um lado, a oposição forte aos partidos tradicionais no Governo; por outro, a moderação ideológica e programática. A partir de 1996, um intenso debate entre o socialista Tabaré Vázquez e Danilo Astori da Assembléia Uruguai (AU) foi protagonizado sobre a forma de exercer a oposição ao Governo. O posicionamento mais centrista de Danilo Astori (acusado

¹⁰² GARCÉ e YAFFÉ (2004), p. 74.

por vezes de direitista ou “monetarista liberal”¹⁰³, inclusive), o transformou numa peça-chave da estratégia do progressismo para as eleições nacionais desse ano.

Para Garcé e Yaffé (2005), da mesma forma, o MPP foi peça-chave para legitimar esta estratégia “*limitando muito as margens para o surgimento de uma oposição interna forte dentro do frenteamplismo ou mesmo que uma alternativa política externa que pudesse concorrer com a Frente Ampla desde sua esquerda, com possibilidades de disputar seu espaço.*”¹⁰⁴

O apoio público dos dirigentes tupamaros à estratégia e ao programa progressista foi muito importante no plano simbólico. Ninguém se atreveu a acusar publicamente os ex-guerrilheiros de estar traindo ideais. Dessa forma, sem romper com seu passado, o MLN-T realizou uma grande contribuição para legitimar, em particular perante os militantes e votantes de esquerda, a aposta na moderação programática, via ampliação da política de alianças. Qualquer explicação do porquê a Frente Ampla conseguiu modificar tão profundamente seu programa e avançar em direção ao centro, sem perder seu eleitorado de esquerda, deverá tomar em contra este fator.¹⁰⁵

O MPP surgira como produto da aliança do MLN-T, que acabara de obter o ingresso à FA depois de anos de espera, com uma série de pequenos grupos situados no extremo esquerdo do *frenteamplismo*. Era o núcleo da esquerda radical e obteve uma baixa, mas não insignificante votação. Em 1994 se opôs à conformação do EP por entender que era uma forma de dissociar-se das origens, não aceitando assim a estratégia implícita de moderação. De qualquer forma, após a derrota do EP em 1994, o MPP inicia um giro que será decisivo: desde 1995, o MPP adere à estratégia de Vázquez de forma que José Mujica Cordano, ou simplesmente Pepe, começa a emergir não só como um dos principais referenciais públicos da FA, mas como um dos principais promotores da atualização ideológica e moderação programática.

As grandes mudanças na esquerda uruguaia foram anunciadas por Tabaré Vázquez entre 1996 e 1997. O processo tinha antecedentes, como vimos no sub-capítulo anterior, mas a sua discussão formal no interior *frenteamplista* aconteceu a partir de um documento no qual

¹⁰³ SEÑALES DE ALERTA PARA EL PROGRESISMO. Disponível em <<http://www.alquimidia.org/desacato/index.php?mod=pagina&id=3938>>. Acesso em: 16 de junho de 2011.

¹⁰⁴ GARCÉ e YAFFÉ (2005), p. 77.

¹⁰⁵ CABRAL (2006), p. 322.

Vázquez defendia a necessidade de uma atualização ideológica e expunha alguns de seus norteadores: a moderação e a política de alianças em busca de um governo de maiorias nacionais.

Cabral (2006) associa estas modificações ao velho paradigma social-democrata, ainda que numa versão “um pouco mais à esquerda que o modelo europeu ocidental”. Para ele, seria uma “versão contemporânea” da concepção etapista da revolução que predominava no período do *frenteampulismo* fundacional.

Há, pelo menos, dois elementos a mais que colocam de forma adequada a Frente Ampla nos moldes social-democratas, e eles são: a nova concepção de mudança social e política e a revalorização da democracia política associada ao socialismo como modelo de organização econômica e social. (...) Quanto à concepção de mudanças, notoriamente a esquerda foi substituindo o ideal da revolução por uma aproximação reformista e gradualista. Em todo caso, o mesmo que aconteceu no referencial socialista, a revolução era entendida não como a modalidade das transformações que se queriam realizar, senão como o resultado final de um processo contínuo de reformas gradativas.¹⁰⁶

Em 2002, as direções do EP, da FA, do NE e de setores menores dos partidos tradicionais aproximam-se para explorar as possibilidades de um grande acordo programático que possibilitasse evitar o *ballotage*, vencendo as eleições nacionais de 2004 em primeiro turno. Surge então a Nova Maioria (NM), coalizão com fins eleitorais que durará o bastante para promover a chegada da FA ao governo.

A redação de um programa comum representou, por um lado, um avanço significativo na construção da NM e da vitória eleitoral. Por outro, significou novamente concessões programáticas. De fato, a proximidade dos programas das forças integrantes era tamanha que, após a eleição, grande parte de seus integrantes uniu-se-iam às filas da FA.

Assim, a FA se aproxima ao governo com uma estratégia bem-sucedida aliando o componente ideológico ao programático. Indubitavelmente, como já foi dito, este fenômeno resulta dos descontentes dos partidos tradicionais, mas também de uma estratégia que soube cooptar estes descontentes. Neste sentido, a FA converteu-se de um partido de coalizão em um partido

¹⁰⁶ Ibid., p. 325.

catch-all¹⁰⁷ que buscou através de seu variado mapa interno varrer um amplo arco do espectro político-ideológico, da esquerda ao centro.

Resumindo: para as eleições nacionais de 2004, o objetivo estratégico do EP-FA foi posicionar-se convenientemente através de um discurso moderador e, em muitos casos, desmobilizador¹⁰⁸. Neste certame, confirmou-se a vitória da NM com amplo apoio popular: 50.45% no primeiro turno, obtendo também maiorias próprias em ambas as casas do Congresso.

O novo panorama político se confirmaria nas eleições departamentais de 2005, com a obtenção de oito legislaturas departamentais.

¹⁰⁷ Literalmente, partido “pega-tudo”. A definição aqui utilizada remete a Kirchheimer, 1996 (apud LANZARO, 2004, p. 18). Em sua tipologia, Kirchheimer destaca que os partidos *catch-all* nascem com grande conteúdo classista e ideológico e posteriormente tecem redes de integração social operando como partidos de massa, tendendo a acelerar sua bagagem ideológica após uma versão programática branda, “*removem sua condição de advogados parciais de um grupo social determinado, destacam sua preocupação eleitoral e buscam, antes de nada, obter cargos de governo, recrutando votos em setores mais amplos da população*”. Foi o caso da FA, mas também dos próprios partidos tradicionais, que nos primórdios da República representavam interesses diversos.

¹⁰⁸ Casas (2010) relata um fato curioso ocorrido durante as eleições internas da FA: “*o clima foi qual coisa, menos fraterno. E a dicotomia entre moderados e radicais foi feroz.*” O autor nos conta que, ao iniciar os trabalhos e expor o objetivo de “*ganhar as próximas eleições por meio da criação de um encontro progressista com forças extra-frentistas*”, Líber Seregni foi amplamente vaiado pela platéia. Ao responder “*Não quero barra-bravas na FA!*”, recebeu insultos e mais vaias. CASAS, Lincoln. **Orientales, una historia política del Uruguay**. Montevideo: Planeta, 2010. 5 v. p. 434.

5 ASCENSÃO E CONSOLIDAÇÃO ELEITORAL DA FRENTE AMPLA

O sistema eleitoral uruguaio é um dos mais proporcionais do mundo, permitindo que os partidos menores ocupem cargos eletivos a partir da obtenção de 1% dos votos totais¹⁰⁹. Apesar disto, como visto no primeiro capítulo, longe de estimular a rotação de partidos no poder, acabou-se configurando ao longo da história um quadro político bipartidarista e, dentro dele, a clara hegemonia de um partido, o *Colorado*, sobre seu rival tradicional, o Nacional. Este capítulo tem o escopo de analisar as transformações do cenário político uruguaio que acabaram por incorporar definitivamente uma terceira força política que suplantou estes dois partidos.

Desde 1971, a partir da criação da FA e de sua estréia com quase 20% da totalidade de votos, configura-se um sistema multipartidário com três partidos relevantes e diversos micropartidos que gravitam em torno destes. No entanto, em virtude de muitos fatores, os três partidos principais tendem a formar blocos, gerando uma dinâmica de competição bipolarizada. Assim, a competição política não se dá entre três partidos, mas entre dois blocos.

Aqui existem duas teses: a que indica que a dinâmica bipolar é entre governo e oposição, e a que indica que é entre os blocos ideologicamente diferenciados, o tradicional e o progressista. A dinâmica governo-oposição é importante para entender o posicionamento dos atores, mas sem recorrer à cultura política e à ideologia não é possível entender a essência dos enfrentamentos dos partidos tradicionais com os progressistas.

Para Cabral (2006), o fato de que todos os partidos relevantes sejam definidos como *catch-all* encobre as reais representações de interesses que caracterizam o sistema.

*Isso foi evidente no passado, quando o PN representava o meio rural e o PC, o meio urbano; onde os interesses da burguesia comercial, latifundiária e industrial encontravam maior abrigo, em um ou em outro. Da mesma forma, resultam evidentes os fortes laços que unem os sindicatos com a esquerda, e o empresariado com os partidos tradicionais, nos dias atuais.*¹¹⁰

¹⁰⁹ BUQUET, Daniel; DE ARMAS, Gustavo. **La evolución electoral de la izquierda: crecimiento demográfico y moderación ideológica**. In LANZARO, Jorge (Org.). *La izquierda uruguaya: entre la oposición y el gobierno*. Montevideú: Fin de Siglo, 2004. p. 112.

¹¹⁰ CABRAL (2006), p. 298.

Assim, na dimensão econômica, o bloco progressista se orienta por posições mais estatistas (pró-sindicalistas), enquanto o tradicional se orienta por posições mais liberais (pró-empresariado). Na dimensão social, o progressismo se inclina por posições mais favoráveis a redistribuição da renda, privilegiando os menos favorecidos, ao passo que os partidos tradicionais demonstram menor entusiasmo a qualquer intervenção do Estado para forçar uma redistribuição entre os que têm mais e os que têm menos. Finalmente, na dimensão política, os primeiros parecem mais engajados na democracia participativa e, através dela, uma ampla participação popular na tomada de decisões. Os últimos tendem a ser mais tecnocráticos e confiar menos na participação das massas.

Em outros aspectos, entretanto, os uruguaios parecem não diferenciar-se entre si: na valorização da democracia, nas atitudes frente às instituições políticas e na defesa das liberdades e no Estado de direito. Nestes, formar-se-ia um consenso normativo “mínimo” que o Uruguai conserva ainda hoje como seu principal capital cultural em relação aos demais países da região. Em síntese, resulta claro que existem duas famílias ideológicas: *blancos* e *colorados* tendem a evidenciar o mesmo padrão de cultura política, e a esquerda, por sua parte, se distancia significativamente deles.

Lanzaro (2003) identifica nesta aproximação de PN e PC o enfraquecimento de ambos. Teoria compartilhada por diversos outros autores, como vimos.

À medida que a FA cresce, blancos e colorados (...) passam por um processo de convergência. Arquitetam compromissos e coalizões, compondo um pólo político e uma família ideológica com proximidade mútua e uma relativa falta de diferenciação. Em consequência da sobreposição ideológica e da associação política, encontram dificuldades para cultivar suas identidades e tradições ou para articular opções diferentes e competir entre eles mesmos. Também diminui a diferenciação interna assim como as possibilidades de arregimentação de votos propiciadas pela coexistência de alas de direita e de esquerda dentro dos partidos tradicionais.¹¹¹

Nos capítulos anteriores deste trabalho abordamos dois fatores-chave para explicar a ascensão *frenteamplista* até a presidência do Uruguai: no segundo capítulo, abordou-se como um dos

¹¹¹ LANZARO, Jorge. Os partidos uruguaios: a transição na transição. **Opinião Pública**, Campinas, v. 9, n. 2, p. 46-72, out. 2003.

motivos a deterioração econômica e social, fruto do fracasso do neoliberalismo; no terceiro, a influência da moderação ideológica e programática na luta pelo centro do espectro ideológico.

Entretanto, diversas outras explicações foram desenvolvidas nas ciências sociais ao longo da última década. Abordaremos aqui brevemente duas delas, surgidas dentro da sociologia: a teoria do “efeito demográfico”, proposta por Buquet; De Armas (2004)¹¹²; e a das “famílias ideológicas”, identificada por Moreira (2004).

A primeira destas teorias sugere que o crescimento da FA tenha como componente essencial um “efeito demográfico” da mudança de gerações, partindo da constatação de que o eleitorado uruguaio encontra-se dividido pelas preferências políticas das diversas faixas etárias da população. Segundo AGUIAR (2000), “*em um eleitorado dividido pela idade, ainda quando ninguém mude de opinião, a mera passagem do tempo implica no crescimento dos partidos que tem maior peso relativo entre os eleitores mais jovens.*” Esta hipótese tem ganhado espaço entre os politólogos e sociólogos uruguaios, ainda que seja muito difícil se fazer estimativas sobre o peso deste fator no crescimento real dos partidos “desafiante”.

De qualquer forma, todas as pesquisas eleitorais desde o início da década demonstram que existe uma forte associação entre a idade e o voto esquerdista. O padrão de mortalidade registrada na população uruguaia demonstra que, pelo menos, 170 mil pessoas (aproximadamente 7% do total de votantes) deixem de votar a cada cinco anos. Estes votos perdidos afetam mais aos partidos tradicionais, já que o peso do voto “desafiante” aos partidos tradicionais aumenta sistematicamente à medida que diminui a idade. Tomando a teoria como verdadeira, se comparadas a taxa em que a população é renovada e a taxa de crescimento do eleitorado da FA, ambas entre 1 e 3% anuais, pode-se explicar praticamente a totalidade do crescimento eleitoral da esquerda (entre 16 e 21% nos últimos 15 anos).

Por sua vez, este “efeito demográfico” está associado à segunda teoria que a ciência política uruguaia identificou nos últimos 15 anos: a da capacidade de retenção familiar do voto de esquerda. Este fenômeno, que alguns definem com “tradicionalização” da esquerda, significa que a probabilidade dos filhos seguirem o comportamento eleitoral dos pais é muito mais alta nas “famílias ideológicas” do que nas alinhadas ao bloco tradicional. Ou seja, o sentido

¹¹² BUQUET; DE ARMAS (2004), p. 122-124.

comum desta tese indica que, dentro da polarização política atual vivida no Uruguai, as lealdades partidárias são transmitidas de geração em geração desproporcionalmente a favor da FA.

A capacidade de reprodução frenteamplista dos lares é muito superior a dos demais: enquanto 87% dos nascidos em lares frenteamplistas simpatizam com o partido de seus pais, o mesmo só acontece em 49% dos lares colorados e blancos. As famílias ‘mistas’ também evidenciam a força da identidade frenteamplista: 64% dos filhos nestes lares se identificam com a FA.¹¹³

O estudo de Moreira (2004) mostra que a força de transmissão das identidades partidárias é independente de outras variáveis como o nível educacional ou sócio-econômico.

Em resumo, por diversos motivos que a ciência política e econômica segue estudando, a dinâmica bipolar instalada no país atualmente fez com que os partidos tradicionais ficassem cada vez mais à direita do espectro político e, por sua vez, a esquerda tornou-se um partido mais abrangente, e, conseqüentemente, conquistou os novos eleitores. O fato de que existissem quadros políticos da esquerda com grande capacidade de diálogo com os partidos tradicionais (os exemplos principais são Tabaré Vázquez e Danilo Astori) contribuiu para a manutenção da amplitude do espectro político. E, de forma contrária, por mais que alguns líderes dos partidos tradicionais tentassem aproximar-se ou identificar-se como os setores progressistas, essa aliança resultou muito difícil.

5.1 O primeiro governo nacional frenteamplista: Tabaré Vázquez

As eleições de 2004 confirmaram o que *frenteamplistas, colorados e blancos* já sabiam desde 1999: com o elevado carisma de Vázquez em jogo, o governo uruguaio inadiavelmente seria de esquerda a partir de 2005, ainda mais após o péssimo governo Batlle.

Tabaré Ramón Vázquez Rosas iniciou seu caminho como *outsider* na política ao ingressar no PS após dedicar-se por anos a trabalhos comunitários no bairro de *La Teja*, onde aliava a prática da medicina à direção do clube de futebol Progreso¹¹⁴. De forma surpreendente, já

¹¹³ MOREIRA (2004), p. 140.

¹¹⁴ Sob a direção de Vázquez, o *Club Progreso de La Teja*, um modesto clube de futebol “de bairro” tornou-se campeão nacional da primeira divisão em 1989 e chegou a disputar a Copa Libertadores da América duas vezes.

que mantinha considerável distância das estruturas partidárias, foi escolhido como candidato da FA à IMM. Eleito, desenvolveu uma gestão qualificada positivamente pela maioria dos cidadãos. Em 1995, ao deixar o cargo de intendente, dedicou-se integralmente às atividades partidárias, opondo-se a Astori¹¹⁵ na disputa pela sucessão de Líber Seregni à frente da FA. Em fevereiro de 1996, quando Seregni renunciou à presidência da FA, um corpo colegiado assumiu a direção da coalizão *frenteamplista*. Vázquez fazia parte desta direção colegiada até solicitar licença por tempo indeterminado devido às suas diferenças ideológicas com diversos setores internos.

Desta maneira começou o caminho de construção da liderança a nível nacional do futuro presidente. Ainda em 1996, sua posição contrária à reforma constitucional do *ballotage* fortaleceu sua imagem política, passando a figurar em debates televisivos nos quais seu prestígio cresceu. A reforma foi aprovada com diferença mínima, de forma que Vázquez surgiu como uma liderança política simpática a quase metade da população nacional. Nas eleições para a presidência do partido, em 1999, o resultado de seu enfrentamento com Astori foi categórico: venceu com 83% dos votos militantes.

A partir de 2003, quando as pesquisas já indicavam seu triunfo eleitoral, a FA começou a construir sua governabilidade em três etapas. Na primeira, estabeleceram-se as grandes linhas programáticas abordadas no capítulo anterior. Em seguida, durante os primeiros meses de 2004, a FA dedicou-se à elaboração do plano de governo, propondo de modo mais específico as medidas concretas caso efetivamente vencesse as eleições. Na terceira e última etapa, a energia esteve voltada para a elaboração da plataforma eleitoral.

As eleições internas com candidato único formalizaram Vázquez como candidato à presidência do Uruguai. Juntamente definiram-se os principais líderes dos setores *frenteamplistas* com representação parlamentar. Em outubro de 2004, após reuniões que incluíram poucas centenas de militantes, foi apresentada a síntese de governo em três grandes eixos temáticos: o Uruguai produtivo, o Uruguai social e o Uruguai democrático. No mesmo mês, o triunfo eleitoral confirmou a adiada chegada da FA ao governo. Tabaré Vázquez foi

¹¹⁵ Danilo Astori mantinha até então posições muito próximas às do programa original da FA, ou seja, predominantemente estatista e nacionalista. Entretanto, nos anos 1990, converteu-se em defensor das privatizações e desregulamentações pró-mercado. Neste marco Vázquez, que sempre havia sido moderado, acabou posicionando à esquerda de seu rival na disputa pela liderança partidária.

eleito presidente do país em primeiro turno e com maioria parlamentar¹¹⁶, tornando desnecessários os acordos suprapartidários para aprovação de leis.

No processo de construção da Encontro Progressista-Frente Ampla-Nova Maioria (EP-FA-NM), nome escolhido para contemplar todos os novos adeptos da coalizão, cada grupo integrante agregava uma dose de ambigüidade, de forma que quando efetivamente se iniciava a gestão Vázquez, contavam-se com mais de vinte grupos organizados, “*desde os ex-guerrilheiros tupamaros liderados pelo Ministro de Agropecuária e Pesca, José Mujica, até os defensores de políticas neoliberais e pró-mercado, que se aglutinavam em torno ao Ministro de Economia e Finanças Danilo Astori*”¹¹⁷.

O programa, auto-identificado como “moderno, moderado e progressista”, postulou a necessidade de alcançar um país produtivo, socialmente justo e democrático. Este enunciado geral de princípios completou-se com duas ferramentas de política concreta: o combate à pobreza extrema através de políticas sociais e a conciliação social através da restauração do mecanismo de negociação tripartite de salários entre trabalhadores, empresários e governo.

Vázquez formou um governo notavelmente centrista, sendo 11 dos 13 ministros oriundos de setores moderados da FA. O líder da tendência moderada AU, Danilo Astori, foi nomeado oficialmente Ministro de Economia e Finanças¹¹⁸. O ministério de maior prestígio delegado à ala mais radical foi o da Agropecuária e Pesca, a cargo de Mujica (MPP). A FA começou seu governo de maneira conservadora por três razões. Em primeiro lugar porque teve que enfrentar restrições globais que limitaram o desenvolvimento de políticas públicas socioeconômicas. Em segundo lugar, devido a sua própria trajetória histórica como força política, através de suas sucessivas transformações ideológica que o levaram desde posições de esquerda ortodoxa até o centro do espectro ideológico. Por último, as transformações que a FA pode impulsionar foram praticamente nulas por uma série de condicionantes organizativos internos, próprios da heterogeneidade da coalizão.

¹¹⁶ Esta condição não se repetia há quarenta anos na vida política do Uruguai.

¹¹⁷ MOREIRA (2010), p. 66.

¹¹⁸ Esta nomeação de um “monetarista liberal” para a carteira principal da economia é simbólica também pela forma como se deu. Foi realizada pelo presidente Vázquez a partir de Washington (EUA), onde havia se reunido com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e firmado uma carta de intenções com o FMI, trinta dias após assumir o cargo. Ibid., p. 73.

5.1.1 Resultados macroeconômicos

Durante os anos em que o Uruguai consolidou o modelo LACE de acumulação era freqüente o argumento teórico de que seria necessário crescer economicamente para, então, realizar a distribuição da riqueza. Não era possível crescer e distribuir simultaneamente. Nos anos de maior crescimento deste período (1974-1980 e 1991-1997), os salários e condições de trabalho estiveram longe de melhorar. Ainda que o Uruguai tenha sido menos permeável ao Consenso de Washington que seus vizinhos, em 2005, o Estado se encontrava sucateado, com escassez de recursos e uma clara desarticulação de seus organismos de regulação.

Os dados socioeconômicos do primeiro governo *frenteamplista* mostram que as políticas sociais da FA conseguiram manter o Uruguai como o segundo país com menor quantidade de pessoas pobres e com menor número de indigentes, juntamente com o Chile. Neste aspecto, cumpriram fundamental papel os Planos de Transferência e Contraprestações¹¹⁹. Segundo o coeficiente de Gini¹²⁰, o Uruguai é o país mais igualitário do continente e com uma situação econômica estável.

Por outra parte, o restabelecimento da negociação coletiva entre empresários e trabalhadores com mediação estatal iniciou um processo de homogeneização das escalas salariais, assim como a melhora das condições de trabalho e fortalecimento das organizações sindicais. Recuperaram-se as perdas salariais do período anterior na maioria dos setores de atividade econômica, conquistou-se a jornada de oito horas diárias para o trabalhador rural e a jornada diferenciada de trabalho para trabalhadores que estudam, também no setor privado. O orçamento para a educação chegou a 4,5% do PIB, aumentando também o orçamento da saúde. Ao final da gestão, a PIT-CNT avaliava positivamente o mandato pela primeira vez nos últimos cinquenta anos¹²¹.

¹¹⁹ O Plano de Emergência Social (PANES) foi posto em prática logo no início da primeira gestão *frenteamplista*, visando beneficiar no curto prazo os setores mais vulneráveis da sociedade. Com duração de dois anos e custo de duzentos milhões de dólares beneficiou quatrocentas mil pessoas entre transferências financeiras a lares em situação de indigência (segundo estudo encomendado à Faculdade de Ciências Econômicas da UDELAR) e atividades remuneradas de interesse comunitário. Cumpridos os dois anos de vigência previstos, o PANES foi continuado pelo Plano de Igualdade Social, este com público-alvo de novecentas mil pessoas. OLESKER (2009), p. 76.

¹²⁰ O índice de Gini é uma medida de desigualdade desenvolvida para calcular a desigualdade e a distribuição de renda. O valor zero indica a máxima desconcentração (todos possuem a mesma renda); o um, a máxima (uma única pessoa possui toda a renda). No caso uruguaio, os valores calculados para o período 2004-2008 indicam uma melhoria na distribuição de renda: 2004 (0,452), 2005 (0,441), 2006 (0,452), 2007 (0,444) e 2008 (0,426). **COEFICIENTE DE GINI URUGUAY**. Instituto Nacional de Estadística. Disponível em <<http://www.ine.gub.uy>>. Acesso em 23 jun. 2011.

¹²¹ PEREIRA, Fernando. Cinco años de gobierno de Tabaré Vázquez. **La República**. Disponível em <<http://www.larepublica.com.uy/editorial/401080-5-anos-de-gobierno-de-tabare-vazquez>>. Acesso em: 19 jun. 2011.

Transcorrido o período do primeiro governo frenteamplista pode-se afirmar que, apesar do êxito relativo que tiveram as políticas mais urgentes de construção de consenso, fracassaram as políticas que pretendiam transformações mais profundas e traziam esperança de mudanças de orientação na trajetória econômica do Uruguai.

Desta forma, a primeira gestão da FA não conseguiu dar o giro à esquerda tão esperado e o Uruguai seguiu o já traçado caminho do neoliberalismo. A FA no governo, não só deixou de modificar o *status quo*, como cumpriu o continuísmo e terminou não modificando o predomínio dos interesses estabelecidos.

5.2 O segundo governo nacional frenteamplista: José Mujica

Ainda em sua juventude, quando simpatizava com o anarquismo, José Mujica Cordano iniciou sua militância no PN e acompanhou ativamente a criação de uma ala progressista dentro do partido tradicional. Nesta fase de sua vida, continua conciliando a atividade política com sua ocupação principal, a de floricultor em uma pequena propriedade particular na periferia de Montevideu. Na década de 1960, porém, Mujica toma uma decisão radical e abandona o PN para unir-se à guerrilha do MLN-T. Na hierarquia da organização guerrilheira, assumiu com o passar dos anos certo grau de reconhecimento, ainda que não fosse um dos intelectuais da cúpula direcional. Em sua trajetória como *tupamaro*, Mujica foi diversas vezes ferido em ações armadas e quatro vezes detido, fugindo do cárcere em duas das ocasiões. Ao todo, viveu 15 anos de sua vida como prisioneiro. A mais longa detenção, entre 1972 e 1985, foi particularmente cruel: na condição de refém da ditadura, viveu durante 11 anos em um poço escuro e úmido, nas condições mais desumanas imagináveis. Com o retorno da democracia, Mujica e o MLN-T iniciam uma nova conduta política propondo a criação de uma Frente Grande por meio da qual a esquerda tradicional da FA deveria buscar alianças com outros setores políticos e sociais, inclusive “burgueses”, em torno de um plano de medidas econômicas de emergência nacional. De fato, a Frente Grande nunca chegou a se constituir, mas como visto no terceiro capítulo, o MLN-T ingressou formalmente na FA em 1989 e concentrou-se no setor chamado MPP.

Em 1995, José Mujica é eleito deputado e em 1999, senador. O político Mujica adquiriu, então, uma considerável visibilidade pública com seu estilo nada formal: deslocava-se ao trabalho em uma simples motocicleta, vestia sempre a mesma jaqueta de lã e raras vezes

penteava o cabelo ou aparava a barba. Em 1999, em entrevista ao semanário “Brecha”, Pepe assim se auto-definia:

*Pepe Mujica é um veterano, um velho que tem uns quantos anos de cárcere, de tiros no lombo, um tipo que se equivocou muito, como toda sua geração e que trata de, até onde é possível, ser coerente com o que pensa, todos os dias do ano e todos os anos da vida. E que se sente muito feliz, entre outras razões, por poder contribuir para representar aqueles que não estão e que deveriam estar (felizes).*¹²²

Em 2005, com a nomeação como ministro de Agropecuária e Pesca de Vázquez, Mujica estimulou o aumento da produção e a elevação da renda dos pequenos e médios produtores. Assim, as exportações de carne vislumbraram um forte crescimento graças à inteligente penetração nos mercados asiáticos, possibilitada em grande parte pelos rigorosos controles de qualidade e higiene. Uma medida muito popular neste período foi convencer os produtores de carne para consumo doméstico a baixar os preços dos cortes bovinos mais consumidos pelos uruguaios.

Em 2008, no auge de sua popularidade, Mujica deixou o ministério e começou a tecer sua candidatura presidencial para o ano seguinte. Astori tinha as mesmas pretensões, de forma que muitos enfrentamentos internos ocorreram neste período. Nas eleições internas, venceu Mujica (52,1%), convidando Astori (39,6%) para ser seu vice.

O programa de governo 2010-2015 possuía clara estratégia continuísta dentro do *frenteampulismo* progressista. O tom social-democrata exaltava as altas taxas de crescimento do PIB e das exportações do período anterior, a drástica redução das paralisações salariais, os grandes investimentos públicos em educação, infra-estrutura e tecnologia, a reforma tributária progressiva e a correção dos déficits sociais, com grande mérito para o PANES e o Plano de Igualdade Social. Mujica prometia aprofundar estes programas dentro de uma estratégia ampla de desenvolvimento nacional com prioridade para a educação. Reiteradas vezes ao longo da campanha, Mujica ressaltou a importância de priorizar a engenharia genética e a informática como ferramentas essenciais de inserção do Uruguai na sociedade do conhecimento, de forma a torná-lo uma região pólo regional de alta tecnologia. Assim, o

¹²² CENTRO DE ESTUDIOS Y DOCUMENTACIÓN INTERNACIONALES DE BARCELONA. **Biografía de José Mujica Cordano.** Roberto Ortiz de Zárate (editor). Disponível em: <http://www.cidob.org/es/documentacion/biografias_lideres_politicos/america_del_sur/uruguay/jose_mujica_cordano>. Acesso em: 21 jun. 2011.

modelo de desenvolvimento proposto pelo ex-*tupamaro* apresentava a ciência como base para a implementação de um efetivo crescimento econômico. Em outras palavras, “o modelo centrava-se numa proposta de crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento social e sustentável”¹²³.

As eleições presidenciais de 2009 foram realizadas em dois turnos, já que nenhum dos candidatos que se apresentaram – Mujica (FA), Lacalle (PN) e Pedro Bordaberry (PC) - obteve mais do que 50% da preferência popular na primeira consulta, ocorrida em outubro. No *ballotage* de novembro, o *frenteampalista* José Mujica enfrentou uma coalizão do ex-presidente *blanco* com os *colorados* derrotados no primeiro turno. Desta vez, entretanto, a união de esforços do bloco tradicional não superou o *frenteampalismo* unido, como ocorrera em 1999, e a fórmula presidencial Mujica-Astori venceu com 52,39% das adesões. Note-se que a votação da FA deixou de crescer à taxa anterior de quase 10% a cada eleição, como o fizera ininterruptamente desde 1984.

Durante a campanha eleitoral, o debate ideológico assumiu contornos de grande polarização em torno das figuras de um ex-guerrilheiro e de um ex-presidente: Mujica e Lacalle eram, em 2009, as figuras políticas uruguaias com maiores índices de rejeição na opinião pública. Embora os próprios candidatos evitassem a associação do primeiro às políticas sociais e do segundo ao setor financeiro, obviamente existiam posições distintas sobre o modelo de gestão do Estado. Além do mais, havia grande esperança da esquerda radical de que Mujica modificasse o tom social-democrata do governo Vázquez.

Muitas polêmicas marcaram o pleito. Lacalle expressou, em dado momento, a necessidade de “passar a motosserra” nas despesas do Estado, em alusão ao seu incremento durante a administração anterior. O candidato *blanco* foi ainda mais contundente, ao sugerir que os investidores estrangeiros deveriam esperar para saber quem ganharia as eleições, antes de investir no país¹²⁴. Por fim, em duas ainda mais infelizes declarações, disse que iria colocar banheiros e cabelereiros nos bairros mais pobres do país¹²⁵ e chamou os oitenta mil uruguaios que se beneficiavam de programas sociais de “indigentes”¹²⁶. A FA aproveitou esta sucessão

¹²³ CABRAL (2006), p. 374.

¹²⁴ ZOOM POLITIKON: CAMBIÓ EL VIENTO. Disponível em <http://blogs.montevideo.com.uy/blognoticia_29680_1.html>. Acesso em 21 jun. 2011.

¹²⁵ URUGUAY ELIGE PRESIDENTE. Disponível em <<http://observadorglobal.com/uruguay-elige-presidente-n3510.html>>. Acesso em 21 jun. 2011.

¹²⁶ Tradução do autor: o termo exato em espanhol *platense é atorrante*.

de deslizes do candidato opositor para associar Lacalle à arrogância elitista e à falta de investimento no bem-estar da população, ganhando votos decisivos.

Por outro lado, a campanha de José Mujica não foi isenta de tropeços. O estilo simples e coloquial de “Pepe” Mujica quase lhe custou a candidatura quando um livro-entrevista de Alfredo Garcia intitulado “Pepe Colóquios” foi publicado e gerou grande repercussão. Na obra, abordaram-se inúmeros temas políticos e econômicos - desde o papel das Forças Armadas uruguaias até sua expectativa quanto ao desenvolvimento da China como potência hegemônica - sempre de forma franca e incisiva, por vezes agressiva. Havia críticas a companheiros de partido e a lideranças de países com os quais o Uruguai mantinha estreitos vínculos comerciais. Posteriormente o *ex-tupamaro* arrependeu-se de ser tão “ingênuo” e acusou o entrevistador de má-fé, por ter se passado como companheiro *frenteamplista* e terminar prejudicando sua candidatura¹²⁷.

Juntamente com as eleições nacionais deste ano, votaram-se dois plebiscitos: a proposta de instituir o voto postal¹²⁸; e a nova tentativa de anular a lei de Caducidade. Ambas as propostas foram rechaçadas pela população, com menos de 50% de apoio: 37,42% e 47,98% respectivamente.

5.2.1 Resultados macroeconômicos parciais

Quando da conclusão deste trabalho, decorria-se pouco mais de um ano de mandato de José Mujica, de forma que os resultados de sua gestão são parciais e inconclusivos. De qualquer forma, podemos avaliar os primeiros 12 meses do segundo governo da FA tendo por base o balanço preliminar divulgado anualmente pela CEPAL, bem como o noticiário uruguaio do período.

¹²⁷ MONTEVIDEO PORTAL: MUJICA – “ME EQUIVOCO COMO CUALQUEIR HIJO DE VECINO”: Disponível em <http://www.montevideo.com.uy/notelecciones_92411_1.html>. Acesso em 21 jun. de 2011.

¹²⁸ O voto postal, ou epistolar, é um velho anseio de muitas organizações de esquerda que acreditam que os uruguaios que vivem no exterior são votantes de esquerda, pois em suma são cidadãos que deixaram o país devido à deterioração econômica ou política, durante a ditadura. Hoje em dia, todos uruguaios que não estejam presentes no Uruguai no dia das eleições não estão habilitados a votar. Outras formas de voto à distância existentes são o voto consular (adotado pelo Brasil), o voto eletrônico via internet e o voto por poder, ou seja, a delegação do poder de voto a um residente no país em questão. **VOTO A DISTANCIA**. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Disponível em <http://es.wikipedia.org/wiki/Voto_a_distancia>. Acesso em 21 jun. 2011.

Uma primeira consideração do governo Mujica o apresenta como bem sucedido nos âmbitos econômico, político e social, sem romper com o modelo posto em prática anteriormente por Vázquez.

Na economia, o elevado crescimento da produção (9%, segundo a CEPAL) e um decréscimo significativo no desemprego (5,4% da população economicamente ativa, menor valor histórico) são os destaques. O balanço preliminar da CEPAL¹²⁹ informa que o crescimento do PIB foi empurrado pelo consumo privado, exportações e investimentos privado. A inflação, que se manteve controlada na faixa de 3 a 7% ao ano, e a recuperação do poder aquisitivo dos salários, cujo mínimo nacional superou os trezentos dólares mensais, foram duas outras vitórias econômicas de Pepe.

Em 2010 registraram-se resultados positivos em todos os ramos de atividade, destacando-se o comércio, transportes, comunicações e serviço, embora a evolução tenha sido lenta na indústria manufatureira e no setor primário. O mercado externo para bens produzidos no Uruguai destacou-se com o aumento em 23,2% das encomendas internacionais, superando os 5,5 bilhões de dólares. Neste período consolidou-se o maior peso dos produtos agrícolas no total exportado, liderando a soja, seguida de carne bovina congelada, arroz, trigo e madeira. Destes, 56,7% são produtos primários e 17,1% manufaturas baseadas em recursos naturais, ou seja, persiste o baixo conteúdo tecnológico das exportações, apesar dos esforços de Mujica em investir na “agrointeligência”. Mujica, entretanto, mantém o foco: *“O país agro-inteligente do qual falamos está em marcha. Os programas para o uso responsável dos recursos naturais renováveis são uma missão, a equação agropecuária mais inteligência mais turismo e logística regional não está tão distante.”*¹³⁰

No âmbito político, o Uruguai conseguiu manter uma ótima imagem internacional como país seguro, democrático e com políticas econômicas claras. Superou-se também o problema recente com a Argentina, na questão das *papeleras* do rio Uruguai, evento que vinha prejudicando as relações entre estes países no passado recente. Deu-se mais ênfase às relações comerciais com países da América do Sul que durante o governo Vázquez. Ademais, o país garantiu o pagamento dos serviços da dívida externa, facilitando a colocação dos títulos

¹²⁹ CEPAL, Balance preliminar de las economías de América Latina y el Caribe. Disponível em <<http://www.cepal.org>>. Acesso em jun. 2011.

¹³⁰ MÚJICA PRESENTÓ SU BALANCE DEL PRIMER AÑO. Disponível em <<http://www.larepublica.com.uy/larepublica/2011/03/02/nota/443001>>. Acesso em: 22 jun. 2011.

uruguayos no mercado financeiro internacional. Ainda mais importante, o país demonstrou um excepcional dinamismo internacional, multiplicando dez vezes os investimentos estrangeiros diretos que se mantinha estagnado nas últimas décadas.

Na questão social, houve conquistas na saúde, educação, economia, moradia, segurança e direitos humanos. Um dos grandes programas postos em prática por Vázquez e fortalecido por Mujica foi o Plano *Ceibal*¹³¹ que visa entregar um computador portátil a cada estudante dos ensinos fundamental e médio da rede pública, bem como para os professores. A democratização do conhecimento também beneficia as escolas privadas, às quais os computadores são vendidos a preço de custo. Em 2009 completou-se o ciclo do ensino fundamental, abrangendo 100% das crianças e professores do país (cerca de 350 mil crianças e 16 mil professores)¹³². Atualmente estão sendo contemplados os alunos do ensino médio e o Uruguai conta com 43 usuários de internet a cada cem habitantes. Outra luta atual do presidente Mujica é a isenção do imposto de renda para as camadas mais pobres, disputa na qual o empresariado uruguaio é o grande inimigo.

De certa forma, pode-se dizer que a condução de diversas políticas tem enfrentado uma dinâmica bicéfala, já que o *astorismo* não apóia grande parte dos projetos, mas tampouco pode ser dispensado do jogo político. A esquerda chegou ao governo, mas o jogo de poder não mudou suas regras e um grande aliado dos setores econômicos mais poderosos é o próprio vice-presidente. Mujica não parece estar disposto a qualquer ruptura dentro da FA, pois como costuma orientar a seus companheiros, “não se pode matar a galinha dos ovos de ouro”¹³³, em franca demonstração de que os investidores estrangeiros seguem dominando a economia do país.

¹³¹ O projeto toma emprestado o nome da árvore nacional do Uruguai: o *ceibal* é conhecido no sul do Brasil como corticeira.

¹³² PLAN CEIBAL. Disponível em <<http://www.ceibal.org.uy>>. Acesso em 22 jun. 2011.

¹³³ LAS DIFERENCIAS EN EL EQUIPO ECONÓMICO DE MUJICA. Disponível em <<http://www.elobservador.com.uy/noticia/108335/las-diferencias-en-el-equipo-economico-de-mujica/>>. Acesso em: 23 jun. 2010.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho traçou-se um perfil econômico, político e social da República Oriental do Uruguai, privilegiando o enfoque da esquerda e sua adaptação à competição eleitoral.

Inicialmente, com a proposta de situar o leitor na “cultura política”¹³⁴ do Uruguai trazendo-lhe elementos indispensáveis para ler com propriedade o fenômeno da adaptação partidária da FA, expôs-se uma extensa revisão da história dos nossos vizinhos sulistas percorrendo cronologicamente todos os momentos fundamentais de sua historiografia: da fundação da República ao auge da modernização; da decadência do modelo de substituição de importações ao simbólico ano de 1971, marcado paradoxalmente pela repressão e pela esperança política. Ao longo desta cronologia, apresentaram-se os atores políticos tradicionais, o PC e o PN, e os fatos econômicos relevantes. A esquerda em si só assumiria protagonismo ao final deste período, o qual foi objeto do capítulo inicial.

Uma vez inseridos no arcabouço institucional em que se deu a fundação da esquerda *frenteamplista*, tema do segundo capítulo, iniciou-se o estudo de sua adaptação ideológica e programática. Assim, destacou-se que, como reação à decadência econômica e política de um consenso esgotado, a trajetória da FA é marcada por três fases distintas: surge com elementos tradicionais de esquerda, criticando a democracia liberal; desintegra-se durante o longo período militar; e ressurge como força decisiva na década de 1990, ascendendo ao governo nacional nos anos 2000 com um discurso progressista e conciliador de classes.

Em seu primeiro momento, denominado “tradicional”, a FA reúne comunistas, democrata-cristãos, dissidentes *blancos* e *colorados*, socialistas e toda classe de independentes, através de um programa reformista radical de defesa dos direitos dos trabalhadores e ruptura da “falsa democracia” então existente. Entretanto, as reformas estruturais almejadas pela coalizão neste período pré-ditadura (ruptura da política econômica vigente, rompimento do acordo com o FMI, não-pagamento da dívida externa, fortalecimento do capital nacional em detrimento do estrangeiro, redistribuição de renda, reformas agrária e tributária, estatização dos meios de produção etc.) não logram apoio popular em um país historicamente conservador como o

¹³⁴ Cultura política é aqui entendida como “o sentido comum da consciência cidadã (...) constituída com as atitudes e preferências dos cidadãos em relação à política e suas instituições”. Moreira (2004), p. 121.

Uruguai. Em 1973, a violência repressiva iniciada na década anterior desemboca em um regime *de facto*, banindo toda e qualquer atividade política que pudesse ser considerada “subversiva”.

Com a redemocratização do país, ocorre uma mudança fundamental nas estratégias *frenteampelistas*. No período que recebe o nome de “transição”, abandona-se o velho enfrentamento com a burguesia nacional, para aliar-se a ela, em busca de um governo de maiorias nacionais. Desta forma, a FA aceita plenamente as regras do jogo democrático-liberal e transforma a luta pelo socialismo em um distante horizonte ético, ou seja, conforma-se como partido “eleitoral” e passa a disputar os votos de centro em uma estratégia de acumulação de votos que funciona concomitantemente à atualização ideológica exposta no terceiro capítulo. Assim, colhendo os frutos de competentes administrações na IMM, a FA pode vencer as últimas resistências que ainda lhe impediam conquistar a presidência do país, fato que consolidou sua fase progressista.

A conformação do governo foi uma tarefa difícil, tornando visível a complexa estrutura da FA. Um dos principais problemas para a constituição da estrutura administrativa foi a alta fracionalização do partido através da divisão interna entre os quatro grupos centrais da coalizão: o MPP, o PS, o PCU e a AU.

Na condição de governo, o *frenteampulismo* enfrentou os limites impostos por suas alianças políticas com lideranças da direita. Este parece ser o grande dilema da FA atualmente, governar com os mesmos métodos que criticava nas décadas anteriores. Nestas considerações finais, entende-se que o fenômeno da moderação ideológica de esquerda tal qual se apresentou no caso da FA é comum a maioria dos países nos quais a esquerda chegou ao governo por vias eleitorais. A social-democracia europeia provavelmente seja o exemplo mais evidente, mas também se presenciou tal moderação no Brasil, com o exemplo maior do Partido dos Trabalhadores, na Argentina e no Chile.

Parafraseando Cabral (2006), pode-se dizer que em um horizonte talvez não muito distante, ainda que seja muito difícil identificar as possibilidades de desenvolvimento de seus programas, o *frenteampulismo* deixará de se autodenominar esquerda. No momento, já não se distinguem com tanta clareza suas práticas políticas às dos governos anteriores que a própria FA acusava de neoliberais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTO PERÚ. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Disponível em <http://es.wikipedia.org/wiki/Alto_Peru>. Acesso em 21 jun. 2011.

ARTEAGA, Juan José. **Breve historia contemporánea del Uruguay.** 1. ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008, p. 15.

BARRÁN, José Pedro. **Historia de la sensibilidad en el Uruguay.** Montevideú: EBO, 1989.

BRUSCHERA, Oscar. **Las líneas fundamentales del programa del Frente Amplio.** Cuadernos de Marcha, Montevideú, n. 47, p. 2-3, março de 1971.

BUQUET, Daniel; DE ARMAS, Gustavo. **La evolución electoral de la izquierda: crecimiento demográfico y moderación ideológica.** In LANZARO, Jorge (Org.). *La izquierda uruguaya: entre la oposición y el gobierno.* Montevideú: Fin de Siglo, 2004.

CABRAL, José Pedro Cabrera. **Trajetória político-ideológica da esquerda uruguia: 1964-2004.** 409 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, 2006.

CAETANO, Gerardo; RILLA, José. **Historia contemporánea del Uruguay: de la Colonia al siglo XXI.** 1. ed. Montevideú: Fin de Siglo, 2008, p. 19.

CASAS, Lincoln. **Orientales, una historia política del Uruguay.** Montevideú: Planeta, 2010. 5 v. p. 434.

CENTRO DE ESTUDIOS Y DOCUMENTACIÓN INTERNACIONALES DE BARCELONA. **Biografía de José Mujica Cordano.** Roberto Ortiz de Zárate (editor). Disponível em: <http://www.cidob.org/es/documentacion/biografias_lideres_politicos/america_del_sur/uruguay/jose_mujica_cordano>. Acesso em: 21 jun. de 2011.

CEPAL, Balance preliminar de las economías de América Latina y el Caribe. Disponível em <<http://www.cepal.org>>. Acesso em jun. 2011.

CEPAL, Situación y perspectivas: Estudio Económico de América Latina y el Caribe - 2002-2003. Disponível em <<http://www.eclac.org/publicaciones/xml/5/14035/Uruguay.pdf>>. Acesso em mai.-jun. 2011, p. 319.

COEFICIENTE DE GINI URUGUAY. In: Instituto Nacional de Estadística. Disponível em <<http://www.ine.gub.uy>>. Acesso em 23 jun. 2011.

CONSENSO DE WASHINGTON. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Consenso_de_Washington>. Acesso em: 25 mai. 2011.

CORTE ELECTORAL DE LA REPÚBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY. Disponível em <<http://www.corteelectoral.gub.uy>>. Acesso em: 19 jun. de 2011.

CUEVA, Agustín. **O desenvolvimento do capitalismo na América Latina**. 1. ed. São Paulo: Global, 1983, p. 25.

ELECCIONES PRESIDENCIALES DE URUGUAY DE 2009. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Disponível em http://es.wikipedia.org/wiki/Elecciones_presidenciales_de_Uruguay_de_2009. Acesso em 21 jun. de 2011.

EL GRITO DE ASENCIO: el inicio de la revolución. Biblioteca Artiguista, online, Uruguai, 2001. Disponível em: <<http://www.artigas.org.uy/>>. Acesso em: 02 mar. 2011.

EVOLUCIÓN electoral. In: FRENTE AMPLIO Disponível em <http://www.frenteamplo.org.uy>. Acesso em: 01 jun. de 2011.

FRENTE AMPLA. **Mensaje nº 3: Del Frente Amplio al Pueblo Oriental**. Montevidéo: 1973, p. 2.

GARCÉ, Adolfo. **Donde hubo fuego: el proceso de adaptación Del MLN-Tupamaros a La legalidad y a La competencia electoral (1985-2004)**. Montevidéo: Fin de Siglo, 2009, p. 29.

GARCÉ, Adolfo; YAFFÉ, Jaime. **La era progresista**. Montevidéo: Fin de Siglo, 2005.

GEOGRAFIA POLÍTICA. In: Enciclopedia Geográfica del Uruguay. Disponível em <http://www.montevideo.com.uy/enciclopedia/index.html>>. Acesso em: 01 mar. de 2011.

KOSIK, Karel. **Dialéctica do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LANZARO, Jorge (Org.). **La izquierda uruguaya: entre la oposición y el gobierno**. Montevidéo, Fin de Siglo, 2004, p. 30.

LANZARO, Jorge. Os partidos uruguaios: a transição na transição. **Opinião Pública**, Campinas, v. 9, n. 2, p. 46-72, out. 2003.

LAS DIFERENCIAS EN EL EQUIPO ECONÓMICO DE MUJICA. Disponível em <http://www.elobservador.com.uy/noticia/108335/las-diferencias-en-el-equipo-economico-de-mujica/>>. Acesso em: 23 jun. de 2010.

LESSA, Alfonso. **La revolución imposible: los tupamaros y el fracasso de la via armada en el Uruguay del siglo XX**. Montevidéo: Fin de Siglo, 2002, p.19.

LOWY, Michael. **Método dialéctico e teoria política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 15.

MASCORT, Daniel. **Uruguay: discursos Presidenciales**. 2008 ago. 8. Disponível em: <http://knol.google.com/k/daniel-mascort/uruguay-discursos-presidenciales/3ombdqtu2hmed/10>>. Acesso em: 21 jun. 2011.

MONTEVIDEO PORTAL: **MUJICA – “ME EQUIVOCO COMO CUALQUEIR HIJO DE VECINO”**: Disponível em http://www.montevideo.com.uy/notelecciones_92411_1.html>. Acesso em 21 jun. de 2011.

MOREIRA, Carlos. **Apuntes sobre el primer gobierno del Frente Amplio en Uruguay (2005-2010)**. 1. ed. Olivos: Editorial El Grillo Si, 2010, p.15.

MOREIRA, Constanza. **Final de juego: del bipartidismo tradicional al triunfo de la izquierda em Uruguay**. 1. ed. Montevidéu: Trilce, 2004, p. 86.

MOREIRA, Constanza. **La izquierda em Uruguay y Brasil: cultura política y desarrollo político-partidário**. [S.l.: s.n.], 2008. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lasa98/Moreira.pdf>>. Acesso em: 25 de maio de 2011.

MUJICA PRESENT  SU BALANCE DEL PRIMER A O. Disponível em <http://www.larepublica.com.uy/larepublica/2011/03/02/nota/443001>>. Acesso em: 22 jun. de 2011.

NAHUM, Benjamin. **Manual de historia del Uruguay**. 18. ed. Montevidéu: EBO, 2009, p. 37.

OLESKER, Daniel. **Crecimiento e inclusión: logros del gobierno frenteamplista**. 1. ed. Montevidéu: Trilce, 2009, p. 11.

PARTIDO BLANCO RADICAL. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Disponível em http://es.wikipedia.org/wiki/Partido_Blanco_Radical>. Acesso em: 17 mai. 2011.

PARTIDO NACIONAL INDEPENDIENTE. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Disponível em http://es.wikipedia.org/wiki/Partido_Nacional_Independiente>. Acesso em: 15 mai. 2011

PEREIRA, Fernando. **Cinco a os de gobierno de Tabaré Vázquez**. La República. Disponível em <http://www.larepublica.com.uy/editorial/401080-5-anos-de-gobierno-de-tabare-vazquez>>. Acesso em: 19 jun. de 2011.

PLAN CEIBAL. Disponível em <http://www.ceibal.org.uy>>. Acesso em 22 jun. de 2011.

ROMANOFF, Claudio. **EL EQUIPO ECON MICO ALTERNATIVO**. In: El Observador. Disponível em <http://www.elobservador.com.uy/noticia/203601/el-equipo-economico-alternativo/>>. Acesso em 23 jun. de 2011.

SERRA PADRÓS, Enrique. **Terror de Estado e Segurança Nacional - Uruguai (1968-1985): do Pachecato   Ditadura Civil-Militar**. 876 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005, p. 289.

SOLARI, Aldo. **El desarrollo social del Uruguay en la postguerra**. Montevidéu: Ed. Alfa, 1967, p. 7.

URUGUAY ELIGE PRESIDENTE. Disponível em <<http://observadorglobal.com/uruguay-elige-presidente-n3510.html>>. Acesso em 21 jun. de 2011.

YAFFÉ (2005). **Al centro y adentro: la renovación de la izquierda y el triunfo del Frente Amplio en Uruguay.** Montevideo: Linardi y Risso, 2005, p. 14.

ZOOM POLITIKON: CAMBIÓ EL VIENTO. Disponível em <http://blogs.montevideo.com.uy/blognoticia_29680_1.html>. Acesso em 21 jun. de 2011.

ANEXOS

ANEXO I

Fatos históricos relevantes na trajetória da esquerda uruguaia¹³⁵

1962	Mai	Criação do PGP a partir da ruptura de Zelmar Michelini com o <i>ballismo</i> .
	Ago	Formação do FIDEL (integrado pelo PC e aliados) e da UP (integrada pelo PS, Enrique Erro e outros grupos)
1963	22/02	Greve da UTE: as Forças Armadas ocupam as centrais elétricas; implantação de Medidas Imediatas de Segurança.
	Mar	Greves em diversos serviços públicos reclamando salários atrasados.
	31/07	MLN-T: assalto de armas e munições ao clube <i>Tiro Suizo</i> .
1964	Mai-Jun	Rumores de um possível golpe de Estado agitam a opinião pública.
1965	06/04	Primeira greve geral convocada pela CNT.
	Set	Onda de paralisação em serviços públicos.
	07/10	Medidas Imediatas de Segurança para combater paralisações e greves em serviços públicos.
	04/10	Medidas Imediatas de Segurança.
1966	Jan	Primeira Convenção do MLN-T
	Out	Congresso fundacional da CNT aprova seus estatutos e a transforma em central sindical.
	19/10	Decreto que autoriza forças policiais e militares a desalojar fábricas ocupadas por trabalhadores.
	27/11	Eleições nacionais: vitória do PC e aprovação da reforma constitucional que elimina o Executivo Colegiado.
	22/12	MLN-T: enfrentamento casual com forças policiais.
1967	01/03	Oscar Gestido assume a presidência do Uruguai. Início da vigência da nova Constituição com presidência unipessoal e mandato de cinco anos.
	28/07	Crise ministerial. Rompimento com as políticas econômicas do FMI.
	Jul-Set	Onda de paralisações e greves. Desata um forte processo inflacionário.
	11/10	Paralisação geral convocada pela CNT.
	22/10	Medidas Imediatas de Segurança. Retorno às políticas econômicas do FMI.
	30/10	Reorganização ministerial. Gestido inclina-se à linha liberal.
	06/12	Falecimento do presidente Oscar Gestido. Jorge Pacheco Areco, então vice-presidente, assume o cargo.
	12/12	Fechamento do diário “Época” e detenção de militantes do PS, MRO e outros grupos.
1968	27/04	Crise ministerial.
	13/06	Medidas Imediatas de Segurança.
	24/06	Militarização dos funcionários bancários.
	28/06	Congelamento de preços e salários. Militarização de funcionários. Perseguição à imprensa opositora.

¹³⁵ Elaboração própria tendo como fonte principal Nahum (2005).

- 01/07 MLN-T: atentado à Radio Ariel, dirigida por Jorge Batlle.
- 03/07 Militarização dos funcionários da UTE e Telecomunicações.
- 07/08 MLN-T: Seqüestro de Ulisses Pereyra Reberbel, assessor de Pacheco e Diretor da UTE.
- 09/08 Ocupação policial sem ordem judicial das universidades em resposta ao seqüestro de Ulisses Pereyra Reverbel. Manifestações estudantis.
- 14/08 Morte do estudante Líber Arce pela polícia, em manifestação estudantil.
- Set Onda de paralisações em serviços públicos.
- 20/09 Repressão de manifestações estudantis em frente à universidade. Morrem os estudantes Hugo de los Santos e Susana Pintos.
- 05/11 General Líber Seregni pede licença do Exército.
- 1969 Fev MLN-T: operações em Montevidéu e Punta del Este.
- 14/02 MLN-T: Assalto à Financeira Monty.
- 18/02 MLN-T: Assalto ao Cassino San Rafael.
- 15/03 Medidas Imediatas de Segurança.
- 21/06 MLN-T: Explosão das instalações da General Motors em Sayago no momento da visita de Nelson Rockefeller.
- 09/09 MLN-T: Seqüestro de Gaetano Pellegrini Giampietro, dirigente da Associação de Bancos.
- 08/10 MLN-T: Tentativa de conquista da cidade de Pando (*Toma del Pando*).
- 15/11 MLN-T: Assassinato de um agente da Guarda Metropolitana acusado de maus tratos a detidos.
- 23/12 MLN-T: Assalto ao Banco Francês e Italiano e envio dos livros de contabilidade à Justiça.
- 1970 08/03 MLN-T: Fuga de 13 prisioneiras políticas da Prisão de Mulheres.
- 05/04 MLN-T: Assassinato de um inspetor de Polícia acusado de torturas.
- 29/05 MLN-T: Roubo de armas de grosso calibre do Centro de Instrução da Marinha.
- 31/07 MLN-T: Seqüestro do agente da CIA Dan Mitrone e do cônsul brasileiro Aloísio Dias Gomide (este último liberado em 21/02/1971).
- 07/08 MLN-T: Seqüestro do agrônomo estadunidense Claude Fly (liberado em 02/03/1971).
- 08/08 MLN-T: Prisão dos principais dirigentes *tupamaros*, incluindo Raul Sendic.
- 10/08 MLN-T: Aparição do cadáver de Dan Mitrone, morto pelos *tupamaros*.
- 1971 08/01 MLN-T: Seqüestro do embaixador britânico Geoffrey Jackson (liberado em 10/09/1971).
- 05/02 Fundação da FA.
- 10/03 MLN-T: Seqüestro do oficial de justiça Guido Berro Oribe (liberado em 23/03/1971).
- 30/03 MLN-T: Segundo seqüestro de Ulisses Pereyra Reverbel (liberado em 27/05/1972).
- 13/04 MLN-T: Seqüestro do industrial Ricardo Ferres (liberado em 28/01/1972).
- 04/05 MLN-T: Seqüestro do ex-ministro de Pecuária e Agricultura Carlos Frick Davie (liberado em 27/05/1972).
- 11/07 MLN-T: Seqüestro do industrial Jorge Berembau (liberado em 29/11/1971).
- 28/07 MLN-T: Fuga de 38 prisioneiras, quase todas *tupamaras*, da Prisão de Mulheres.
- 06/09 MLN-T: Fuga de 106 prisioneiros, quase todos *tupamaros*, da Prisão de Punta Carretas.

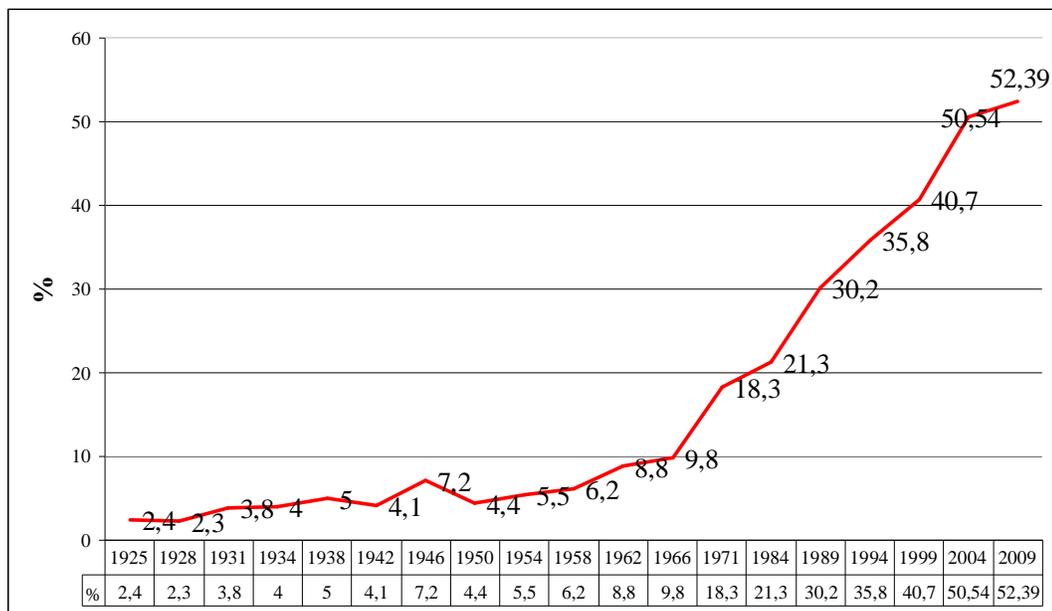
- 09/09 O Poder Executivo delega às Forças Armadas a função de luta anti-subversiva e cria o Estado Maior Conjunto (Forças Conjuntas).
- 28/11 MLN-T: Trégua unilateral frente aos comícios eleitorais, na qual os *tupamaros* oferecem seu apoio crítico à FA. Vitória do PC no processo eleitoral.
- 1972 01/03 Juan Maria Bordaberry assume a presidência do Uruguai.
- Abr-Mai Suspensão das garantias individuais e declaração de Estado de Guerra Interna.
- 10/07 Lei de Segurança do Estado: civis submetidos à jurisdição militar.
- Out Detenção de Jorge Batlle.
- 1973 09/02 Comunicados programáticos das Forças Armadas.
- 12/02 Resistência da Marinha. Acordo de *Boiso Lanza* entre o presidente Bordaberry e os mandos militares.
- 23/02 Criação do COSENA.
- 27/06 Golpe de Estado: dissolução do Congresso Nacional. Declaração de Greve Geral pela CNT.
- 09/07 Manifestação popular reprimida com violência. Prisão de Líber Seregni, presidente da FA, e exílio de Wilson Ferreira Aldunate.
- 11/07 Dissolução da CNT.
- 28/11 Dissolução dos partidos políticos e organizações gremiais.
- 19/12 Instalação de um Conselho de Estado em substituição ao Poder Legislativo.
- 1975 Fev-Jul Celebrações militares pelo Ano da Orientalidade. Repatriação dos restos mortais de Lorenzo Latorre.
- 29/10 IX Conferência dos Exércitos Americanos, em Montevideu.
- 1976 Mai Assassinato de Zelmar Michelini, Hector Gutiérrez Ruiz e outros exilados, em Buenos Aires.
- 12/06 Destituição de Bordaberry da presidência da República. Assume Alberto Demicheli.
- 28/06 Detenção e posterior desaparecimento da professora Elena Quinteros, no jardim da embaixada venezuelana. Rompimento das relações diplomáticas.
- 01/09 Assume a presidência Aparício Méndez. AI-4: proscrição de cerca de 15 mil cidadãos da vida política.
- 1977 27/06 AI-7: disponibilidade dos funcionários públicos e classificação dos cidadãos em categorias.
- 01/07 AI-8: extinção do Poder Judiciário e, portanto, da divisão dos poderes.
- 1979 23/10 AI-9: reorganização da Seguridade Social.
- 1980 27/10 Governo aprova o projeto da futura constituição e estabelece o prazo de um mês para o plebiscito de sua aceitação ou rechaço popular.
- 30/11 Plebiscito constitucional: rechaço popular do projeto.
- 1981 27/07 Primeiros cancelamentos de proscritões de dirigentes políticos.
- 01/09 Gregório Alvarez assume a presidência.
- 10/11 AI-12: restauração do Poder Judiciário.
- 1982 25/05 Projeto de Lei Orgânica para os partidos políticos.
- 28/11 Eleições internas nos três partidos habilitados (PC, PN e UC). Vencem os setores opositores ao regime.
- 1983 01/05 Primeira celebração do Dia do Trabalho após dez anos.

- 13/05 Conversações entre militares e dirigentes políticos.
- 25/08 Primeiro “panelaço” de protesto contra o regime.
- 12/11 Cancelamento de proscricção ampla de dirigentes políticos, exceto Wilson Ferreira Aldunate e a cúpula da FA.
- 27/11 Amplo ato público contra o regime, no Obelisco.
- 1984 18/01 Paralisação geral. Ilegalidade do Plenário Intersindical dos Trabalhadores (PIT).
- 19/03 Liberação de Líber Seregni.
- 16/06 Retorno de Wilson Ferreira Aldunate ao país e sua imediata detenção.
- 06/07 Pacto do Clube Naval: reunião entre militares e políticos.
- 15/07 Proclamação da candidatura Sanguinetti-Tarigo no PC.
- 23/08 Substituição da candidatura Ferreira-Pereyra por Zumarán-Aguirre no PN.
- 25/11 Eleições nacionais: vitória do PC.
- 30/11 Liberdade de Wilson Ferreira Aldunate.
- 1985 12/02 Renúncia de Gregório Alvarez. Assume Rafael Addiego Bruno.
- 15/02 Instalação do Congresso Nacional.
- 01/03 Julio Maria Sanguinetti assume a presidência da República.
- 08/03 Lei de Anistia para presos políticos.
- 14/03 Liberdade dos últimos presos políticos, entre eles os nove “reféns” *tupamaros* (Sendic, Huidobro, Marenales, Manera, Mujica, Zabalza, Rosencof e Engler). Decisão do MLN-T de depor armas, inserindo-se completamente na legalidade.
- 25/11 Restituição dos funcionários públicos afastados pelo regime *de facto*.
- 1986 02/03 MLN-T solicita ingresso na FA.
- Out Reunião do GATT: Rodada Uruguai.
- 20/11 Carta das Forças Armadas reconhecendo haver perdido “pontos de referência” durante o regime *de facto*.
- 22/12 Lei de Caducidade da Pretensão Punitiva do Estado.
- 1987 28/01 Constituição da Comissão Nacional Pró-Referendo para anular a lei de Caducidade.
- 17/12 Entrega à Corte Eleitoral de seiscentas mil assinaturas pró-Referendo.
- 1988 15/03 Falecimento de Wilson Ferreira Aldunate.
- 1989 10/03 Cisão da FA. Fundação do NE (PGP e PDC).
- 28/04 Falecimento de Raul Sendic.
- 16/04 Referendo consolida a lei de Caducidade.
- 20/05 Ingresso do MLN-T na FA.
- Jun Ato de lançamento do MPP.
- 26/11 Eleições nacionais e departamentais: vitória do PN na presidência e da FA na IMM.
- 1990 01/03 Luis Alberto Lacalle assume a presidência da República. Tabaré Vázquez assume a Intendência de Montevideú.
- 1991 Incorporação do Uruguai ao processo de formação do MERCOSUL.
- 1992 Plebiscito rechaça a privatização de empresas públicas.

- 1994 Eleições nacionais: vitória do PC por apenas vinte mil votos de vantagem em relação à FA. Mujica é eleito deputado.
Criação do EP.
- 1995 01/03 Julio Maria Sanguinetti assume a presidência da República pela segunda vez.
Dirigentes históricos do MLN-T iniciam aproximação à Vázquez.
- 1996 Ofensiva de Mujica e Huidobro para modificar a estratégia política do MPP.
- 1997 Reforma eleitoral: fim do duplo voto simultâneo, candidato único à presidência e instituição do *ballotage*.
- 1999 31/10 Primeiro turno das eleições nacionais: PC e EP-FA vão ao *ballotage*. Mujica e Huidobro são eleitos senadores.
28/10 Segundo turno das eleições nacionais: vitória do PC.
- 2000 01/03 Jorge Batlle assume a presidência da República.
- 2004 Out Eleições nacionais: vitória da FA em primeiro turno com Tabaré Vázquez. MPP torna-se a primeira força do *frenteampulismo*.
- 2009 Nov Eleições nacionais: vitória da FA no segundo turno com José Mujica.

ANEXO II

Gráfico 1 - Evolução eleitoral dos partidos de esquerda



Fonte: CORTE ELECTORAL DE LA REPÚBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY. Disponível em <<http://www.corteelectoral.gub.uy>>. Acesso em: 19 jun. 2011.

Observações:

(1) O somatório de votações apresentados entre 1925 e 1958 correspondem às votações obtidas pelo PS e PCU.

(2) Nas eleições de 1962 e 1966 se considera o PDC como força de esquerda, além das coalizões FIDEL e UP. Esta classificação não é evidente, mas justifica-se lembrando que o PDC apresentou-se como uma força conservadora apenas no seu primeiro ano de existência, para em seguida, através de uma cisão interna dividir-se em uma ala de esquerda (que manteve a sigla PDC) da de direita (que adotou a sigla UC).

(3) No total de votos de 1966 não se contabilizam os votos que o PGP obteve dentro do PC, assim como o de outras correntes dos partidos tradicionais que se uniram posteriormente na fundação da FA.

ANEXO III

Evolução eleitoral da Frente Ampla¹³⁶

1971 Fórmula Presidencial: Seregni-Crottogini - 18,3%

1984 Fórmula Presidencial: Crottogini-D'Elía - 21,3%.

Obs.: Nesta eleição, Líber Seregni continuava proscrito pelo regime militar que o havia mantido preso durante 11 anos.

1989 Fórmula Presidencial: Seregni–Astori - 23%.

Obs.: Poucos meses antes da eleição, o PGP e PDC se retiraram da FA para formar o NE. Apesar disto, Tabaré Vázquez, candidato da FA à IMM, triunfa com 34% dos votos emitidos neste departamento.

1994 Fórmula Presidencial: Vázquez–Nin - 31,2%.

Obs.: Ainda que a fórmula presidencial do EP-FA tenha sido a mais votada, a acumulação de candidaturas em um mesmo partido possibilita o triunfo do PC. O EP- FA se consolida como primeira força em Montevideú através da candidatura de Mariano Arana, com 44% dos votos.

1999 Fórmula Presidencial: Vázquez-Nin - 40%.

Obs.: O EP - FA se consolida como primeira força política do país. Sua representação parlamentar alcança a quarenta deputados e 12 senadores, mas o segundo turno estabelecido pela Reforma Constitucional permite que PC e PN se realinhem e vençam o *ballotage*. Nas eleições departamentais, o EP- FA volta a triunfar na IMM (reeleição de Arana com 52% dos votos) e cresce substancialmente no resto do país.

2004 Fórmula Presidencial: Vázquez-Nin - 50,45%

Obs.: A FA vence as eleições nacionais sem necessidade de segundo turno. Elegem-se também 17 senadores e 52 deputados *frenteampelistas*. A FA vence em oito departamentos, incluindo Montevideú.

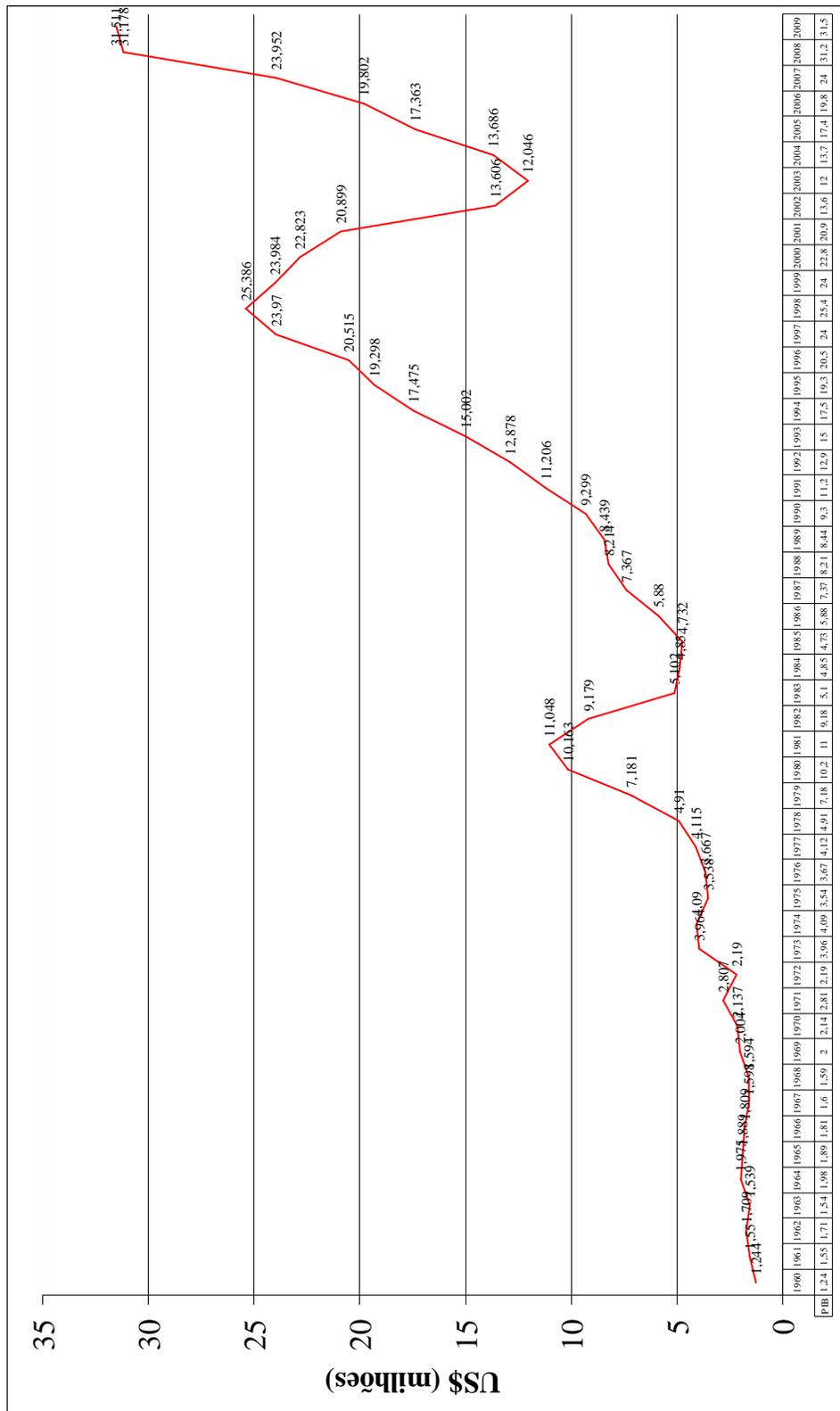
2009 Fórmula Presidencial: Mujica–Astori - 52,39%.

Obs.: A fórmula da FA vence aos novamente alinhados PC e PN no *ballotage*. Elegem-se também 17 senadores e cinquenta deputados *frenteampelistas*. Em cinco departamentos, a FA é declarada vencedora, incluindo Montevideú.

¹³⁶ FRENTE AMPLIO. Disponível em <<http://www.frenteamplio.org.uy>>. Acesso em: 01 jun. 2011.

ANEXO IV

Gráfico 2 – Evolução do Produto Interno Bruto uruguaio (em milhões de dólares, de 1960 a 2009)



ANEXO V**Tabela I – Fases de crescimento do Produto Interno Bruto**

Período	Taxa anual	Descrição
1870-1930	3,9	Modelo Agroexportador
1930-1945	0,4	
1945-1957	4,3	Ind. Subst. Importações
1957-1973	0,5	
1973-1981	4,2	Modelo Ditatorial
1981-1990	0,3	
1990-1998	4,4	Abertura e Integração
1998-2000	-2,1	
2000-2009	3,2	Modelo Reformista

Fonte: CAETANO; RILLA (2008); CEPAL.

ANEXO VI**Tabela II – Estrutura do Produto Interno Bruto por setores econômicos**

	Agro	Indústria	Serviços	Total
1945	18	21,7	60,3	100
1950	17,6	24,9	57,5	100
1955	16,6	28	55,4	100
1960	14,3	29,2	56,5	100
1965	15,9	26,9	57,2	100
1970	14,7	27,1	58,2	100
1975	12	29,4	58,6	100
1985	12,1	27,9	60	100
1995	9,1	22,6	68,3	100

Fonte: CAETANO; RILLA (2008).